



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXIX — Nº 058

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 31 DE MAIO DE 1984

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 124ª SESSÃO CONJUNTA, EM 30 DE MAIO DE 1984

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO DÉLIO DOS SANTOS — Apresentação da crise brasileira.

DEPUTADO ALDO ARANTES — Venda de aviões Tucano pela EMBRAER ao Governo de Honduras. Dia nacional de luta do servidor público, pelo reajuste semestral de 100% do INPC

DEPUTADO ABDIAS DO NASCIMENTO — Artigo do jornalista Carlos Conde, do *Jornal de Brasília*, edição de 26 de maio, sobre a venda de aviões militares brasileiros a Honduras.

DEPUTADOS JOSÉ FREJAT e SEBASTIÃO NERY — Transação de aviões de uso militar entre a EMBRAER e o Governo de Honduras.

DEPUTADO FRANCISCO DIAS — Defesa de auditoria nos hospitais particulares, através da Previdência Social, como forma de resolver o problema previdenciário em nosso País.

DEPUTADO RONALDO CAMPOS — Reparos a acusações feitas pela Deputada Lúcia Viveiros ao Governador Jader Barbalho, a propósito de autorização do Senado para que o Estado do Pará contrate empréstimo externo.

DEPUTADO JORGE ARBAGE — Nota publicada hoje no jornal *Correio Braziliense*, sob o título *Governo divulgará tudo sobre o caso Coroa-Brastel*.

DEPUTADO JACKSON BARRETO — Documento elaborado por grupo de parlamentares, a ser

apresentado à Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, objetivando questionar o Governo brasileiro sobre a venda de aviões Tucano a Honduras.

DEPUTADO DENISAR ARNEIRO — II Conferência Internacional sobre População do Mundo, a realizar-se em agosto do corrente ano na cidade do México.

DEPUTADO ROSA FLORES — Anúncio, pela ELETROBRÁS, da construção de uma usina termoeletrica no baixo- Jacuí.

DEPUTADO SÉRGIO MOREIRA — Considerações sobre suposto apoio de parlamentares opositores a candidatura do Sr. Paulo Maluf.

DEPUTADO EVANDRO AYRES DE MOURA — Apelo em favor da manutenção dos recursos concedidos ao programa de emergência do Nordeste, destinando-os para a formação de estrutura preventiva contra os efeitos das estiagens.

DEPUTADA IRMA PASSONI — Reivindicações dos professores das universidades autárquicas.

DEPUTADO JORGE ARBAGE — como Líder do PDS — Esclarecimentos sobre a venda de aviões Tucano da EMBRAER ao Governo de Honduras.

DEPUTADA IRMA PASSONI, como Líder do PT — Apelo ao STF em favor da absolvição do ex-Deputado Freitas Diniz, cujo julgamento se dará na data de hoje por aquela Corte, como incurso na Lei de Segurança Nacional. Problemas do povo brasileiro que, no entender de S. Ex^a, estão a merecer debate prioritário dos parlamentares.

DEPUTADO ARTHUR VIRGÍLIO NETO, como Líder do PMDB — Repercussão negativa da venda de aviões militares brasileiros a Honduras.

1.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Decreto Legislativo nº 8/84-CN, aprovando o texto do Decreto-lei nº 2.078, de 20-12-83, que reajusta os valores de vencimentos e proventos dos membros da Magistratura Federal, do Distrito Federal e Territórios e do Tribunal de Contas da União, bem como os das pensões, e dá outras providências. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de quorum.

— Projeto de Decreto Legislativo nº 13/84-CN, aprovando o texto do Decreto-lei nº 2.083, de 22-12-83, que reajusta os atuais valores de vencimentos, salários e proventos dos servidores civis do Distrito Federal, bem como os das pensões, e dá outras providências. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de quorum.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 125ª SESSÃO CONJUNTA, EM 30 DE MAIO DE 1984

2.1 — ABERTURA

Sessão Especial destinada a homenagear a memória do ex-Senador Teotônio Vilela.

2.2 — COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

Convoca sessão extraordinária do Senado, a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

2.3 — ENCERRAMENTO

3 — ATA DA 126ª SESSÃO CONJUNTA, EM 30 DE MAIO DE 1984

3.1 — ABERTURA

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA

Diretor-Geral do Senado Federal

ALOISIO BARBOSA DE SOUZA

Diretor Executivo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

RUDY MAURER

Diretor Administrativo

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre	Cr\$ 3.000,00
Ano	Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares

3.2 — EXPEDIENTE

3.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — Equívoco que teria cometido a revista "Veja", a respeito do posicionamento do Deputado Cardoso Alves, por ocasião da decisão adotada em 1978, pelo Congresso Nacional, quando negou licença para que o Deputado Márcio Moreira Alves fosse processado.

DEPUTADO ABDIAS DO NASCIMENTO — Entrevista publicada na revista *Isto É*, por ocasião da posse do Índio Megaron na Direção do Parque Nacional do Xingu. Protesto de S. Ex^a com a criação pelo Ministro da Justiça, de uma comissão para estudar as celebrações do Centenário da Abolição da Escravatura.

DEPUTADO DOMINGOS LEONELLI — Venda de aviões Tucano da EMBRAER ao Governo de Honduras.

DEPUTADO FARABULINI JÚNIOR — Conclaves realizado pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Santa Rosa de Viterbo — SP, para melhor equacionar o problema do enquadramento sindical.

DEPUTADO RAYMUNDO ASFOÇA — Negociação entre o Governo e Oposição.

DEPUTADO JORGE CARONE — Posição de S. Ex^a com relação à participação do PMDB no Colégio Eleitoral.

DEPUTADO EDISON LOBÃO — Restrições ao discurso do Sr. Domingos Leonelli, proferido na presente sessão.

DEPUTADA CRISTINA TAVARES — Responsabilidade do Ministro Délio Jardim de Mattos, no episódio da venda de aviões militares brasileiros a Honduras.

DEPUTADO BRANDÃO MONTEIRO, como Líder — Reparos a recente pronunciamento do Sr. João Faustino, quanto refuta denúncias de que S. Ex^a teria ofendido professoras da CONTEBRÁS.

3.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Decreto Legislativo nº 11/84-CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 2.079, de 20 de dezembro de 1983, que reajusta os atuais valores de vencimentos, salários e proventos dos servidores civis do Poder Executivo, bem como os das pensões, e dá outras providências. **Aprovado.** À promulgação.

Projeto de Decreto Legislativo nº 14/84-CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 2.084, de 22 de dezembro de 1983, que reajusta os valores de vencimentos e proventos dos membros do Tribunal de Contas do Distrito Federal e do respectivo Ministério Público, e dá outras providências. **Aprovado.** À promulgação.

3.4 — COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas e 50 minutos, com Ordem do Dia que designa.

3.5 — ENCERRAMENTO

4 — ATA DA 127ª SESSÃO CONJUNTA, EM 30 DE MAIO DE 1984

4.1 — ABERTURA

4.2 — EXPEDIENTE

4.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — Divulgação de boletins informativos pela administração do Prefeito Mário Covas, de São Paulo.

DEPUTADO FARABULINI JÚNIOR — Considerações sobre possível apoio do PTB à candidatura do Sr. Paulo Maluf no Colégio Eleitoral.

4.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, com Ordem do Dia que designa.

4.2.3 — Questão de ordem

Suscitada pelo Sr. Deputado Arthur Virgílio Neto e acolhida pela Presidência, relativa à inexistência de *quorum* para o prosseguimento da sessão.

4.3 — ENCERRAMENTO

Ata da 124ª Sessão Conjunta, em 30 de maio de 1984

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Martins Filho

ÀS 11 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevair Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Claudionor Roriz — Galvão Modesto — Odacir Soares

— Aloysio Chaves — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — João Lobo — José Lins — Virgílio Távora — Martins Filho — Humberto Lucena — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro

— Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Álvaro Dias — Enéas Faria — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon.

E OS SRS. DEPUTADOS.

Acre

Amílcar de Queiroz — PDS; José Mello — PMDB; Nosser Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arlindo Pôrto — PMDB; Arthur Virgílio Neto — PMDB; Josué de Souza — PDS; Randolpho Bittencourt — PMDB.

Rondônia

Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Dionísio Hage — PMDB; Gerson Peres — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Ronaldo Campos — PMDB; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Jayme Santana — PDS; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; José Luiz Maia — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Antônio Morais — PMDB; Evandro Ayres de Moura — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Manoel Gonçalves — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PDS; Paes de Andrade — PMDB.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PDS; Jessé Freire — PDS; Vingt Rosado — PDS.

Paraíba

Aluísio Campos — PMDB; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB.

Pernambuco

Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Gonzaga Vasconcelos — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; João Carlos de Carli — PDS; José Jorge — PDS; José Moura — PDS; Miguel Arraes — PMDB; Oswaldo Lima Filho — PMDB.

Alagoas

Djalma Falcão — PMDB; Fernando Collor — PDS; José Thomaz Nonô — PDS; Manoel Affonso — PMDB

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Gilton Garcia — PDS; Jackson Barreto — PMDB.

Bahia

Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Felix Mendonça — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Jairo Azi — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jutahy Júnior — PDS; Manoel Novaes — PDS; Prisco Viana — PDS; Virgildásio de Senna — PMDB.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Stélio Diás — PDS.

Rio de Janeiro

Abdias do Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Amaral Netto — PDS; Brandão Monteiro — PDT; Celso Peçanha — PTB; Clemir Ramos — PDT; Délio dos Santos — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PTB; Hamilton Xavier — PDS; JG de Araújo Jorge — PDT; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PDS; Márcio Braga — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Simão Sessim — PDS; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Aníbal Teixeira — PMDB; Antônio Dias — PDS; Castejon Branco — PDS; Emílio Gallo — PDS; Emílio Haddad — PDS; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jorge Carone — PMDB; José Maria Magalhães — PMDB; José Ulisses — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Mário Assad — PDS; Milton Reis — PMDB; Oscar Corrêa Júnior — PDS; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Rondon Pacheco — PDS; Roseburgo Romano — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Aírton Soares — PT; Alberto Goldman — PMDB; Alcides Franciscato — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Cardoso Alves — PMDB; Darcy Passos — PMDB; Doreto Campanari — PMDB; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Estevam Galvão — PDS; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Herbert Levy — PDS; Irma Passoni — PT; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Hato — PMDB; Mendonça Falcão — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Roberto Rollemberg — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Fernando Cunha — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; João Divino — PMDB; Juares Bernardes — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PDS.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Joana Pinheiro — PDS; Márcio Lacerda — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Harry Amorim — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PDS; Amadeu Gears — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Dilson Fanchin — PMDB; Hélio Duque — PMDB; José Carlos Martinez — PDS; José Tavares — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PDS; Norton Macedo — PDS; Oswaldo Trevisan — PMDB; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Bernardi — PMDB; Renato Johnsson — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Fernando Bastos — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Ibsen Pinheiro — PMDB; João Gilberto — PMDB; Lélío Souza — PMDB; Matheus Schimidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Osvaldo Nascimento — PDT; Pedro Germano — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Geovani Borges — PDS.

Roraima

João Batista Fagundes — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — As listas de presença acusam o comparecimento de 55 Srs. Senadores e 221 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Aldo Arantes. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Frejat. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Délio dos Santos.

O SR. DÉLIO DOS SANTOS (PDT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srs. Deputados:

A atual crise brasileira, seja no campo social, econômico ou político, está a merecer de todos uma profunda e sincera reflexão, sob pena do País mergulhar no caos, com conseqüências imprevisíveis. Uma Nação com cerca de 125 milhões de habitantes, com um solo fértil e fontes inesgotáveis de riquezas minerais, não pode cair no poço do desespero e no abismo sem soluções. Torna-se necessário encontrar uma saída democrática capaz de pôr fim à miséria da nossa gente, fazer crescer a economia do Brasil de modo independente e devolver ao povo o direito de decidir o seu próprio destino.

Há em todos os rincões da Pátria um clamor de insatisfação social. As multidões, antes silenciosas, hoje vão às ruas reivindicar melhores condições de vida.

A Amazônia continua sendo o gigante esquecido e o predatório dos grupos econômicos.

O drama do Nordeste está sempre presente: 30 milhões de brasileiros esperam uma nova realidade, desejam terra para plantar e morar, com garantia da propriedade. É a velha questão fundiária que vem desafiando todos os governos desde o Império.

No Centro-Oeste, além da questão indígena, os homens sem terra já não contemplam passivamente o que está acontecendo. Manifestam o seu inconformismo enfrentando os grandes fazendeiros. São também milhões de brasileiros sofridos desde o nascimento.

No Sudeste e no Sul, os bóias-frias e os lavradores bloqueiam as estradas reclamando melhor remuneração do seu trabalho. Estão cansados de trabalharem de sol a sol e sem perspectivas de uma vida melhor.

Em torno dos centros urbanos, principalmente nas capitais, há bolsões de pobreza, as chamadas favelas, os alagados, os cortiços, os mocambos, onde um quarto da população desses municípios vive em condições subumanas.

Dentro das cidades, nas fábricas, nas oficinas, no comércio, nos escritórios, nas repartições, etc., outros milhões de patrícios encaram o presente com revolta e esperam um novo amanhecer.

Em suma, a maioria da população que produz a riqueza do País, quer no campo, quer na cidade, reclama um salário justo para comer, morar em habitação digna, escolas para os seus filhos e uma assistência médica-hospitalar de acordo com os padrões modernos da ciência. Quer uma qualidade de vida compatível com o seu trabalho.

Estes milhões de brasileiros são os trabalhadores, as maiores vítimas de um modelo econômico erigido somente para beneficiar a minoria que detém o comando da produção.

O Brasil, Sr. Presidente, é um País viável e rico. Entretanto, seu povo é pobre.

Dir-se-á que esta crise é antiga, com origens coloniais e escravagista, que a economia do Brasil sempre esteve voltada para o mercado externo. Não negamos este sentido da colonização e do desenvolvimento econômico no Império e na República. Concordamos que o povo brasileiro, a exemplo de outros povos vítimas de colonizadores alienígenas, sempre produziu para atender os grandes mercados internacionais. A história registra estes fatos.

Contudo, forçoso é reconhecer que, nos últimos 20 anos, sob a égide de um regime autoritário, presidido por generais que se sucedem no poder, sem o voto popular, a situação do nosso povo agravou-se de maneira assustadora. Podemos afirmar que os trabalhadores e a classe média acham-se sufocados por uma política de arrocho salarial criada para atender às multinacionais e aos grandes monopólios brasileiros.

A completa internacionalização da nossa economia está a olhos vistos. O Fundo Monetário Internacional dita as regras do jogo em nome dos banqueiros dos países capitalistas. Impõe juros exorbitantes e contabilizam o Tesouro Nacional. Eles por causa da recessão mantêm e ampliam seus lucros, a custa dos povos do Terceiro Mundo. É o imperialismo cruel e desumano que procura sobreviver.

Nosso povo, Srs. Congressistas, tem o seu poder aquisitivo cada vez mais reduzido, sob a tutela e a matemática do Sr. Delfim Netto e seus assessores. A economia, ora em fase de profunda recessão, está levando as multidões ao desespero.

Sobre o assunto, em 4 de novembro do ano passado, ao prolatar o meu voto contrário aos Decretos-leis nºs

2.064 e 2.065, na Comissão Mista, salientei, entre outras coisas, o seguinte:

“Ambos os decretos-leis são recessivos, sob o ponto de vista econômico. Constituem achatamento salarial e visam atender imposições de organismos internacionais.

A dívida externa orça a casa de 100 bilhões de dólares. A inflação neste ano será de 200% aproximadamente o que demonstra a falsa previsão feita pelos Ministros da área econômica no início de 1983. A dívida interna, nunca controlada, dada a desordem financeira no País, chegará em 31 de dezembro próximo a 30 trilhões de cruzeiros

As falências e concordatas multiplicam-se de maneira alarmante, prejudicando a economia nacional e levando milhões de trabalhadores ao desemprego.

Porque somos contra o Decreto-lei nº 2.065 e o anterior (2.064), revogado pelo art. 45º do primeiro.

Vejamos:

a) Aumentará a recessão de nossa economia, pois com o achatamento salarial dos trabalhadores e de amplos setores da classe média, o poder aquisitivo do povo diminuirá. Isto significa menor produção, o que levará, fatalmente, o fechamento de inúmeras casas comerciais e fábricas. Significa, também, aumentar a legião dos desempregados e famintos.

A política correta deveria ser a retomada do crescimento econômico, isto é, o aquecimento da nossa economia, para absolver os trabalhadores desempregados e os novos contingentes de mão-de-obra (1.500.00) que se lançam no mercado anualmente. Isto tem um nome: criação de novos empregos.

“Entretanto, os exorbitantes juros bancários e a forte carga tributária, ora aumentada pelo Decreto-lei nº 2.065, não estimulam ninguém a produzir ou a crescer a sua indústria, comércio ou estabelecimento agrícola, pois o empresário de qualquer porte ou o possuidor de renda obtém melhor remuneração especulando no mercado financeiro, comprando dólares, peças de ouro e enviando capital para o exterior. Esta é a verdade dos fatos.

b) O Decreto-lei nº 2.065/83 aumentará o desemprego e a tabela progressiva do INPC significa confisco salarial. Ele penaliza de maneira cruel e desumana o trabalhador e amplos setores da classe média.

c) Por Patriotismo e em defesa da Soberania Nacional.

A política econômico-financeira do País, durante estes 19 anos de autoritarismo, sob o atual comando do Ministro Delfim Netto, levou o Brasil à dependência completa do capital estrangeiro.

A dívida externa de 100 bilhões de dólares é o resultado de obras faraônicas acumuladas nesses anos (Usina Nuclear de Angra dos Reis, Itaipu, Transamazônica, etc., etc.) e a falta de uma visão para o mercado interno.

O Governo não tem condições de pagar a dívida e nem fechar o balanço de pagamento de 1983.

Deveria, desde há muito, ter decretado a moratória da dívida externa, seja para o principal, seja para os juros, mediante prazo suficiente de modo a reaquecer a economia brasileira, com a criação de novos empregos e com salários reais.

Entretanto, adotou a posição do FMI, cuja preocupação única e exclusiva é com os bancos credores do Brasil e não com o povo brasileiro.”

Decorridos seis meses, a situação agravou-se e estamos vivendo, como decorrência do contexto que acabei de descrever, a crise política e seus impasses. O Governo mantém o País sob um controle rígido para impedir

qualquer tipo de mudança e evitar que o povo escolha um Presidente eleito pelo voto direto e uma nova Constituição, pois a atual é uma colcha de retalhos e nos foi imposta por uma Junta Militar. O General Figueiredo e os grupos comprometidos com os desmandos do autoritarismo desejam o continuísmo, isto é, que o sucessor do Príncipe seja nomeado por um Colégio Eleitoral que nasceu do ventre da ditadura.

As ameaças do Planalto continuam. Os porta-vozes oficiais, ora falam em medidas de emergência, ora em retrocessos, se bem que procuram minimizar os “avisos” com apelos de “conciliação”.

Enquanto o povo reclama “Diretas-Já”, os planaltinos afirmam que a Nação ainda não está preparada para escolher pelo voto direto o Presidente da República.

Os partidos políticos de oposição e as entidades mais representativas do País desejam uma saída pacífica para a crise, mas não aceitam imposições e ameaças de um Governo que não tem respeitabilidade política pela sua origem, desmandos e incompetência.

Apesar da derrota da Emenda Dante de Oliveira no Congresso Nacional a Nação ainda está mobilizada e em vigília e não admite a aprovação da Emenda Figueiredo. Repudia o projeto do Governo porque ele significa a continuação do arbítrio, da fome, do desemprego e da recessão.

Quero concluir meu pronunciamento fazendo um apelo a todos os democratas do País, para que não se deixem envolver pelo canto da sereia, apelo este dirigido principalmente às lideranças partidárias e aos governadores comprometidos com a causa democrática, pois o povo não pode esperar mais. Está na hora de mudar o sistema político e o modelo econômico. O povo quer escolher o seu próprio caminho sem tutela de guardas pretorianos. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Aldo Arantes.

SR. ALDO ARANTES (PMDB — GO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Na semana passada, a Nação tomou conhecimento, através de matéria publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 24 de maio, de um sórdido negócio efetuado entre o Brasil e o governo de Honduras. Às escondidas, guardado a sete chaves e resguardado por cláusulas de sigilo incluídas no contrato, a EMBRAER vendeu oito aviões Tucano, de uso militar, ao governo de Honduras, para serem utilizados no combate aos guerrilheiros e no ataque à Nicarágua, país vizinho, que sofre constante assédio militar através de grupos organizados pela CIA e pelo governo norte-americano, encastelados em Honduras, com o objetivo de destruir um governo democrático, popular e patriótico instalado na Nicarágua desde a gloriosa revolução Sandinista.

Essa atitude do governo militar brasileiro merece o repúdio veemente de toda a Nação. Na prática, ela representa uma interferência direta do governo brasileiro no conflito da América Central, alinhando-se ao lado dos Estados Unidos que têm insistentemente procurado minar de todas as formas a luta patriótica e democrática do povo nicaraguense para libertar-se definitivamente das garras e da opressão do imperialismo. Ao efetuar essa transação comercial, o Brasil não busca simplesmente receber mais dólares para atenuar timidamente a sua trágica situação financeira, mas sim, e o é extremamente grave, tomar partido num conflito internacional ao lado das forças agressoras.

Até agora, a posição da diplomacia brasileira na questão da América Central vinha sendo de neutralidade e de apoio às propostas do Grupo de Contadora. Uma posição justa e de respeito ao princípio da autodeterminação dos povos. Ao vender armas para serem utilizadas

na guerra antiguerilha e no ataque à Nicarágua, o Brasil desrespeita essa posição e assume uma postura nitidamente intervencionista. Essa venda tem o mesmo significado que teve no passado, é claro que guardadas as devidas proporções, o envio de tropas brasileiras para a invasão dos Estados Unidos na República Dominicana.

De nada adiantam as declarações dissimuladas do Itamaraty, tentando omitir o negócio, ou atenuá-lo, através de interpretações semânticas segundo as quais os aviões por si só não são armas e que não seriam usados em operações bélicas, mas sim em treinamentos. A verdade é uma só: o próprio governo de Honduras admitiu, depois de vazado o negócio, que os Tucanos serão utilizados "para proceder ao reforço da linha de operações antiguerilha na região das fronteiras Sul e Sudoeste", segundo declarações do porta-voz do gabinete do comandante da Força Aérea hondurenha, coronel Francisco Antino, publicadas pelo jornal **O Estado de S. Paulo**. E o Tucano é um turboélice para fins militares com capacidade de transportar até uma tonelada de bombas e foguetes.

Esse negócio representa uma desmoralização da política externa brasileira em relação à América Central e, principalmente, uma contradição do chanceler Saraiva Guerreiro que, recentemente, em declarações dadas à CPI da Dívida Externa afirmou: "A posição do governo brasileiro tem sido a de não vender armas para os países em conflito". É inadmissível que fatos como esses continuem a ocorrer. O Brasil, que tinha uma política externa clara e definida com relação ao conflito centro-americano, desrespeita essa política de neutralidade, passa por cima de decisões tomadas pelo Itamaraty e entra diretamente no conflito fornecendo armas, compradas com o auxílio financeiro dos Estados Unidos, para governos nitidamente antidemocráticos e imperialistas. O povo brasileiro não pode aceitar passivamente esse envolvimento direto do governo brasileiro na luta da América Central. O povo brasileiro já manifestou diversas vezes a sua solidariedade ao governo legítimo e democrático da Nicarágua e o seu repúdio às ações belicasas e intervencionistas dos Estados Unidos, promovidas pela política beligerante do governo Reagan. Ao efetuar essa venda, o governo brasileiro mais uma vez se coloca contra a vontade da Nação e atende a um apelo direto dos Estados Unidos, iniciando um novo realinhamento automático com as posições norte-americanas que contam com o repúdio da maioria do nosso povo.

É igualmente lamentável a declaração do Ministro da Aeronáutica, Ministro Délio Jardim de Mattos, publicada pela revista **VEJA**, desta semana, afirmando que "vamos vender armas para todo mundo, independente de regimes políticos". É lamentável, em primeiro lugar, porque contraria as posições assumidas publicamente pelo Itamaraty, revelando, portanto, um novo descompasso nesse cada vez mais descompassado e decadente regime militar. Depois, por não ter nenhum preceito ético. O Brasil já é o quinto maior exportador de armas do mundo e não será se transformando num mercado de armas, num mercenário sem escrúpulos, que conseguirá sair da falência em que está mergulhado, graças aos acordos lesivos com o FMI. A Nação inteira repudia as declarações do Ministro Délio Jardim de Mattos. Protesta contra a venda dos Tucanos ao governo de Honduras, exige que esse negócio seja suspenso e reivindica que o Brasil assuma novamente a sua posição de neutralidade no conflito centro-americano, de apoio às propostas do Grupo de Contadora e de reconhecimento oficial, com a instalação de uma embaixada brasileira em Manágua, do legítimo governo nicaraguense. A solidariedade entre os povos latino-americanos deve prevalecer. Não à interferência brasileira na guerra suja que o imperialismo patrocinava contra a pátria de Sandino.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Hoje, dia 30 de maio, os funcionários públicos de todo o país realizam o Dia Nacional de Luta do Servidor Público, como parte da campanha nacional pelo reajuste semestral de 100% do INPC. Essa luta é das mais justas. Os servidores públicos são uma categoria que, como os demais assalariados, foi submetida à mais brutal exploração nos últimos anos. Os reajustes salariais concedidos para este ano — 65% em janeiro para os servidores federais; 100% em duas parcelas para os estaduais e de 38% a 146% de janeiro a maio para os municipais — ficaram muito abaixo dos índices oficiais da inflação do ano passado que foi de 211%, com a previsão de que atinja os 300% nos últimos doze meses, em julho deste ano.

A Associação dos Servidores Públicos Municipais de Goiânia denunciou que a categoria vem sendo discriminada com vencimentos defasados em 258% em relação ao INPC; 347% em relação ao salário mínimo e 367% em relação à média dos reajustes concedidos aos demais trabalhadores.

Apesar de todas as dificuldades que lhes são impostas, os servidores públicos resistem a essa exploração e lutam por melhores condições de salário e de trabalho e para alterar a legislação atual, extremamente arbitrária e autoritária, que lhes nega o direito até mesmo à sindicalização, não concede reajustes semestrais obrigatórios e lhes tira o direito a receber até mesmo o 13º salário.

Ao lado dos demais trabalhadores, os funcionários públicos vêm suas condições de vida se deteriorarem dia a dia. Em dezembro passado, o IBGE divulgou dados reveladores sobre o aprofundamento da crise econômica e social que vive o país, fruto direto da política antinacional e antipopular do regime. Em comparação com o Censo de 1980, esses dados comprovam que o país está despencando num processo de empobrecimento acelerado dos trabalhadores, no ritmo de 4.900 brasileiros por dia que são obrigados a lutar pela sobrevivência às custas de um míngua salário mínimo. Isso significa que, diariamente, novos milhares de brasileiros se juntam aos atuais 21 milhões de assalariados que recebem até um salário mínimo.

O desemprego ronda os lares dos brasileiros. O número de pessoas ocupadas sofreu uma redução de 3,5% no período de 80/83. Nas cidades, esses desempregados engrossaram em cerca 1,7 milhão o cordão dos trabalhadores por conta própria, eufemismo do IBGE para designar os biscateiros, que padecem na mais absoluta miséria. No campo, os camponeses não têm acesso às terras, vítimas da exploração do latifúndio. A alternativa para eles é migrarem para as grandes cidades, inchando as suas periferias. Nos últimos anos, a população rural foi diminuída em 630 mil habitantes, sem contar a região Norte e Nordeste, onde o êxodo é maior ainda.

O número de analfetos subiu em 1,3 milhão, excluindo-se a população rural do Nordeste, em relação a 1976, sendo que este aumento foi proporcionalmente maior nos grandes centros urbanos. Esse é mais um dado estardalhaçado da crise. O número de estudantes de segundo grau e de ensino superior diminuiu, contrastando com a realidade de uma país povoado por 25 milhões de jovens em idade escolar.

Esse é o quadro trágico da situação vivida pelo conjunto do povo brasileiro. E o que dizer do funcionalismo público? Pela característica do processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro — dependente, monopolista e latifundiário — o setor público desempenha inegável importância na oferta de mão-de-obra, respondendo por 30% de empregos diretos. Apesar dessa importância, o funcionalismo vem sofrendo um tratamento injusto e discriminatório.

Isso ilustra com clareza a prática do atual regime, que encara a política salarial como questão de segurança nacional, impede a livre negociação entre patrões e empre-

gados, amordaça os servidores públicos, impedindo-os de se sindicalizarem, intervêm nos sindicatos, impõe índices de reajustes salariais escandalosamente manipulados e sempre abaixo dos índices oficiais do custo de vida e das reais necessidades dos trabalhadores.

Ao adotar essa política, o objetivo principal do regime é aumentar a taxa de exploração dos operários, dos demais trabalhadores e dos seus servidores e, ao mesmo tempo, elevar os lucros das grandes empresas nacionais e estrangeiras que operam no país. A política salarial do regime articula-se diretamente com o modelo de desenvolvimento antinacional e antidemocrático, de concentração crescente do capital e de desnacionalização da nossa economia. Por todas essas razões, a luta dos servidores públicos vincula-se com a luta geral de todo o povo brasileiro. Essa luta significa a retomada da mobilização popular em defesa das diretas já e da conquista da mais ampla liberdade política. Condições essenciais para se superar a atual crise econômica e social que vive o país e adotar medidas de emergência capazes de levar o bem-estar a todo o povo brasileiro.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Abdias do Nascimento.

O SR. ABDIAS DO NASCIMENTO (PDT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Quero manifestar, desta tribuna, a minha surpresa e o meu repúdio ao que acabo de ler em artigo de Carlos Conde, sobre política internacional, **Jornal de Brasília**, de 26-5-84. Há um relato minucioso da forma como o Brasil se intrometeu na política interna de países da América Latina. É uma intervenção de forma bastante desprimorosa para nós, brasileiros, amantes da paz e do princípio da não intervenção. Nós não podemos calar a nossa indignação contra esse comércio quase clandestino de armamentos do Brasil. A indústria bélica se tornando um dos grandes fatores do nosso comércio de exportação, e isto não é algo que recomende os reiterados protestos das autoridades governamentais deste País, quando falam em não intervenção, quando falam que buscam a paz com todos os países vizinhos.

Sr. Presidente, peço que esse artigo seja transcrito nos Anais do Congresso, para que fique marcada não somente a forma com que a imprensa tem analisado, com muita competência, esse escuso negócio, essa escusa indústria da morte, como também a indignação e o repúdio da comunidade afro-brasileira que aqui represento, contra esta forma de dificultar a política, o esforço da Nicarágua em recuperar seu destino, em recuperar sua independência. Temos de estar ao lado de todos os que lutam pela sua autodeterminação.

Vimos que neste episódio desagradável e negativo da nossa política externa, da venda de aviões Tucano pelo Brasil à República de Honduras, está o dedo do imperialismo, através de crédito concedido pelo Estados Unidos.

O Brasil está, cada vez mais, endossando a intromissão que os Estados Unidos estão fazendo naqueles países heróicos que lutam pela sua autodeterminação. Agora já têm um aliado os Estados Unidos na sua luta para esmagar este belo e heróico esforço dos nossos irmãos sandinistas (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. ABDIAS DO NASCIMENTO NO SEU DISCURSO:

BRASIL DESAPONTA O GRUPO DE CONTADORA

O Grupo de Contadora vai interpelar o Brasil. Espera-se que o governo sandinista da Nicarágua solicite uma explicação. Todos estão chocados. O 25 de maio, data nacional argentina, foi ontem arrancada de suas características originais e naturais, de congraçamento. Nem as

dificuldades do encontro presidencial Figueiredo-Alfonsín tiveram tanto Ibope. Todos só falavam na venda de armas do Brasil a Honduras.

As fontes diziam, no prédio que serve de sede à chancelaria argentina, na Asa Norte, que melhor teria feito o porta-voz interino do Itamaraty se não dissesse nada. Foi ridicularizada sua declaração, por certo soprada pelo chanceler interino, embaixador Baena Soares, de que o Brasil estendeu a Honduras apenas um avião de treinamento, o Tucano. Um embaixador do Grupo de Contadora me disse, após elogiar a qualidade do vinho argentino de Mendoza: "O Itamaraty é mestre em sofismas, mas ontem (anteontem) ele se excedeu. Dizer que o Tucano fica fora das modalidades de armamentos, por ser supostamente um avião de treinamento, é querer zombar da nossa inteligência".

Outro embaixador, que representa em Brasília também um importante país integrante do Grupo de Contadora, confidenciou-me: "Falar dos Tucanos, da forma como o Itamaraty acaba de fazer, é como nos dizer que se oferece a um país metralhadoras sem balas". Irritado e ironizando, o embaixador concluiu o raciocínio: "Que mandou o Brasil em lugar de balas? Flores?"

Pelo depoimento de alguns de seus embaixadores, recolhidos na data nacional argentina, a convicção que fica é que o Grupo de Contadora se considera traído. Ele acreditou nas públicas e reiteradas profissões de fé em prol do entendimento e de uma saída pacífica na América Central. Ele pensou que o Brasil efetivamente apoiava essa fórmula. Ele deu todo o crédito às declarações do chanceler Saraiva Guerreiro e do seu porta-voz, Bernardo Pericás, de que o Brasil não estava vendendo e não venderia armas a um país em conflito. Ele achou que isso seria tanto mais verdade para países da América Central. Por isso está tão chocado. Não têm a menor dúvida de que Roberto Godoy é um dos melhores repórteres brasileiros em matéria de armamentos e de que, até por isso, suas informações são sempre "quentes". Assim, não esperava desmentidos. Mas não julgava — como me disse um de seus embaixadores — que o Itamaratyalaria em "armas benignas".

Um embaixador do Grupo de Contadora acreditado em Brasília julga que o Governo Figueiredo louvou-se, para vender o Tucano, na convicção de que poderia manter a transação em segredo. O Itamaraty diz, constantemente, de forma oficial, que não comenta o assunto e não reconhece a venda de armamento ao exterior. No Conselho de Segurança Nacional o assunto também é sigiloso. Tudo funcionaria com a cor azul, na América do Sul, se ainda houvesse censura à imprensa. Só que o Governo Médici acabou, o de Geisel já foi embora e todos nós fazemos um super esforço para abrir ainda mais a débil abertura de Figueiredo. Em consequência, a imprensa diz quase o que quer. Foi em nome dessa realidade que o repórter Roberto Godoy, com a intimidade de que costuma falar de armas, anunciou com riquezas de pormenores a venda de armamentos a Honduras.

Para alguns, esse novo lance da indústria bélica brasileira não foi segredo. O embaixador de um importante país da América Central, certo de que seu nome e o de seu país seriam conservados em sigilo, me confidenciava ontem na chancelaria argentina: "Espero que ninguém esteja surpreso. Quando a missão da EMBRAER andou por nossa área, no ano passado, e estacionou com muito interesse em Honduras enviei um completo relatório à nossa capital, relatando o fato. Não havia dúvidas de que o Brasil estava vendendo armas a Honduras".

A embaixada da Nicarágua em Brasília, seguindo uma linha de prudência, recusa-se a emitir uma só palavra. Com rigor profissional, não foi possível obter uma só palavra de seus representantes na recepção argentina pelo 25 de maio. Pode-se imaginar, porém, facilmente, o que eles mandaram dizer nos dois últimos dias a Daniel Ortega, líder máximo dos sandinistas.

É irônico, confessava desapontado um embaixador latino-americano não pertencente à Contadora, que "es-

se apoio do Brasil à corrida armamentista na América Central ocorra exatamente quando aquele grupo tanto combate, o recurso às armas". O diplomata recordava: Honduras foi transformada, pelos Estados Unidos, em uma verdadeira base militar, para apoiar o regime de El Salvador e os chamados "contras" na Nicarágua, amigos de Somoza e adversários da revolução sandinista. O diplomata admitia, contristado: "O apoio do Brasil à Contadora está em xeque. As declarações deste país, de amor ao pacifismo, ficam sob suspeita. O governo da Nicarágua tem razões para ficar desconfiado. O Tucano é comprado por Honduras com crédito dos Estados Unidos. O Brasil nos deve uma explicação melhor do que essa ridícula afirmativa de que o Tucano é um avião de treinamento. O Itamaraty, lamentavelmente, foi surpreendido pelo jogo da verdade".

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Frejat.

O SR. JOSÉ FREJAT (PDT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Si vis pacem parabellum. Se queres a paz, prepara-te para a guerra. É difícil superar o cinismo deste aforismo, expressão latina repetida nas mesas e foros internacionais. Está progredindo no Brasil a indústria de armamentos. A indústria da morte, da carnificina, da violência, da guerra, vem crescendo rapidamente neste País que abriga um povo amante da paz, da concórdia, da fraternidade, da cordialidade, que os 20 anos de ditadura procurou esmagar.

O golpe militar-multinacional de 1964 banuiu de nossa Constituição o artigo que proibia a guerra de conquista, porque pretendiam os golpistas aventurar-se nessa área.

Um País de mais de 8 milhões e 500 mil quilômetros quadrados, com potencialidade agrícola de alimentar o mundo, avança na instalação da indústria bélica, uma indústria da morte e da destruição, do ódio e da violência. Nenhum setor industrial cresceu tanto no Brasil quanto a fabricação de armas. Armas para a morte de nossos semelhantes. Armas para venda a países irmãos. Armas guerreiras para fortalecer as ditaduras da América Central. Armas para fazer dólares e cobrir a dívida externa.

É com profunda tristeza, Sr. Presidente, que tomamos conhecimento de que a EMBRAER vendeu 8 aviões Tucano ao Governo militar e ditatorial de Honduras, destinados a combater a guerrilha naquele país. Entre as excelências do avião, o catálogo da EMBRAER menciona que pode ele carregar uma tonelada de armamentos e bombas, além do seu equipamento de metralhadoras e foguetes.

A verdadeira destinação desses 8 aviões de guerra é o seu emprego contra a Nicarágua. E já se noticia que serão empregados em missões de ataque ao solo e ficarão baseados no Sul do país, na fronteira com a Nicarágua. O imperialismo e as ditaduras militares sul-americanas não suportam o regime democrático e querem liquidar com a nascente democracia instalada pelo povo da Nicarágua, depois de sofrer mais de 40 anos de ditadura sob a família Somoza. Os Estados Unidos e a OEA convivem alegremente com a ditadura de Somoza, como ainda hoje sobraçam e apoiam a ditadura de El Salvador, de Honduras, do Haiti, do Chile, do Paraguai, do Uruguai.

É lamentável que ocorra essa venda de armas do Brasil para Honduras, um ato claro de hostilidade à Nicarágua e de apoio à ditadura de Honduras. Para os que lutam pela paz mundial, para os que desejam um Brasil democrático e amante da paz, é humilhante e degradante a iniciativa do Governo brasileiro.

Qual a justificativa do Brasil perante o Grupo Contadora? Aparece nosso País com duas caras. Nosso Governo elogia a iniciativa do Grupo Contadora em sua busca de uma solução negociada e não militar. O Grupo Contadora recebeu o apoio do Brasil ao condenar a corrida armamentista na América Central. Agora, vendendo armas para Honduras, a política externa brasileira dá um

giro de 180 graus e se desacredita interna e externamente. Perde a credibilidade.

Sabe-se que Honduras exigiu da EMBRAER a modificação dos aviões, para que fossem instalados armamentos de combate. E a EMBRAER concordou.

A venda envolve um novo posicionamento do Governo brasileiro, mudando visceralmente a face de nossa política externa de solução pacífica dos conflitos internacionais. E o Itamaraty está em posição desconcertante e incômoda, pois desaconselhou a operação. E, agora, declara que a venda não contraria o Programa Nacional de Exportação de Material de Emprego Militar. Um paradoxo a mais para o arquivo da Casa de Rio Branco.

O Governo brasileiro desacredita o País. Sua política externa se desmoraliza. E aí está o dedo do Departamento de Estado que, prontamente, entrou na operação de venda e garantiu o pagamento. O Brasil vende as armas a Honduras, mas são os Estados Unidos da América que pagam.

Precisamos transformar as fábricas de armas em indústrias de tratores e implementos agrícolas para matar, — não os nossos irmãos latino-americanos ou outros; mas a fome de milhões de brasileiros subnutridos, em consequência da política de submissão do Governo brasileiro aos interesses imperialistas e das multinacionais.

Queremos a paz. E lançamos aqui o mais veemente protesto contra a venda criminosa de armas de guerra à ditadura hondurenha, um ato inamistoso contra o bravo povo da Nicarágua, um país irmão. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Sebastião Nery.

O SR. SEBASTIÃO NERY (PDT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Quero registrar, também, a minha palavra de protesto pela decisão escamoteada, desmentida, tapeada, mas agora absolutamente clara, para o mundo inteiro, do Governo brasileiro, da venda de aviões de guerra para Honduras.

Vi na televisão representantes do Governo dizerem que os aviões Tucano são apenas de treinamento e se Honduras quiser transformá-los em aviões de guerra é um problema deles.

Ora, Sr. Presidente, toda a promoção da EMBRAER, quando tempos atrás lançou o Tucano era, exatamente, de que o Brasil estava fazendo, ao lado dos aviões civis, aviões de guerra, aviões de treinamento militar que, segundo as próprias declarações dos representantes da EMBRAER, podem ser, se o quiserem, transformados em aviões de guerra, desde que sejam postas armas nos aviões já preparados para o transporte e uso das armas.

Sr. Presidente, há poucos dias, menos de um mês, esteve na CPI da Dívida Externa, da qual tenho a honra de ser o Vice-Presidente e Relator, S. Ex^a o Ministro do Exterior, Dr. Saraiva Guerreiro, ao qual fiz exatamente esta pergunta: "O Brasil vai vender ou está vendendo aviões Tucano, ou outros aviões de guerra, ou outros materiais bélicos à América Central?" E S. Ex^a me disse: "Não, a posição do Itamaraty é a do Brasil continuar a não fornecer armamentos para nações que estejam em guerra, em conflitos, ou em qualquer tipo de crise militar."

Ora, Sr. Presidente, menos de quinze dias, ou possivelmente vinte e poucos dias, porque foi ainda neste mês, no dia cinco, que lá esteve na CPI da Dívida Externa, o Ministro Saraiva Guerreiro. E logo os aviões "Tucanos" são fotografados já em Honduras e o Governo brasileiro se desmascara perante a opinião pública brasileira e perante o mundo, fornecendo armas a uma nação que está, pública e visivelmente, invadindo todos os dias, tentando ocupar uma nação vizinha, a gloriosa Nicarágua. E mais ainda, ela já está entrando em conflito com a Costa Rica

e em conflito diplomático, também, com o México, exatamente, por causa dessa posição bélica.

Sr. Presidente, fica aqui o meu protesto ao lado dos companheiros que já falaram aqui, hoje, e dos que ainda irão falar. Esta é uma atitude gravíssima do Governo brasileiro. É assim que começa, hoje, vendendo aviões "Tucanos"; amanhã irão justificar o Acordo Nuclear, dizendo que o Brasil precisa fazer a bomba atômica e, então, o Brasil estará se transformando num gendarme dos interesses dos Estados Unidos na América Latina; um gendarme armado. Até hoje tem sido um gendarme dependente economicamente, mas agora está querendo se transformar num gendarme armado.

Sr. Presidente, termino as minhas palavras, fazendo apenas uma anotação para os Anais da Casa: está presente no Congresso, ontem e hoje, uma comissão de dirigentes sindicais, de artistas, de escritores, lideradas pelo grande artista, grande pensador e grande jornalista brasileiro, Mário Lago. A Comissão está no Congresso visitando todas as lideranças, pedindo para que rejeitem o veto do Senhor Presidente da República ao projeto felicíssimo, oportuníssimo e, infelizmente vetado, do Deputado Célio Borja, que ampliava e concluía a anistia brasileira. Nós sabemos que milhares de brasileiros ainda não foram anistiados, porque o Projeto da Anistia Brasileira não foi uma anistia totalmente política, não foi também uma anistia econômica, e todos aqueles demitidos da PETROBRÁS e das estatais ainda não puderam voltar aos seus lugares.

Sr. Presidente, fica o meu registro aqui.

Muito grato. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Dias.

O SR. FRANCISCO DIAS (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Volto à tribuna, nesta manhã, para continuar uma denúncia que fiz há poucos dias, desta mesma tribuna, num horário matutino.

Início o meu pronunciamento, nesta manhã, dizendo o seguinte: há uma crise de falta de imaginação principalmente por parte dos Ministros da República brasileira; e aqui quero incluir a essa falta de imaginação, principalmente, o Ministro da Previdência Social, o Sr. Jarbas Passarinho. Digo o porquê. Nós fazíamos aqui algumas denúncias e oferecíamos um projeto a esta Casa propondo uma auditoria que se deveria fazer através da Previdência Social em todos os hospitais particulares deste País, porque existe uma verdadeira máfia, uma ladroeira institucionalizada nesses hospitais e a Previdência Social de vez em quando apresenta aqui seu borderô de prejuízo incalculável e procura, de uma ou de outra forma, justificar essa grande dívida.

O que é mais grave, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, é que li neste final de semana, em quase todos os jornais, que S. Ex^a o Ministro da Previdência Social, concordou com um projeto de autoria do nobre Deputado Siqueira Campos, propondo a legalização do jogo do bicho como solução para a Previdência Social.

Eu dizia, outro dia, sobre o que acontece na Previdência Social, é falta de vergonha, não do Sr. Ministro, porque S. Ex^a não é culpado disso tudo que está aí; mas isso vem de muitos anos atrás, e não se dá solução para esse problema. O que se precisa fazer na Previdência Social é fiscalizar a verba distribuída. O que está acontecendo nos hospitais particulares deste País é um verdadeiro assalto à mão armada.

Contei aqui um fato — se preciso for trarei esse Senhor aqui para provar ao Ministro o que ele me disse: "A sua mãe sentiu-se mal às 3 horas da manhã, levaram-na ao hospital. Ela foi medicada durante o dia e às 20 horas faleceu. Cuidaram do enterro, de toda a papelada, etc. Ao voltarem ao hospital para ver o que precisaria fa-

zer em relação à pensão dos menores, verificaram que no relatório estava escrito que ela havia sido internada durante novê dias, tinha se submetido a operação da cabeça, e feito uma série de operações no hospital, e a Previdência Social iria pagar todas essas despesas". E aí está a pouca vergonha que precisa ser corrigida. Nós não precisamos de projeto de legalização do jogo do bicho; não precisamos de coisa alguma. O que precisamos é de uma fiscalização dura; é instituir uma fórmula para corrigir esses desmandos. Se preciso for, Sr. Ministro, que se demita cada fiscal do INPS deste País, ponha todos na rua, e chame-se a sociedade brasileira, porque tenho certeza de que o caboclo, o operário, o cidadão brasileiro e a cidadã brasileira, todo esse pessoal, se proporia a trabalhar de graça, para a Previdência Social, para ver a solução do seu problema gravíssimo, e não a institucionalização do jogo do bicho. Esta é a terra em que se arranja uma fórmula imoral para resolver um outro problema. Não, Sr. Presidente, o que precisamos é moralizar. Não precisamos do jogo do bicho, não precisamos de coisa alguma, precisamos é de educação e saúde para o povo! Não do jogo. O jogo não leva ninguém à beleza ou à bonança; só leva todo mundo à desgraça. São milhões e milhões de pessoas jogando, para um ou dois afortunados ou privilegiados ganharem. Temos que acabar com essa pouca vergonha. O povo está sendo concitado a gastar o dinheiro do pão, do leite das crianças, para jogar no bicho, na loteria, etc. Temos que fazer uma cruzada contra essa pouca vergonha neste País. Sou contra esse projeto e vou brigar aqui. Desafio a todos aqueles que lhe são favoráveis, para uma briga neste Plenário, porque temos que instituir, sim, a moralidade, a educação, a saúde, o bem-estar social do povo e não a pouca vergonha. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Ronaldo Campos.

O SR. RONALDO CAMPOS PRONUNCIA DISCURSO QUE SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Arbage.

O SR. JORGE ARBAGE (PDS — BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Os jornais de hoje divulgam uma nota atribuída à SEPLAN, dizendo que ela tem a tutela do Governo Federal, prestando esclarecimento público à Nação e, particularmente, às duas Câmaras do Congresso Nacional a respeito desse affair Coroa-Brastel, cujo personagem principal, o Sr. Assis Paim da Cunha, peregrina pelo País afora disseminando a infâmia, a calúnia, a intriga, a desmoralização, a descredibilidade de autoridades governamentais, e não satisfeito do seu depoimento de ontem, insidiosamente, maliciosamente tentou também envolver, nas suas tramas diabólicas e desonestas, a figura respeitável e respeitosa do Presidente João Figueiredo.

Peço a V. Ex^a, Sr. Presidente, que ordene a transcrição nos Anais deste documento hoje publicado pela imprensa brasileira, e que traz como título no jornal **Correio Braziliense**: "Governo divulgará tudo sobre o caso Coroa-Brastel". Este o pedido que faço a V. Ex^a, esperando o deferimento. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. JORGE ARBAGE, EM SEU DISCURSO:

"GOVERNO DIVULGARÁ TUDO SOBRE CASO COROA-BRASTEL"

Vai mostrar que sua participação no episódio foi rigorosamente dentro do que manda a Lei

O Governo fará divulgar nos próximos dias um documento completo sobre os fatos que determinaram a intervenção e posterior liquidação extrajudicial das empre-

sas do grupo Coroa-Brastel, para conhecimento do público em geral, e das Casas do Congresso Nacional.

Previamente a esta divulgação — segundo nota distribuída ontem pela SEPLAN — "deseja o Governo esclarecer à opinião pública sobre alguns fatos que têm sido objeto de declarações públicas do principal administrador do Grupo Financeiro. Assis Paim Cunha, seja através da imprensa, seja em depoimentos prestados nas Casas do Congresso. Nessas intervenções, o Sr. Paim Cunha procura atribuir às autoridades econômicas a responsabilidade pelas dificuldades de gerenciamento de suas empresas, de tal forma a conduzi-las ao estado de insolvência. E vai mais longe na ânsia de defender-se nos processos-crimes que lhe são movidos em decorrência de delitos cometidos na administração das empresas. O Sr. Paim Cunha não hesita em caluniar e injuriar, citando autoridades da área econômica, imputando-lhes ações lesivas ao patrimônio público. Por essas afirmações que atingem a integridade pessoal dos administradores públicos, responderá o Sr. Paim Cunha em juízo.

Quanto às alegações de que as dificuldades das empresas do Grupo Coroa-Brastel decorrem da ação governamental, torna-se necessário prestar os seguintes esclarecimentos:

O Grupo Brastel teve sua origem em 1965, com a fusão de duas redes de lojas, que comercializavam eletrodomésticos, denominadas Cobrás e Telegel. Com o surgimento do crédito direto ao consumidor, a venda desses bens surgiria às empresas daquele ramo a organização de estruturas administrativas capazes de lhes propiciar condições de comercialização em maior escala.

Para atingir tal objetivo, o Grupo Brastel passou a adquirir empresas em dificuldades financeiras ou desinteressadas na continuação dos seus negócios, tendo incorporado, sucessivamente, as cadeias de lojas Regal, Lojas Par, Rei da Voz, Distribuidora Mercantil Fidalgo, Rizon, entre inúmeras outras de diversos ramos.

No contexto desse processo acelerado de absorção de negócios de terceiros e crescimento estrutural. O Grupo que tinha suas atividades voltadas exclusivamente para a comercialização de eletrodomésticos, passou a desenvolver inúmeras atividades de comercialização, no atacado e no varejo; de industrialização, de negócios imobiliários; de turismo; de reflorestamento; de pecuária; de piscicultura; de prestação de serviços e, no setor financeiro, passou a constituir um complexo econômico com mais de quarenta empresas, que oferecia cerca de 8.500 empregos diretos. Tudo isso, a partir do exercício de 1971. No início da década de 80, o Grupo absorveu o controle da Corretora Laureano.

O Caso Laureano

Insistentemente, o Sr. Assis Paim Cunha tem acusado autoridades da área econômica do Governo de serem responsáveis pela sua falência, na medida em que obrigaram o Grupo Financeiro Coroa a assumir o controle acionário da Laureano S.A. — Corretora de Valores, em razão do que sobrevieram as dificuldades que tornaram insustentável a continuidade das atividades empresariais.

Contudo, já em 30-4-81, a Assembléia Geral Ordinária de acionistas da nova empresa Coroa S.A. — Corretora de Valores, com a presença do Sr. Assis Paim Cunha, aprovou, sem reservas, as contas dos ex-administradores da Laureano S.A. — Corretora de Valores, dando, portanto, ampla quitação às obrigações dos dirigentes daquela instituição. Registre-se que essa aprovação representou, em última instância, que o Sr. Assis Paim Cunha, naquele instante, abria mão, voluntariamente, de direitos efetivos, constantes em cláusula contratual do instrumento de compra e venda do controle acionário da Laureano S.A. — Corretora de Valores, segundo a qual o Sr. Roberto Santos Laureano comprometia-se a garantir eventuais deficiências financeiras e patrimoniais que

viesses a ser constatadas na escrita daquela instituição pelo Grupo comprador.

Sobre a alegação de "levados prejuízos" sofridos em face do substancial passivo a descoberto da Laureano S.A. — Corretora de Valores, cuja absorção o Sr. Assis Paim Cunha, hoje indica como a causa fundamental da derrocada de seu Grupo, contrapõe-se a Assembléia Geral Ordinária, realizada em 17-3-82, que com a presença do referido Sr. Paim Cunha aprovou, por unanimidade, as contas dos administradores, apontando um lucro líquido superior a Cr\$ 36,2 milhões, decidindo distribuir dividendos no valor de Cr\$ 9.056.929,39. Mais: decidiu a Assembléia atribuir, a título de participação nos lucros, a importância de Cr\$ 804.336 aos membros da Diretoria, além de elevar o capital da Corretora de Cr\$ 114.389.861,86 para Cr\$ 399.533.915, distribuindo as correspondentes ações a título de bonificação...

Mas a satisfação do Sr. Assis Paim Cunha com a aquisição do controle acionário da ex-Laureano S.A. — Corretora de Valores, atinge seu clímax em setembro de 1982. Em relatório encaminhado ao Banco Central do Brasil, através de expediente datado de 8-9-82, o líder do Grupo Coroa-Brastel afirma:

"Entretanto, é na Corretora Laureano que a atuação do Grupo é mais significativa, pois que assumiu a empresa em 11-2-81, com um patrimônio líquido real negativo (considerando-se as insubsistências ativas e superviniências passivas) de Cr\$ 1.428.503.620, em seu balanço de 30-6-82 este patrimônio líquido é de Cr\$ 1.101.816.122,34; a empresa teve no princípio semestre um lucro de Cr\$ 142.318.227 e ainda apresentou uma excelente liquidez, como indica seu Ativo Circulante, de Cr\$ 1.184.602.643, e seu Passivo Circulante, de Cr\$ 204.010.422".

Assis Paim foi quem pediu, expressamente, para comprar a Corretora Laureano

"Como visto, em apenas 16 meses a empresa foi recuperada, atendidos interesses do mercado financeiro, sem redução de pessoal ou de sua atividade, a qual aliás pelo contrário, ainda se expandiu. Este nos parece um exemplo oportuno de como a capacidade empresarial de percepção do "timing" e do contexto e condições de um negócio podem gerar resultados onde mesmo empresários experientes não conseguem vislumbrar soluções. Estas, uma vez que nada aparentemente mudou, estavam à vista, necessitando apenas de olhos que a vissem. Esta visão representou em 1981, mais de 2 bilhões de cruzeiros".

Torna-se importante notar que a solicitação de compra da Corretora Laureano foi feita expressamente pelo Sr. Assis Paim Cunha, na qualidade de um dos principais credores da Corretora, e como solução de mercado que interessava vitalmente às suas organizações, de tal forma que a não absorção poria em risco a própria estabilidade econômica e financeira do Grupo Coroa-Brastel. Nesta ocasião, conforme indicado pelo administrador da Coroa-Brastel, seu Grupo era credor de aproximadamente trezentos milhões de cruzeiros da Corretora Laureano.

A decisão da autoridade governamental, ao permitir a citada absorção, inseria-se no objetivo de impedir a falência do Grupo Coroa-Brastel e o desmantelamento das atividades comerciais, industriais e financeiras que levariam ao desemprego mais de 8 mil empregados, à época.

A Assistência Financeira

A incorporação dessas empresas, a maioria delas com passivos na área fiscal e trabalhista, exigiu elevado volume de investimentos, para o qual o grupo não estava evi-

dentemente preparado, tal como demonstram os resultados verificados posteriormente.

Não obstante as constantes afirmações feitas pelos administradores do Grupo Coroa-Brastel, em documentos por eles assinados e encaminhados aos órgãos oficiais, no sentido de que sua situação econômico-financeira era de solidez — aliada à sua manifesta intenção de expandir-se, especialmente no setor financeiro — a realidade era que, desde 1978, conforme se verificou posteriormente, todo o complexo econômico Coroa-Brastel vivia delicada situação de liquidez, dissimulada pela estreita vinculação entre as empresas financeiras e não financeiras, que se socorriam mutuamente, ocultando essa realidade. Com esse procedimento, os administradores do Grupo Coroa-Brastel conseguiram, por longo tempo iludir o mercado, fazendo o falso tomar o lugar do verdadeiro, procurando, com isso, auferir benefícios em seu favor.

Essa situação veio a refletir-se na Coroa S.A. — Crédito Financiamento e Investimento, que, com certa habitualidade, recorria ao mecanismo de assistência financeira do Banco Central do Brasil, institucionalizado através da Resolução nº 374 de 9-4-76.

Assim é que, em 14-12-78, o Banco Central do Brasil liberou a importância de Cr\$ 25 milhões para a Financeira do Grupo, importância que foi liquidada em prestações diárias de Cr\$ 1 milhão, no período de 15-1-79 a 22-2-79.

Em 27-12-78, a Coroa S.A. — Crédito Financiamento e Investimentos, voltou a receber nova assistência financeira, no valor de Cr\$ 40 milhões, paga em três parcelas, sendo a primeira de Cr\$ 15 milhões, em 11-1-79, a segunda também de Cr\$ 15 milhões, em 12-1-79, e a terceira de Cr\$ 10 milhões, em 18-1-79.

A financeira voltou a obter assistência do Banco Central do Brasil, em 28-3-79, no valor de Cr\$ 50 milhões. Essa operação foi liquidada em cinco parcelas semanais, no período de 10-4-79 a 8-5-79.

No período de 10-2-81 a 20-3-81, o Banco Central do Brasil realizou com a Coroa S.A. — Crédito Financiamento e Investimentos, mais cinco operações de assistência financeira de curtíssimo prazo, que somadas importavam, à época, em Cr\$ 371,7 milhões, todas elas liquidadas no período de 13-2-81 a 14-8-81. Registre-se, entretanto, que, nesse período, o saldo devedor mais elevado mantido pela Financeira, no Banco Central do Brasil, foi de Cr\$ 81,5 milhões.

De 14-8-81 a 30-5-83, a Coroa S.A. — Crédito Financiamento e Investimentos, não manteve no Departamento de Operações Bancárias do Banco Central do Brasil qualquer saldo devedor relativo a operações de assistência financeira, ao amparo da Resolução nº 374, de 9-4-76, demonstrando, aparentemente, perfeita estabilidade.

A propósito de tal estabilidade, o então presidente do Banco Central do Brasil, Sr. Carlos Geraldo Langoni, posteriormente ao último período citado, através do ofício PRESI-1269-A/83, de 1-9-83, dirigido ao Sr. Ministro da Fazenda, assim se manifestava:

"Permito-me registrar, nessa ordem de considerações, que não se havia detectado, com a utilização dos métodos ordinários de fiscalização deste Banco Central, até fins do primeiro quadrimestre do ano em curso, indícios de dificuldades de ordem financeira que estivessem a afetar, de alguma forma, as empresas integrantes do denominado Grupo Coroa-Brastel. Concorrendo para essa imagem de normalidade, dentro de um mercado particularmente sensível ao perfil de desempenho e liquidez das instituições que o integram, poderiam ser citados dados significativos tais como:

"Aliado à inexistência de qualquer restrição às instituições do Grupo Coroa no âmbito da fiscalização desta autarquia, havia o fato de que já há 18 meses não recorriam as empresas do aludido Grupo ao mecanismo institucional de assistência financeira regulado pela Reso-

lução nº 374, do Conselho Monetário Nacional; a posição devedora das mencionadas instituições, aliás, junto a esta autarquia, representava, em termos de principal valor pouco superior a Cr\$ 74 milhões, montante que se pode considerar de pouca expressão diante do que refletiam as demonstrações patrimoniais do Grupo como sendo o porte econômico do devedor."

"A confirmar essa impressão geral de suposta solidez econômico-financeira do Grupo, a publicação especializada Bolsa, órgão oficial da Bolsa do Rio, edições de abril (nº 586) e maio de 1983 (nº 594), traziam, a primeira, alentada reportagem sobre o Grupo Coroa-Brastel e seu controlador, Assis Paim Cunha, sob o título "Sem Medo da Crise", onde, a par de considerações acerca do vertiginoso sucesso econômico dos diversos empreendimentos sob sua administração, chegava a catalogar a Corretora do Grupo "entre as dez primeiras do país" (anexo I), e, a segunda, seleta classificação onde tanto o empresário como o Grupo Brastel-Coroa figuram sob o destaque Receitas do Sucesso — Os Bem Sucedidos.

As Assembléias sabiam que a Laureano estava indo muito mal financeira e economicamente

Nessa época, como verificado pelo relatório anexado ao expediente de 8-9-82, dirigido ao Banco Central do Brasil pelo Sr. Assis Paim Cunha, sobressaía a sólida situação econômico-financeira das empresas do Grupo, revelando planos no sentido de ampliar as atividades comerciais e industriais, inclusive pela incorporação de novas empresas.

Em carta de 18-4-83, o Sr. Assis Paim Cunha submeteu ao Banco Central do Brasil protocolo de intenção de bolding do setor financeiro do Grupo Coroa-Brastel, Coroa Administração e Participações Ltda; afirmando a intenção de assumir a totalidade do controle acionário das empresas do Grupo financeiro Delfin, então sob regime de intervenção, tudo a confirmar as aparências de sólida situação do Grupo.

Surpreendentemente, menos de um mês depois da apresentação dessa proposta, ou seja, em 31-5-83, a Coroa S.A. Crédito, Financiamento e Investimentos dirigiu expediente àquele órgão solicitando auxílio financeiro de emergência, da ordem de Cr\$ 25 bilhões, acompanhado de nota promissória de sua emissão, no mesmo valor, com vencimento para 30-6-83, e avalizada pelos Srs. Assis Paim Cunha e Abram Zylbersztajn.

O Grupo não estava preparado para incorporar empresas com tão elevados passivos fiscais

Naquele expediente, os dirigentes da empresa informavam que os recursos destinavam-se a atender à premente e transitória necessidade de liquidez daquela Financeira, e seria utilizados para resgatar letras de câmbio de seu aceite.

A decisão de atender àquele pedido de assistência financeira foi antecedida de cuidados especiais do Banco Central do Brasil, que exigiu do Grupo Coroa-Brastel a constituição de garantias reais para celebrar o respectivo contrato de empréstimos, representadas por caução de direitos credores de operações ativas, avais de diretores ou acionistas majoritários e compromisso de constituição de hipoteca sobre imóveis de propriedade de empresas do Grupo.

Assim em correspondência também de 31-5-83, o Sr. Assis Paim Cunha, na qualidade de acionista majoritário do Grupo, comprometeu-se a caucionar, em garantia daquela operação, 93% das quotas de capital de todas as

instituições do Grupo Coroa, até que bens imóveis de propriedade de suas empresas pudessem ser avaliados para constituírem a garantia real exigida pelo Banco Central do Brasil, não só para o fim de futura mobilização, nos termos do artigo V, da Resolução nº 374, como também para eventual hipoteca em favor daquele órgão.

O Mecanismo dos Empréstimos de Liquidez

Cabe assinalar que a utilização de empréstimos de liquidez dentro do mecanismo institucionalizado pela Resolução nº 374 é extremamente ágil. O hiato de tempo que decorre entre a apresentação do pleito pela instituição financeira e a decisão do Banco Central do Brasil de deferir a concessão de empréstimo corresponde, regra geral, ao prazo que a instituição dispõe para honrar suas posições devedoras dentro do mercado. A ruptura de cadeia de resgate e aplicação pode levar à insolvência a mais sólida das empresas, ante a ausência de uma rápida decisão das autoridades monetárias.

Por outro lado, e no que tange as normas relativas aos limites dos valores das operações passíveis de socorro dentro do mecanismo de liquidez. O Manual de Normas e Instruções (MNI), do Banco Central do Brasil, estabelece as seguintes situações:

- a) operações intralimite;
- b) operações extralimite;
- c) operações de mobilização de ativos de sociedade financeira devedora ou de pessoas físicas ou jurídicas ligadas.

No caso das operações intralimite o teto do contrato de abertura de crédito corresponde a 3% (três por cento) dos aceites cambiais constantes de balanço, podendo ser reajustado semestralmente (MNI-19-8-6-5-a-1).

As operações extralimite, tratadas no MNI-19-8-6-5-a-2, referem-se à concessão, em caráter excepcional, de empréstimos suplementares, com base em limite adicional idêntico ao fixado para as operações intralimite.

Dentro do limite das operações intra e extralimite, podem ser consolidadas operações de mobilização de ativos da sociedade financeira devedora e/ou das pessoas físicas ou jurídicas a ela ligadas (MNI-19-8-6-5).

O Banco Central do Brasil pode atender, ainda, a efetivas necessidades de liquidez que superem o limite das operações extralimite, mediante exame de cada caso, obrigando-se a sociedade financeira a apresentar plano de mobilização de seus ativos ou de pessoas físicas ou jurídicas a ela ligadas, o qual deve ser concretizado no prazo máximo de 180 dias, conforme estatui O Manual de Normas Internas do Banco Central.

Vê-se, pois, que a mobilização de bens pode ocorrer em duas fases do processo de assistência de liquidez; uma, mediante consolidação de dívida das operações intra e extralimite não liquidadas; e outra, quando a instituição tiver necessidade de recursos superiores àqueles limites.

Neste último caso, a instituição deve antecipar o compromisso da mobilização de seus ativos ou de pessoas físicas ou jurídicas a ela ligadas, a ser concretizado no prazo máximo de 180 dias, caso perdurem as dificuldades para pagamento dessa obrigação excepcional.

Trata-se, na verdade, de viabilizar a liquidação de operações de liquidez com a negociação de bens imóveis pertencentes a empresa e/ou pessoas a ela ligadas, de forma a permitir a sobrevivência da instituição quando de eventuais crises transitórias de liquidez financeira, sempre que patrimonialmente viável.

O Banco Central do Brasil, no prazo em que deva ser concretizada a mobilização (180 dias), certifica-se dessa viabilidade, bem como adota as providências necessárias à eventual efetivação da operação, notadamente quanto ao valor de avaliação dos bens e à regularização dos documentos de propriedade.

Presentes tais circunstâncias, o Banco Central do Brasil decidiu conceder, em 31-5-83, ao amparo da mencionada Resolução nº 374, mediante a formalização do competente contrato de abertura de crédito, empréstimo da ordem de Cr\$ 25.000.000.000 (vinte e cinco bilhões de cruzeiros), enquadrando-se parte dessa aplicação, no valor de Cr\$ 1.360.000.000 (um bilhão, trezentos e sessenta milhões de cruzeiros), no item III-a-1, do permissivo regulamentar em foco, e os restantes Cr\$ 23.640.000.000 (vinte e três bilhões, seiscentos e quarenta milhões de cruzeiros) no item V do mesmo normativo.

Desde 1978 a Coroa-Brastel vivia delicada situação de liquidez, mal dissimulada

Em 21-6-83, a Coroa S.A. Crédito, Financiamento e Investimentos, voltou a solicitar novo aporte de recursos do Banco Central do Brasil, no montante de Cr\$ 5 bilhões, apresentando ao órgão carta datada de 31-5-83. A operação foi deferida pela diretoria da área bancária, com base nas mesmas disposições regulamentares, e os direitos e obrigações das partes mutuantes passaram a incorporar o contrato firmado em 31-5-83.

Portanto, as duas operações realizadas pelo Banco Central do Brasil com a Coroa S.A. Crédito, Financiamento e Investimentos, a primeira no valor de Cr\$ 25 bilhões e a outra no montante de Cr\$ 5 bilhões, foram revestidas de todas as formalidades legais e regulamentares, exigidas pelas normas específicas em vigor, igualmente aplicadas anteriormente a diversos outros casos similares.

Logo, não é lícito ao Sr. Assis Paim Cunha afirmar que em nosso país os últimos Governos se acostumaram a "solicitar" a ajuda de empresários para o encontro de soluções para problemas delicados no mercado financeiro, e que sob o peso deste tipo de "coação" fora muitas vezes convocado a atuar na solução de problemas de mercado.

É costume, também, do Sr. Assis Paim Cunha afirmar que o empréstimo de Cr\$ 2,5 bilhões concedido pela Caixa Econômica Federal à SNCI — Sociedade Nacional de Comercialização Integrada Ltda. — em 30-6-81, e aprovado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico, nos termos da documentação daquela Caixa, destinava-se à expansão da rede de lojas da Brastel, e que esses recursos foram utilizados para liquidar débito remanescente da Laureano S.A. — Corretora de Valores, inclusive para com a SNCI — Sociedade Nacional de Comercialização Integrada Ltda., constante da escrita da Coroa S.A. — Crédito, Financiamento e Investimentos, sendo, assim, fictício o objetivo declarado da operação.

Segundo o contrato firmado pelo Sr. Assis Paim Cunha com a Caixa Econômica Federal, em 30-6-81, o objetivo declarado da operação é:

"... têm justo e contratado, pelo presente instrumento, um financiamento no valor de Cr\$ 2.500.000.000 (dois bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros)... a ser aplicado para reforço de capital de giro da empresa..." (grifos nossos).

O objetivo do contrato, portanto, era claramente, o de reforçar o capital de giro da SNCI — Sociedade Nacional de Comercialização Integrada Ltda. — de acordo com a conveniência da empresa, ficando a utilização dos recursos a critério de seus administradores, sempre ao resguardo dos termos contratuais.

Pela descrição desses fatos, fica evidente que toda a assistência financeira às empresas do Grupo Coroa-Brastel foi concedida mediante solicitações expressas de seus administradores, ao amparo da lei e dentro das normas regulamentares, da mesma forma que a centenas de outras empresas brasileiras, seja dos ramos comercial e industrial, seja da área financeira.

Nos casos da espécie, cumpre ao Banco Central do Brasil, agindo em conformidade com as normas legais e regulamentares pertinentes, adotar as seguintes medidas e providências:

a) intentar a recuperação da entidade, mediante assistência financeira de liquidez com o objetivo de evitar o surgimento de traumas no mercado financeiro, zelando pela liquidez e solvência das instituições financeiras, conforme preconiza o artigo 3º, inciso VI, da Lei nº 4.595, de 31-12-64;

b) intentar, com o mesmo objetivo indicado na alínea anterior, que se alcance a denominada "solução de mercado", como previsto no artigo 10, inciso IX, letra "c", e § 1º, do mesmo diploma legal;

c) desde que verificada a inviabilidade dos procedimentos a que se referem às alíneas a e b, antecedentes, decretar o regime especial regido pelas disposições constantes da Lei nº 6.024, de 13-3-74.

Adotada a decisão de decretar a intervenção ou a liquidação extrajudicial da entidade, pela presença, na hipótese, dos pressupostos estabelecidos nos artigos 2º, 3º ou 15 da Lei nº 6.024, compete ao Banco Central do Brasil:

a) instaurar, imediatamente, o inquérito de que trata o artigo 41 da mesma Lei, com vistas a apurar as causas que levaram a entidade aquela situação, bem como a responsabilidade de seus administradores pelos prejuízos causados;

b) instaurar processo administrativo, com o objetivo de apurar o procedimento dos administradores da sociedade, para aplicação, aos responsáveis pelas irregularidades verificadas, das penalidades cabíveis, enumeradas no artigo 44 da Lei nº 4.595, de 31-12-64;

c) dar conhecimento ao Ministério Público dos indícios da prática de atos passíveis de configurar crime de ação pública ou contravenção penal, imputáveis a administradores da sociedade, para instauração da ação penal cabível.

Relativamente ao Grupo Financeiro Coroa, como fartamente demonstrado neste trabalho, as autoridades monetárias e, mais precisamente, o Banco Central do Brasil conduziram-se de forma incensurável, cumprindo integralmente as disposições legais e regulamentares.

Paim Cunha está indiciado em 2 inquéritos por emissão de cheques e letras frios

De fato, tão logo conhecida pelas autoridades a grave situação enfrentada pelo Grupo Financeiro Coroa, procurou-se encontrar para o caso uma "solução de mercado", mediante a transferência, a grupo idôneo, do controle acionário das empresas e assunção de seus ativos e passivos.

Ao mesmo tempo, baldados que foram os esforços para consecução desse objetivo, acolheu o Banco Central do Brasil novo pleito formulado pelo Grupo Financeiro Coroa no sentido de recorrer ao mecanismo institucional da assistência financeira de liquidez.

Como ficou perfeitamente esclarecido neste trabalho, agiu o Banco Central do Brasil, no episódio, com estrita observância dos preceitos legais e normas regulamentares que disciplinam a matéria, procurando, dessa forma, através de mecanismos apropriados, afastar a crise enfrentada pelo Grupo Financeiro Coroa, como era de seu dever, uma vez que lhe cumpre — como lhe cumpria então — zelar pela liquidez e solvência das instituições financeiras, realizando com elas operações de empréstimos, dentro das condições regularmente estabelecidas.

Entretanto, a ação fiscalizadora então desencadeada veio a mostrar, nas empresas do Grupo Financeiro Coroa, além da crise de liquidez que atravessavam, e que poderia caracterizar tão-somente um "acidente de percurso", a presença de graves irregularidades operacio-

nais capazes de acarretar riscos inaceitáveis ao sistema do mercado de capitais, e indicadores de intolerável descalabro empresarial.

Diante desse quadro altamente negativo, outra alternativa não restava ao Banco Central do Brasil senão a de acionar os mecanismos previstos na Lei nº 6.024, de 13-3-74.

O Banco Central do Brasil decidiu, no caso, optar pela decretação, nas empresas do Grupo, do regime de intervenção, o que mostra, mais uma vez, seu empenho em encontrar fórmula capaz de preservar os legítimos interesses dos credores, sabido que, no processo de intervenção, torna-se ainda factível a transferência do controle do capital social das empresas a ele submetidas e a asunção, por terceiros, de seus ativo e passivo, com o prosseguimento das atividades econômicas da instituição, observadas as condições estabelecidas no artigo 7º, da Lei nº 6.024, de 1974.

Dessarte, decretada por atos de 27-6-83, a intervenção nas entidades integrantes do segmento financeiro do Grupo, e com vistas ainda a preservar a situação das empresas comerciais e industriais que compunham o referido conglomerado, foram examinadas, pelo Banco Central do Brasil, propostas de outros grupos interessados em assumir o controle daquelas entidades. Esses grupos foram o Fenícia e o Pão de Açúcar.

Entretanto, a verificação, pelos próprios interessados, da real situação econômico-financeira ostentada pelo Grupo Coroa-Brastel, inviabilizou as negociações que vinham sendo entabuladas.

Diante do quadro descrito no relatório apresentado, em conformidade com o artigo 11, da Lei nº 6.024, de 1974, pelo interventor na Coroa S.A. — Crédito, Financiamento e Investimentos, decidiu o Banco Central do Brasil, por atos formalizados em 12-8-83, convocar o regime em liquidação extrajudicial, que se processa regularmente, com a convocação dos credores para habilitação de seus créditos, seguindo-se os demais trâmites legais.

Com a formalização do ato de intervenção e com base na mesma Lei nº 6.024/74, o Banco Central do Brasil determinou a concomitante instauração do inquérito de que trata o artigo 41, do citado diploma legal, com vistas a apurar as causas que levaram aquelas instituições à insolvência, como, também, a responsabilidade de seus administradores pelos prejuízos causados.

Ainda, em consequência da decretação da intervenção, o Banco Central do Brasil instaurou processo administrativo, com o objetivo de apurar o procedimento dos administradores da entidade, para cominação, aos responsáveis pelas irregularidades verificadas, das penalidades cabíveis, enumeradas no artigo 44, da Lei nº 4.595, de 31-12-64.

Apurados que foram, no curso do processo de intervenção, posteriormente convocado em liquidação extrajudicial, elementos de prova da prática de atos passíveis de capitulação como crime e de ação pública ou contração penal, imputáveis a administradores daquelas instituições, deles se deu pronto conhecimento ao Ministério Público, para adoção das providências de sua alçada, com vistas à instauração da ação penal cabível.

Em resultado da atuação do Banco Central do Brasil, foram encaminhados ao Poder Judiciário os autos dos inquéritos a que se procedeu nos termos dos artigos 41 e 45 da citada Lei nº 6.024/74, assim como foram instaurados procedimentos de natureza penal indiciando o Sr. Assis Paím Cunha. Tais procedimentos, dentre outros, encontram-se em tramitação no Juízo de Direito das Varas Criminais do Rio de Janeiro, como se segue:

13ª Vara Criminal — Inquérito completo sobre emissão de Letras de Câmbio frias, isto é, não contabilizadas;

35ª Vara Criminal — Inquérito completo sobre emissão de 218 cheques sem fundos.

O episódio Coroa-Brastel determinou também a adoção de providências internas no Banco Central do Brasil, mediante a realização de sindicância, de que resultou a instauração de procedimento administrativo disciplinar para apuração de eventuais responsabilidades de servidores da Autarquia.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — V. Exª será atendido na forma regimental.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Jackson Barreto.

O SR. JACKSON BARRETO (PMDB — SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, um grupo de parlamentares preparou, no dia de hoje, dois documentos com o objetivo de discuti-los na Comissão de Relações Exteriores, da Câmara dos Deputados. Lamentavelmente, não tivemos, hoje, a reunião normal daquela Comissão. Esses documentos têm como objetivo questionar o Governo brasileiro, e particularmente o Ministério das Relações Exteriores, o Itamarati, através do Departamento das Américas para explicar ao Congresso Nacional, e ao povo brasileiro essa venda absurda de oito aviões “Tucanos” que foram vendidos pelo Governo brasileiro ao Governo de Honduras, com crédito aberto pelos Estados Unidos, na ordem de 10 milhões de dólares. É evidente, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, que esta Nação não é uma Nação de imbecis, como pensa o Governo, como pensam os sofismadores, como pensam aqueles que tentam explicar para nós que os aviões vendidos são apenas aviões de treinamento, e o seu uso não é para guerra na América Central. Mas, sabemos que o Governo brasileiro, que o Itamarati não tem condições de fiscalizar, de vigiar o uso desses aviões. O Governo brasileiro vendeu, e quem comprou pode usá-lo da maneira que desejar.

Sabemos, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, de que esses aviões serão usados claramente contra o Governo da Nicarágua, porque o mundo inteiro sabe que Honduras, hoje, se transformou numa nação títere dos interesses dos Estados Unidos da América do Norte. E é em Honduras que nós temos hoje a maior base militar dos Estados Unidos, usada em momentos para abafar a luta de libertação do povo de El Salvador, e usada, diuturnamente, com o objetivo de desestabilizar o Governo sandinista da Nicarágua.

Então, perguntamos como fica a posição do Governo brasileiro que tem insistido em defender o princípio da auto-determinação dos povos? Como fica o Itamarati que defende a posição da não ingerência nos assuntos de outro país? Como fica o Governo brasileiro, através do Presidente da República, que tem feito constantes pronunciamentos e reiterado a sua posição de adesão aos países membros de Contadora, que têm trabalhado com o objetivo de trazer a paz para a América Central?

É contraditória Sr. Presidente e Srs. Congressistas! No momento em que o Governo brasileiro assume publicamente uma posição em defesa da luta dos países de Contadora, de maneira sub-reptícia, o Governo brasileiro vende aviões “Tucano” ao governo de Honduras, e sabemos que esses aviões serão usados com o fim precípua de tentar desestabilizar o governo da Nicarágua.

Deixamos aqui registrado o nosso protesto e deixamos também registrado nos Anais do Congresso a íntegra dos documentos que iremos apresentar, um grupo de Parlamentares composto pelos Deputados Arthur Virgílio Neto, Jackson D'Ornellas, Jackson Barreto, Márcio Santilli e tantos outros que compõem a Comissão de Relações Exteriores, onde estamos questionando o Governo brasileiro na venda dos aviões “Tucano”.

Para finalizar, Sr. Presidente, requeremos também seja inserido nos Anais do Congresso Nacional o artigo do

Jornalista Carlos Conde, intitulado “Brasil desaponta Grupo de Contadora”, publicado pelo **Jornal de Brasília** do dia 26 de maio de 1984.

Lamentamos profundamente, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, quando o mundo inteiro aplaude a decisão do Tribunal de Haia, que condenou a ação do governo norte-americano, através da CIA, usando mina para fazer explodir os portos da Nicarágua, que o Governo brasileiro, numa posição que não tem justificativa, faça a venda de aviões do governo de Honduras, com o objetivo, sabemos nós, que não é outro senão a tentativa de desestabilizar o governo da Nicarágua. (Muito bem! Palmas.)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. JACKSON BARRETO EM SEU DISCURSO:

POLÍTICA EXTERNA

Carlos Conde

“BRASIL DESAPONTA O GRUPO DE CONTADORA

O Grupo de Contadora vai interpelar o Brasil. Espera-se que o governo sandinista da Nicarágua solicite uma explicação. Todos estão chocados. O 25 de maio, data nacional argentina, foi ontem arrancada de suas características originais e naturais, de congraçamento. Nem as dificuldades do encontro presidencial Figueiredo-Alfonsín tiveram tanto Ibope. Todos só falavam na venda de armas do Brasil a Honduras.

As fontes diziam, no prédio que serve de sede à chancelaria argentina na Asa Norte, que melhor teria feito o porta-voz interino do Itamarati se não dissesse nada. Foi ridicularizada sua declaração, por certo soprada pelo chanceler interino, embaixador Bueno Soares, de que o Brasil estendeu a Honduras apenas um avião de treinamento, o Tucano. Um embaixador do Grupo de Contadora me disse, após elogiar a qualidade do vinho argentino de Mendoza: “O Itamarati é mestre em sofismas, mas ontem (anteontem) ele se excedeu. Dizer que o Tucano fica fora das modalidades de armamentos, por ser supostamente um avião de treinamento, é querer zombar da nossa inteligência”.

Outro embaixador, que representa em Brasília também um importante país integrante do Grupo de Contadora, confidenciou-me: “Falar dos Tucanos, da forma como o Itamarati acaba de fazer, é como nos dizer que se oferece a um país metralhadoras sem balas”. Irritado e ironizando, o embaixador concluiu o raciocínio: “Que mandou o Brasil em lugar de balas? Flores?”.

Pelo depoimento de alguns de seus embaixadores, recolhidos na data nacional argentina, a convicção que fica é que o Grupo de Contadora se considera traído. Ele acreditou nas públicas e retiradas profissões de fé em prol do entendimento e de uma saída pacífica na América Central. Ele pensou que o Brasil efetivamente apoiava essa fórmula. Ele deu todo o crédito às declarações do chanceler Saraiva Guerreiro e do seu porta-voz, Bernardo Pericás, de que o Brasil não estava vendendo e não venderia armas a um país em conflito. Ele achou que isso seria tanto mais verdade para países da América Central. Por isso está tão chocado. Não têm a menor dúvida de que Roberto Godoy é um dos melhores repórteres brasileiros em matéria de armamentos e de que, até por isso, suas informações são sempre “quentes”. Assim, não esperava desmentidos. Mas não julgava — como me disse um de seus embaixadores — que o Itamarati falaria em “armas benignas”.

Um embaixador do Grupo de Contadora acreditado em Brasília julga que o Governo Figueiredo louvou-se, para vender o Tucano, na convicção de que poderia manter a transação em segredo. O Itamarati diz, constantemente, de forma oficial, que não comenta o assunto

e não reconhece a venda de armamentos ao exterior. No Conselho de Segurança Nacional o assunto também é sigiloso. Tudo funcionaria com a cor azul, na América do Sul, se ainda houvesse censura à imprensa. Só que o Governo Médici acabou, o de Geisel já foi embora e todos nós fazemos um super esforço para abrir ainda mais a débil abertura de Figueiredo. Em consequência, a imprensa diz quase o que quer. Foi em nome dessa realidade que o repórter Roberto Godoy, com a intimidade com que costuma falar de armas, anunciou com riquezas de pormenores a venda de armamentos a Honduras.

Para alguns, esse novo lance da indústria bélica brasileira não foi segredo. O embaixador de um importante país da América Central, certo de que seu nome e o de seu país seriam conservados em sigilo, me confidenciava ontem na chancelaria argentina: "Espero que ninguém esteja surpreso. Quando a missão da EMBRAER andou por nossa área, no ano passado, e estacionou com muito interesse em Honduras, enviei um completo relatório à nossa capital, relatando o fato. Não havia dúvidas de que o Brasil estava vendendo armas a Honduras".

A embaixada da Nicarágua em Brasília, seguindo uma linha de prudência, recusa-se a emitir uma só palavra. Com rigor profissional, não foi possível obter uma só palavra de seus representantes na recepção argentina pelo 25 de maio. Pode-se imaginar, porém, facilmente, o que eles mandaram dizer nos dois últimos dias a Daniel Ortega, líder máximo dos sandinistas.

É irônico, confessava desapontado um embaixador latino-americano não pertencente à Contadora, que "esse apoio do Brasil à corrida armamentista na América Central ocorra exatamente quando aquele grupo tanto combate o recurso às armas". O diplomata recordava: Honduras foi transformada, pelos Estados Unidos, em uma verdadeira base militar, para apoiar o regime de El Salvador e os chamados "contras" na Nicarágua, amigos de Somoza e adversários da revolução sandinista. O diplomata admitia, contristado: "O apoio do Brasil à Contadora está em xeque. As declarações deste País, de amor ao pacifismo, ficam sob suspeita. O governo da Nicarágua tem razões para ficar desconfiado. O Tucano é comprado por Honduras com crédito dos Estados Unidos. O Brasil nos deve uma explicação melhor do que essa ridícula afirmativa de que o Tucano é um avião de treinamento. O Itamarati, lamentavelmente, foi surpreendido pelo jogo da verdade".

Jornal de Brasília, sábado, 26-5-84

Brasília, 30 de maio de 1984.

Exmº Sr.

Deputado Pedro Colin

MD. Presidente da Comissão de Relações Exteriores

Nesta

Temos a honra de solicitar a esta nobre comissão a convocação do Senhor Embaixador Rubens Ricupero, Chefe do Departamento das Américas do Ministério das Relações Exteriores, para prestar esclarecimentos a respeito da venda dos oito aviões Tucanos a Honduras, com linha crédito de dez milhões de dólares aberta pelos Estados Unidos da América.

Como está visível a qualquer analista, Honduras cede hoje seu território para a instalação de poderosa base militar, através da qual os Estados Unidos pretendem desestabilizar e agredir a Nicarágua. E o compromisso programático brasileiro, no campo da política externa é não negociar armamentos para países em conflitos, sem falarmos no acordo consensual com o Grupo de Contadora, também nesse mesmo sentido.

Dai o nosso interesse em espaço para a informação, o esclarecimento e o debate.

Aproveitamos a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os protestos de estima e consideração com que nos subscrevemos.

A venda dos aviões brasileiros Tucano a Honduras, com linha de crédito (dez milhões de dólares) aberta pelos Estados Unidos da América, significa a entrada do nosso País no processo intervencionista sobre a Nicarágua. Tal atitude do governo que nos rege, a um tempo, desmente o programa do Itamaraty de não vender armas a países em conflitos e o acordo consensual com o Grupo de Contadora, que preconiza que não se arme a região centro-americana sob nenhum pretexto.

Seguros de que o caminho adotado, neste episódio, pela diplomacia nacional visivelmente constrangido pela ingerência do Estado-Maior das Forças Armadas e fiéis aos princípios sagrados da não-intervenção e da autodeterminação dos povos, sugerimos a esta comissão:

ENVIAR NOTA AO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA CONDENANDO A OPÇÃO FEITA POR SEU GOVERNO E EXIGINDO A ANULAÇÃO DA AÉTICA OPERAÇÃO COMERCIAL ENVOLVENDO OS AVIÕES TUCANOS.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Denisar Arneiro.

O SR. DENISAR ARNEIRO (PMDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A Conferência Sobre População Mundial, promovida pela Sociedade Alemã das Nações Unidas e Fundo das Nações Unidas Para Atividades de População, e concluída na semana passada, é uma preparação para a "II Conferência Internacional" sobre população do mundo, que será realizada em agosto próximo na cidade do México.

A primeira ocorreu em 1974, em Bucareste. Não sabemos até se a escolha do local foi coincidência, mas os próprios dados das Nações Unidas dão como a capital mexicana, a segunda ou terceira cidade em população no mundo, ao findar do presente século. A explosão demográfica nos países em desenvolvimento é um problema tão grave que os cientistas que participaram de uma conferência na capital alemã ocidental, a chamam de "bomba relógio".

Segundo eles, o crescimento da população mundial é de tal modo vertiginoso que a terra poderá ter, no Século XXI até 13 bilhões de seres humanos (hoje são 4,5 bilhões). Como este crescimento é maior nos países onde há escassez de alimentos, os cientistas preveem uma catástrofe de fome e violência. Para se ter uma idéia da progressão e do perigo que isso representa, basta ver, que desde o início do mundo até dezoito séculos depois de Cristo, a população mundial atingiu 1 bilhão de habitantes. Nos 120 anos seguintes, cresceu mais 1 bilhão. De 1920 a 1960 passou a 3 bilhões. Nos 15 anos seguintes chegou a 4 bilhões, nos últimos oito anos, subiu mais 800 milhões. Estima-se que o Século XX deverá terminar com 6,5 bilhões.

Os cientistas concluem que é preciso uma forte política de planejamento familiar, para evitar uma catástrofe. Essa luta pelo equilíbrio populacional já vem sendo travada e, alguns países chegam a usar medidas coercitivas, como ocorre na China, o país de maior população do mundo, com 1 bilhão de habitantes. Lá, cada casal só pode ter um filho, recebendo por isto, um abono de 8% do salário. Se nascer uma segunda criança, a família perde o abono e se nascer uma terceira, ele ficará inteiramente à margem da sociedade, excluído de todos os benefícios sociais e sem direito também a ração de arroz que cada chinês tem direito.

Sr. Presidente, será que não está na hora no nosso Brasil, também, começar a pensar neste problema? Vamos respeitar as religiões, mas todas elas terão que aprofundar-se nesses estudos para achar uma forma rápida e eficiente para ajudar os menos favorecidos a controlar a natalidade.

Não ignoramos que somos um País com condições de até abastecer o mundo com mantimentos para sua sobrevivência, mas nossa produção agrícola não vem crescendo como seria de desejar. Nosso custo de produção agrícola é caro e desordenado o seu plantio. Nos últimos dez anos, o aumento de produção de grãos não foi o suficiente para dar ao nosso povo a alimentação base para o seu sustento como exige uma nação bem nutrida. Alguns milhões de toneladas que estamos exportando é em detrimento daqueles que são mal nutridos e não têm condições de comprar alimentação adequada. Estamos construindo uma raça de anões, desfigurados e desnutridos, agravados agora pela política de exportação a qualquer custo. Temos que achar uma saída a médio prazo para, em breve, não sermos comparados com países africanos, em particular com o Quênia onde a taxa de nascimento chega a 4% ao ano, porém, mais da metade morre antes de completar um ano. Os que sobram são esqueletos humanos, jamais podendo edificar um país, mesmo que seu solo seja muito rico em minerais. Vamos pensar muito no problema da natalidade, mas vamos trabalhar mais ainda para achar uma solução justa e duradoura. O Brasil precisa ocupar os seus espaços vazios, mas jamais com uma sub-raça, como poderá ocorrer no início do próximo século.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Rosa Flores.

O SR. ROSA FLORES (PMDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A ELETROBRÁS proclama que construirá, em 1985, no baixo-Jacuí, uma usina termoeletrica, segundo palavras recentes do seu diretor Telmo Thompson Flores. Esse projeto, amadurecido no tempo, parece que agora será concretizado. São Jerônimo, município matriz da região carvoeira, oferece condições especiais para a implantação do projeto. No seu vizinho distrito, conhecido como Vila do Conde, existe uma propriedade, preparada através de serviços de terraplenagem, com uma área de 240 hectares, onde deveria ser a sede do pólo carboquímico.

Essa área, de dimensões apreciáveis, com a sua situação jurídica regularizada, é predestinada a um empreendimento dessa natureza; basta tão-somente que os setores competentes do Governo formulem negociação.

A ausência de uma política clara do Governo a respeito do carvão nos leva a supor de que o audacioso projeto referente ao pólo carboquímico está sobrestado na sua implementação, se não estiver sepultado.

A iminente importação de carvão colombiano, resultante de pressões de interesses obscuros, provocou um retraimento do Governo na política do carvão.

Ainda que não consumada a importação, é fora de dúvida que o Governo, estrategicamente, desencoraja as iniciativas nesse setor tão fundamental da economia nacional. Diante disso é de se indagar a respeito dessa gleba de terra que recebeu tratamento adequado para sediar o pólo carboquímico. As condições de localização e acesso à propriedade são extremamente favoráveis, requisitos, aliás, já bem averiguados. Urge, pois, que as autoridades federais examinem essa possibilidade diante dos respectivos projetos, o da implantação do pólo e o da instalação da usina, para que não se deixe, por falta de diálogo, na ociosidade, esse patrimônio.

Seria inconcebível que a usina do baixo-Jacuí fosse construída em outra área, a não ser que o Governo, reto-

mando o projeto do pólo carboquímico, resolva dar-lhe execução. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Sérgio Moreira.

O SR. SÉRGIO MOREIRA (PMDB — AL. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A imprensa tem ultimamente dado destaque a um suposto apoio de parlamentares oposicionistas à candidatura do Sr. Paulo Maluf. Essas notícias nos causam estranheza pelo fato desses parlamentares não desmentirem, nem tampouco confirmarem uma posição que, ao meu ver, é constrangedora.

Esse “balão de ensaio”, uma tentativa de obter apoio na Oposição, faz com que nós, integrantes do PMDB, deixemos outras importantes preocupações de lado para nos ocuparmos com esta possível deserção de companheiros, eleitos sob a legenda de um Partido que tinha e tem compromissos com a Democracia, com a moralização das instituições públicas e com a defesa da riqueza nacional, que num momento delicado da vida política nacional, passem a apoiar uma alternativa que, contrária a todo o programa da Oposição, prega abertamente e promete cumprir uma política inversa aos desejos do povo brasileiro.

É preocupante que companheiros e Deputados do PMDB possam ir à televisão declarar que votariam em um candidato execrado pela população e reconhecido como corrupto até pela conhecida figura do Deputado Herbert Levy, membro do mesmo partido que esse candidato. Um outro companheiro de Partido dá uma entrevista e nela admite ter chamado esse notório agente das forças do passado de “Presidente”, outros menos afortunados e mais comedidos aceitam apenas participar de jantares de apoio, almoços e encontros “sem compromissos” com a figura deste candidato a Presidente que hoje aglutina ao seu redor o que há de mais atrasado, reacionário e obscurantista.

Cabe ao PMDB tomar uma posição clara e definida sobre essas questões que, mais que de conteúdo programático, são de responsabilidade de um Conselho de Ética. Reza o ditado popular: “Diz-me com quem andas que direi quem tu és”. O Sr. Paulo Maluf é hoje o símbolo e o agente do retrocesso político. Sua carreira foi toda construída à sombra do arbítrio. Foi prefeito e governador biônico, seus atos são marcados por irregularidades e violências. Apóia e é apoiado pelo que há de mais entreguista e saudosos da época do fascismo no Brasil. Candidato do ex-ditador Garrastazu Medici, do ex-chefe da Casa Civil dos Governos Geisel e Figueiredo, Sr. Golbery do Couto e Silva, do ex-Ministro do Planejamento, Sr. Roberto Campos, que por sua singular obediência aos interesses estrangeiros ficou conhecido como “Bob Fields”, hoje, o defensor público número um da entrega de nossa indústria de informática ao capital estrangeiro, assim como de tudo o que resta de nacional em nossa economia. Esses e mais outras figuras desse estilo são os esteios dessa triste figura.

Esse candidato, que representa o antiprograma das Oposições não pode, de maneira alguma, obter apoio, nem referências de um membro de um Partido que há vinte anos luta contra o arbítrio, contra a corrupção, contra a entrega de nossas riquezas nacionais.

Em julho próximo, o PMDB deverá realizar sua Convenção Nacional, quando então decidirá sua posição sobre os fatos e questões mais relevantes da realidade política que ora atravessamos. O PMDB fiel às suas tradições de luta pela Democracia e pela Soberania Nacional reafirmará o seu compromisso com as eleições diretas já para Presidente da República, assim como o seu empenho, por todas as formas legais possíveis, em buscar uma solução democrática que implique mudanças

substanciais no atual quadro político e tomará, por certo, uma decisão clara sobre a nossa posição partidária em relação à sucessão presidencial, e aí o PMDB exigirá, através de uma prática política coerente, que todos os seus membros, sem exceção, saiam às ruas, dêem entrevista e assumam publicamente o compromisso com um programa e com um nome que possa levar adiante esse programa democrático, e esse nome não será o do Sr. Paulo Maluf, representante de um passado que estamos tentando esquecer e de um presente do qual queremos nos afastar.

Não acreditamos em invenções fantasiosas de que dezenas de parlamentares oposicionistas estariam dispostos a apoiar Maluf. O conjunto das forças oposicionistas têm uma tradição de luta democrática que nega qualquer possibilidade desse aventado apoio.

Cobro, da Executiva de meu Partido, das lideranças das bancadas no Senado e na Câmara, que interpelem àqueles que assumem a sua opção malufista. E que se confirmada essa opção, seja acionado o Conselho de Ética para que se tome, urgentemente, uma posição quanto a esta afronta, não só àqueles que resistem há anos nesta frente democrática, que é o PMDB, mas como também a opinião pública, que não nos perdoará como Partido. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Evandro Ayres de Moura.

O SR. EVANDRO AYRES DE MOURA (PDS — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Passado o período negro da grande seca, 1979/83, o maior ciclo de estiagens de que se tem notícias desde o descobrimento, é chegado o momento de se realizar obras necessárias e que contribuam para formação de estrutura de resistência ao fenômeno físico.

É preciso que se acabe com essa mania de criação de novos programas, onde a primeira coisa é nomear o gestor e com ele, para mostrar “status”, dentro da famosa Lei de Parkson, contratar-se a **entourage** de autoconsiderados técnicos necessários à execução do programa, que consumirá seus recursos, sempre escassos. É esse o medo que tenho do chamado Projeto Nordeste. Há a SUDENE, o DNOCS e o BNB, trindade bendita que, fortificada, tem condição de executar tudo que for preciso. O Banco do Brasil, por sua vez, implantado em todos os municípios do interior, com agências ou postos avançados, tem os funcionários mais dedicados e competentes deste País. Há o Projeto Sertanejo e o Polonordeste, um visando individualmente a propriedade e o outro a comunidade; o Proterra para financiar toda infra-estrutura dos imóveis; o Prohidro, cuja finalidade maior é fazer reserva d'água com seu aproveitamento e o Provárzeas. Em projetos rurais e de industrialização urbana está a Sude-ne; para realização de obras públicas e de programas de irrigação e energia rural utilize-se o DNOCS, e os organismos ligados aos Governos estaduais que podem ser utilizados.

Por que então desprezar-se uma máquina já existente, com pessoal e experiência?

Consigam-se recursos para energia rural, às margens dos rios perenizados; nos contornos dos açudes públicos, para que irrigando-se suas áreas, transformem-se em terras produtivas, possibilitando-se uma verdadeira reforma agrária. Arranjem-se recursos para perenizar os rios secos do Nordeste ou pela transposição de águas do São Francisco ou construindo uma centena de barragens, em seus leitos, para aproveitamento de suas terras marginais. Tornem a terra produtiva e com condições de resistir às estiagens, que o homem jamais abandonará o campo para ser favelado nas cidades.

Feitas estas considerações é que temo pela sorte do Nordeste, quando ao invés de dar força aos organismos e

aos programas já existentes procura-se criar novo Programa. O futuro dirá se estamos ou não com a razão.

Dentro desta tese correta, única que poderá servir ao Nordeste, que é de aplicação de recursos em obras de formação de uma estrutura de convivência com a seca, sem a aplicação caritativa de bilhões de cruzeiros para manter milhões de nordestinos do regime de semi-emprego. Recebemos da Associação comercial do Ceará, centenária Associação de Classe, dirigida pelo líder empresarial Humberto Fontenele apelo para que as autoridades federais levem os recursos anteriormente gastos na emergência para um plano preventivo de formação de uma forte estrutura contra os efeitos das estiagens. Apelamos para a bancada nordestina para que, independente de Partido, uníssona exija esse direcionamento dos recursos. Ou se salva o Nordeste ou o Nordeste será o ponto onde estourará uma convulsão social que levará o Brasil até a Guerra Civil.

Por outro lado, ficaram inconclusos centenas de açudes, iniciados na emergência, além de outros que não suportaram as pesadas chuvas e arrombaram. Que sejam liberados recursos para conclusão e recuperação desses melhoramentos, evitando-se o descrédito de seu abandono. É nosso apelo ao Ministro Mário Andreazza e ao Ministro Delfim Netto. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra à nobre Deputada Irma Passoni.

A SRA. IRMA PASSONI (PT — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Registro aqui todo o processo de reivindicação dos professores das Universidades e autarquias do País, na área federal, e o seu andamento no Ministério da Educação, assim como, as respostas recebidas e o apelo que, amanhã, na audiência com a Ministra e com o Presidente Aureliano Chaves, a fim de que, realmente atendam às exigências, para que não se crie o caos da educação brasileira, já em pleno vigor, inclusive com a perda desse semestre letivo em todas as autarquias e Universidades federais

É a seguinte a documentação, Sr. Presidente:

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES

Conjuntas:

1. Reposição salarial de 64,8% sobre o salário de janeiro de 84, a partir de janeiro, o que corresponde a complementação de 100% do INPC de 1983.
 2. Reajuste semestral com base no INPC integral relativo ao semestre, em julho.
 3. 13º salário para os Estatutários e quinquênio para os celetistas.
 4. Piso salarial de 3 salários mínimos.
 5. Verbas para o pleno funcionamento das IES federais autárquicas.
- Específicas:
6. Revogação da portaria 62/84 e suplementação de verbas para os restaurantes e hospitais universitários.
 7. Contratação imediata dos professores classificados em concurso público.

Carta do Conselho de Representantes aos Professores da UFPR

O Conselho de Representantes da APUFPR reunido no dia 8-5-84, considerando o momento político de grave crise e arrocho impostos pelo Governo aos servidores públicos federais, incluindo o corpo docente das Universidades Autárquicas, que põem em risco as condições dignas de trabalho e a própria existência da Universidade Pública; considerando o silêncio do MEC em relação à pauta de reivindicações básicas apresentadas pela ANDES representando 35.000 docentes das Universidades

Federais Autárquicas, considerando as decisões tomadas em assembleias gerais realizadas na UFPR em consonância com as decisões do movimento docente nacional, **RESOLVE:**

1. enfatizar a decisão tomada em Assembleia Geral pelos professores da UFPR da necessidade de lançar mão de seu instrumento máximo de luta: A GREVE;
2. ressaltar a necessidade dos professores manterem constantemente informados alunos e funcionários sobre o MOVIMENTO GREVISTA;
3. ressaltar, também, a necessidade de se garantir que durante o período de GREVE e PÓSGREVE os alunos não sejam prejudicados por atitudes isoladas;
4. estabelecer como prioridade máxima a mobilização dos professores para as Assembleias Gerais, encaminhando suas decisões;
5. integrar-se, através de seus membros nas diversas comissões que se farão necessárias;
6. manter-se em reuniões extraordinárias durante o período de GREVE.

Curitiba, 8 de maio de 84

Conselho de Representantes da APUFPR

Proclamação à Opinião Pública

Mais uma vez, nós, professores das instituições de ensino superior (IES) federais autárquicas, estamos em greve nacional lutando pela garantia de nossas condições de trabalho e em defesa do que resta do ensino superior público e gratuito no País.

Já há muito tempo vimos denunciando a crônica e crescente degradação do patrimônio intelectual e do próprio patrimônio físico, duramente construído pelo povo brasileiro, constituído pelas IES autárquicas.

Em outubro do ano passado, renovamos o alerta e advertimos que a situação se aproximava de fase aguda que, não enfrentada com a devida urgência, conduziria aquelas universidades a um impasse intransponível.

O imobilismo do MEC fez-se então cada vez mais claro, não nos tendo dado qualquer resposta ou exigido do conjunto do governo as medidas indispensáveis.

Agora, aquele impasse previsto já é um fato.

Os salários dos que trabalham na universidade reduziram-se cerca de 1/3 de seu valor real do ano passado. Como resultado, temos, de um lado, a evasão de inúmeros professores e técnicos e, de outro, a anulação da atuação acadêmica dos que ficam; pois, reduzidos ao limite da sobrevivência, já não têm como ampliar seus indispensáveis instrumentos de trabalho, como livros, revistas especializadas, etc.

Nossas escolas não têm condições mínimas para contratação dos docentes já aprovados em concurso público.

Os prédios atingem péssimas condições, com goteiras, falta de carteiras, e até ameaças de desabamento.

Nossos equipamentos estão se deteriorando porque não se tem verbas para pagar os contratos de manutenção, sem falar na quase total impossibilidade de aquisição de novos equipamentos.

Nossos hospitais não podem receber doentes e vão gradativamente cancelando vagas. Há situações dramáticas como a do HU da UFRJ, onde estão sendo suspensos o tratamento e respectiva pesquisa na área do câncer.

Alguns de nossos laboratórios já pararam de funcionar e outros estão com prazo fixo de sobrevivência. A título de exemplo, o biotério da Faculdade de Farmácia da UFBA e o do Laboratório da UFPE tiveram de sacrificar suas cobaias por não ter sequer como alimentá-las.

Assim, a gradativa paralisação da atividade universitária, que até nosso alerta de outubro do ano passado era uma perspectiva iminente, tornou-se este ano uma realidade com prazo determinado para acontecer.

Não há como desvincular esta crise da universidade das conseqüências dos cortes de verbas para a Educação, resultantes de decisões de uma política insensível e autoritária.

Estas são as razões que nos levam a conchamar a opinião pública e a todos os que detêm parcelas de responsabilidade política e social neste País, para que nos apoiem na luta por salários dignos e justos, e na tarefa de defender a Universidade Pública e Gratuita do estrangulamento econômico, da involução pedagógica e cultural, da estagnação científica, enfim, da desagregação institucional a que querem condená-la.

Brasília, 17 de maio de 1984 — Comando Nacional de Greve.

Um pouco de história
Oswaldo de Oliveira Maciel
ex-Presidente da Andes

Quando, em novembro de 1980, o professor Eduardo Portella deixou o MEC, o Governo perdeu, além do Ministro a oportunidade de dar solução definitiva à questão salarial dos professores das Universidades Federais Autárquicas. Os docentes, depois de aguardar, quase um ano, pelo atendimento de suas reivindicações, haviam deflagrado a primeira greve nacional de categoria.

Vencido pelo que chamou de "Contabilidade mesquinha" (leia-se Delfim Netto), Portella desistiu de "estar ministro" e voltou a ser professor da UFRJ.

Convocado às pressas, o General Rubem Ludwig assumiu o MEC com uma "missão". Ágil, bem formado (o ensino militar é de boa qualidade, público e gratuito), prestigiado pelo presidente, Ludwig negociou, em sete dias, uma solução que seu antecessor não conseguira viabilizar em quase um ano de luta dentro do Governo. A "fórmula" encontrada preservava, basicamente, a carreira do magistério que Portella discutira com os docentes, com uma "mutilação": eliminou-se o reajuste semestral dos salários, solução justa e natural para o arrocho salarial que sacrificava os docentes. Em seu lugar concedeu-se um adicional de 30% sobre os salários vigentes. Solução incompleta, o "decretão" Ludwig encerrou a greve, sem eliminar uma das causas de insatisfação dos professores. O reajuste semestral de salários foi "sequestrado" pela tecnoburocracia do MEC e da SEPLAN com o objetivo de barganhar a implantação dos projetos do Governo para a Universidade Pública.

Assim, o primeiro semestre de 1981 foi marcado pela proposta de transformar as Universidades Autárquicas em Fundações Universitárias. Esse era o "resgate" pretendido pelo MEC para "libertar" o reajuste semestral. Os docentes recusaram a "transação" por duas razões principais: 1) implicava na perda de conquistas como a carreira unificada, maior liberdade de organização e mais espaço para construir a democracia interna; e 2) aplainava o caminho para o objetivo final do Governo: acabar com a gratuidade do ensino superior nas Universidades Públicas.

Decidido a conseguir seus objetivos, o MEC ignorou novas reivindicações salariais e, no final de 1981, nova greve foi deflagrada. Na época, tentou-se desmobilizar a greve com um vago despacho do Presidente em exercício, Aureliano Chaves, determinando que o MEC, o DASP e a SEPLAN realizassem estudos e propusessem medidas concretas para eliminar a disparidade salarial entre docentes de Autarquias e Fundações. A "solução" não foi aceita e a greve continuou, até conseguir novo adicional de salários e um prazo mínimo para estudar, com seriedade, a questão "estrutural" da Universidade que o MEC e os Reitores queriam resolver em 15 dias.

A greve eclodiu, ainda, no final de 1982 e agora, volta a ser deflagrada, porém no 1º semestre, numa mostra evidente de desespero salarial que move os professores.

Cabe, pois, perguntar que razões levam um Ministério a perpetuar um estado de inquietação que, anualmente mobiliza a Universidade, chegando a ser prevista no Calendário Acadêmico.

Do meu ponto de vista pessoal, as respostas devem ser procuradas ao nível da compreensão dos objetivos políticos do projeto autoritário vigente, que pretende sua permanência, por mais quatro anos, no mínimo, no exercício e gozo do Poder. Para atingir seus objetivos de continuidade, o Regime precisa manter a Universidade Pública envolvida numa batalha inglória pela sobrevivência. Ocupada nesta batalha de vida ou morte, a Universidade não tem tempo de se somar à luta popular pela mudança urgente, já, do caos econômico, político e social a que chegamos depois de 20 anos de autoritarismo. Esse autoritarismo é magnificamente simbolizado pelo Ministro Antônio Delfim Netto, um dos homens fortes do regime, alma e mentor de um modelo econômico que levou o povo brasileiro à recessão, ao desemprego, à fome, à miséria e à doença. Um homem antidemocrático, para quem, o Congresso Nacional é um empecilho que, na impossibilidade de permanecer fechado, deve ter suas leis distorcidas ou contornadas. Ora por decretos-leis como aconteceu, recentemente, com a aplicação da Emenda Passos Pôrto ou mini-reforma tributária, que beneficiava Estados e Municípios. Ora usando interpretações ardilosas como ocorre, presentemente para sabotar a Emenda João Calmon, a qual destina nunca menos de treze por cento da receita resultante de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino. A emenda, promulgada em 1º de dezembro de 1983, está em plena vigência e seu desrespeito pode constituir crime de responsabilidade. Vive-se, assim, uma espécie de sonho surrealista, na medida em que sonham-se verbas para a educação para poder esbanjá-las em mordomias, escândalos financeiros e variados tipos de corrupção, inclusive a política — eleitoral da prata da casa.

É contra tudo isso que os docentes se levantam e proclamam o seu "basta". Pedimos à opinião pública que nos apoie numa luta que é também parte da luta geral pela superação já desta situação injusta e profundamente revoltante.

Brasília, 23 de maio de 1984.

A Omissão do MEC

A postura do MEC às nossas reivindicações foi protelatória e omissa, não assumindo enquanto Governo, a responsabilidade em apresentar soluções concretas à grave crise da Universidade. As IES Fed. Aut. estão em insolvência com violentos reflexos em nossas condições de trabalho e nos nossos salários. A situação é de penúria, e, por isto, estamos parados. O MEC continua simulando não perceber a gravidade da situação e as conseqüências de uma paralisação como a nossa. Apresenta como pretexto a ausência do Presidente da República, como se não soubesse de nossas reivindicações desde outubro de 1983 e como se o País estivesse acéfalo. A Ministra responde a nossa pauta com um suposto Projeto de Lei. O desdém da Ministra pela educação reflete a subordinação à política econômica do Governo e se manifesta até na solicitação de recursos suplementares que são muito inferiores às necessidades das Universidades. Não podemos deixar de exigir que se explicitasse claramente os elementos do Projeto de Lei. Sabemos que há recursos nas mãos do Governo mas que a opção é destiná-los ao setor financeiro e outros setores, diminuindo a participação relativa dos setores sociais, em especial da educação.

A intransigência do MEC, demonstrada em vezes anteriores, devemos responder com a força unitária do nosso MOVIMENTO. Exigimos a abertura real de negociação com a apresentação de propostas claras. Confiamos na possibilidade de vitória do movimento que se

apresenta forte e coeso. Enfatizamos a necessidade de ampliação de sua base social e, diante das respostas evasivas do MEC, indicamos para a Assembléia a discussão e o encaminhamento da continuidade da greve por tempo indeterminado.

Comando de Greve, 23-5-84.

ANDES — Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior

Nota aos Estudantes das IES Autárquicas

Os docentes em greve das Instituições de Ensino Superior Autárquicas vêm, através desta nota, alertar aos estudantes destas instituições que a possibilidade de inviabilização, na maioria das IES, do atual período letivo correrá, única e exclusivamente, por conta do MEC e, como tal, do Governo, já que o mesmo se mostra insensível e protela medidas para resolver a grave crise que enfrentamos.

Portanto, convidamos todos os estudantes a somarem esforços com nosso movimento, juntamente com os Servidores, na luta em defesa da Universidade Pública e gratuita, e por melhores condições de trabalho.

Brasília, 25 de maio de 1984. — Comando Nacional de Greve.

* Esta nota está sendo encaminhada à UNE e aos DCE's das IES Federais Autárquicas.

GREVE NACIONAL DOS DOCENTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS AUTÁRQUICAS RAZÕES E SENTIDO DA LUTA

1. Reivindicações justas

Repor nosso poder aquisitivo ao nível do que ganhávamos em 1983 e que foi diminuído, quando em janeiro recebemos um "aumento" que corresponde a menos de 1/3 da inflação confessada pelo Governo. Receber reajustes semestrais a partir de julho, conforme ocorre com a maioria dos trabalhadores e com nossos colegas das Universidades Federais sob a forma de Fundação para, obtendo por lei um reajuste pelo INPC integral, acompanhar, com menores perdas, a inflação. Obter verbas que garantam o pleno funcionamento da Universidade para, retirando-a da atual situação de estrangulamento e inviabilização, torná-la cada vez mais local de formação de profissionais competentes e de criação da ciência e cultura que a sociedade brasileira exige. O objetivo principal do movimento dos professores das Universidades Federais Autárquicas é, assim, defender a Universidade, garantindo-lhe recursos para funcionar e oferecer a professores, funcionários e alunos, condições de trabalho dignas e salários justos. As outras reivindicações explicitam, em exemplos contundentes, a exigência de condições e dignificação do trabalho. Verbas para os restaurantes e hospitais universitários — garantia de padrão mínimo de alimentação e da prática necessária à formação na área de profissionais de saúde. Piso salarial de 3 salários mínimos — e o atual salário mínimo cobre cerca de 1/3 das necessidades mínimas de uma família de 4 pessoas. Contratação imediata de professores concursados aprovados e classificados que até o presente não foram contratados — mantendo insatisfeitas a necessidades que levaram à abertura de concurso. Equiparação da situação de professores estatutários e contratados pela CLT, fazendo com que ambos recebam 13º salário e o quinquênio. Nossas reivindicações são justas e a Ministra da Educação não se dignou responder. Reivindicações apresentadas no ano passado e reiteradas em ofício entregue em 4 de abril que lhe pedia resposta até 2 de maio.

A greve dos docentes das Universidades Federais Autárquicas se impôs como último recurso para defender direitos, quebrar a indiferença e a intransigência oficial.

Na decretação e implantação da greve consideramos necessário registrar e aprofundar, a nível nacional, uma avaliação da atual conjuntura política e econômica e das mudanças na qualidade da mobilização exigida pela atual conjuntura.

2. Uma conjuntura mais complexa.

A conjuntura atual difere bastante da existente entre 1980 e 1982. A sociedade civil e a opinião pública nacional estão com grande parte de suas atenções e esforços concentrados no enfrentamento da crise econômica e na campanha pelas eleições livres e "Diretas Já" para a sucessão do General Presidente Figueiredo. Os movimentos dos setores médios assalariados — professores, médicos, etc. — que fizeram seu reingresso vitorioso em 1980, não são hoje a ponta da mobilização social. Ao tempo em que a sociedade mostra o isolamento governamental, em que a sociedade, sofrendo a política governamental, está pronta a apoiar a greve para recuperar o que a inflação e a política do arrocho roubam, coloca-se como questão a viabilidade de vitórias em lutas setoriais. Pode-se ter vitórias em lutas setoriais, ou é melhor jogar tudo na luta geral contra o regime e sua política econômica? No caso dos professores universitários, não vitoriosos nas reivindicações salariais de 1982-83, a generalizada insatisfação com a deterioração salarial e a degradação, inclusive das instalações físicas da Universidade, algumas vezes coexiste com a descrença na chance de vitória.

Nesta avaliação discute-se também a situação do Governo e da opinião pública. Mas atrelado ao FMI que em 1980-81, aparentemente menos preocupado em melhorar a imagem nas áreas urbanas e na opinião pública; em fase de fim de governo onde as decisões "secundárias" (primordial seria tentar sobreviver contra a pressão da sociedade) são adiadas. O Governo mantém uma política de arrocho salarial e de não-prioridade para, entre outros, a educação e saúde. A greve nacional do funcionalismo público federal (1983) mostrou um governo insensível e aparentando indiferença diante da população não atendida pelo INAMPS ou alunos sem aulas na Universidade. Tornou claro que a política educacional é subproduto de uma política econômica voltada para a produção de saldos na balança comercial para pagar juros aos banqueiros internacionais.

O MEC apresenta-se como Ministério de segunda linha, e sua Ministra reconhece publicamente a injustiça dos nossos salários e afirma que a solução depende do Governo (da SEPLAN, de Delfim). Se estes são dados negativos, uma série de outros apontam a possibilidade de vitória. Depois da vitória de Pirro contra a emenda Dante de Oliveira (apoiada por ampla maioria da Câmara), o Governo busca alguma recomposição com a sociedade. O uso da força física e até desatinada, contra pessoas e buzinas, mostrou a fragilidade de um governo extremamente minoritário na sociedade.

Ainda que procurando manter a política de arrocho, o Governo tem dificuldade para negar o aumento das verbas para a Universidade e, em especial, para os professores das autárquicas. O governo anuncia superávit e excesso de arrecadação — não há falta de dinheiro. Tem de implementar a emenda João Calmon (13% de arrecadação tributária para a Educação) o que implicaria, no mínimo, em dobrar o orçamento do MEC. O próprio Conselho de Reitores denuncia que, diante da inflação e da queda de verbas, as Universidades estão sem condições de continuar funcionando. A Ministra reconheceu, pelos jornais e perante direções do movimento docente, que o salário dos professores das autárquicas era injusto e promete, desde 1983, equiparação salarial com fundações. Ressalte-se que o reconhecimento da injustiça pode ser articulado com o discurso privatizante, que o movimento recusa, e que a queda dos salários dos professores das fundações foi menor que a das autárquicas, porque eles recebem reajuste semestral e, mesmo 80% do

INPC é mais do que o funcionalismo público e os professores das autárquicas receberam em 82, 83-jan./84.

Finalmente, a questão central. É possível fazer uma greve setorial vitoriosa? O que fazer para ter chance de vitória? Não somos operários nem Figueiredo é Montoro, mas a vitória dos metalúrgicos e professores em São Paulo permite algumas lições. Na greve dos metalúrgicos, eles venceram por ter implantado um nível mais avançado de luta, uma greve de novo tipo, com mais força de pressão. Os professores secundários investiram no apoio da opinião pública e dos pais dos alunos.

Em uma conjuntura mais complexa, com elementos negativos e positivos, os professores universitários sabem construir uma greve vitoriosa.

3. Vamos Construir a Greve Vitoriosa

A análise da conjuntura leva à avaliação de que a greve dos docentes das IES Autárquicas, mesmo enfrentando sérias dificuldades tem chances objetivas de ser vitoriosa.

Entretanto, a greve vitoriosa tem que ser construída. Por um lado, é preciso explorar a fragilidade política do governo, as constantes declarações de que a "economia entra em fase de crescimento". Por outro lado, é fundamental que o movimento grevista seja Forte e Coeso.

A força do movimento grevista passa substancialmente pelos seguintes pontos:

- a) deflagração coesa da greve nacional no dia 15 de maio;
- b) estimular greve de ocupação dos campi, intensificando a mobilização e não permitindo esvaziamento (o conjunto dos professores têm que estar empenhado em ocupar a Universidade discutindo seus problemas, desenvolvendo atividades não-formais e implementando a experiência de uma Universidade alternativa);
- c) discutir a greve com os demais segmentos da comunidade universitária, sendo que as AD's devem intensificar os contatos com as Associações dos Servidores locais e entidades estudantis;
- d) a greve dos docentes tem que receber o apoio da sociedade e da opinião pública, demonstrando claramente a necessidade e defesa da Universidade, relacionando a questão salarial com cortes de verbas para a Educação e com a adoção de uma política educacional descompromissada com os interesses da maioria da população.

A pauta de reivindicações, além de ser amplamente divulgada pelos meios de comunicação de massa, deve ser discutida com outras entidades da sociedade civil, com as sociedades científicas e com as duas centrais sindicais. É fundamental implementar a realização de manifestações de rua (atos públicos, passeatas etc), bem como promover debates nas Universidades com representantes das entidades científicas etc.

A nossa resposta à intransigência governamental tem que ser forte e coesa. Essa é a forma CONSISTENTE de pressionar o governo e levá-lo a ceder. Não devemos esperar que DELFIM se sensibilize. Vamos conquistar, através da luta, o atendimento a nossas justas reivindicações.

Belo Horizonte, 6 de maio 1984

Reunião Nacional das IES Federais Autárquicas.

Brasília, 21 de maio de 1984.

Magnífico Reitor

Prof. Gamaliel Herval

M.D. Presidente do Conselho de Reitores

das Universidades Brasileiras

Sr. Presidente.

Mais uma vez, os docentes das IES Federais Autárquicas, indignados com o tratamento dispensado pelo MEC às suas justas reivindicações, deflagraram uma greve nacional. A grande coesão e a unidade política do movimento constituem a maior evidência da grande insatisfação reinante na Comunidade Universitária, diante da grave situação enfrentada pela Universidade. Esta situação é consequência do imobilismo já histórico do

MEC, face aos problemas que se acumulam nas nossas IES.

Estamos certos que o Reitores, no exercício de suas responsabilidades administrativas, têm reagido contra os sucessivos cortes de verbas e a irrealidade orçamentária que o Governo tem imposto às Universidades. Sabemos, também, que em várias oportunidades têm alertado o MEC para a situação de penúria salarial dos que trabalham nas IES Federais Autárquicas. A inquietação daí decorrente tem reflexos absolutamente indesejáveis sobre o ânimo de professores e servidores e, conseqüentemente, sobre a qualidade do seu trabalho. Por isso estamos mobilizados.

Não estamos dispostos a assistir impassíveis à degradação institucional das nossas IES, conforme denúncias contidas na Proclamação que lançamos à opinião Pública. Não aceitamos a crônica carência de Recursos Orçamentários para a Educação, enquanto vultosas somas de recursos públicos alimentam uma sucessão nunca vista de mordomias, escândalos financeiros e os mais variados tipos de corrupção, inclusive política e eleitoral. Não aceitamos que o Executivo se negue a cumprir o dispositivo constitucional, em boa hora aprovada pelo Poder Legislativo, que determina a destinação de 13% da arrecadação de imposto para a Educação.

Por isso, estamos cobrando do Governo soluções concretas para esses problemas com a urgência imposta pela gravidade do momento. Mais do que ninguém, lamentamos profundamente que os professores tenham que utilizar, mais uma vez, o instrumento da greve para sensibilizar o MEC.

Nessas condições, esperamos contar com a solidariedade desse Conselho à nossa luta e às nossas reivindicações.

Ao finalizar, esclaremos que não correrão por nossa conta manobras protelatórias no encaminhamento de uma solução justa para o nosso movimento.

Apresentamos, nesta oportunidade, as nossas

Saudações Universitárias — Prof. Luis Piguelli Rosa Pres. da ANDES.

VII Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

Exm^a Sr^a

Professora Esther de Figueiredo Ferraz

MD. Ministra da Educação e Cultura.

Exm^a Sr^a Ministra da Educação e Cultura.

Os professores, pesquisadores, estudantes e coordenadores de programas de pós-graduação em educação de 27 Universidades Federais, Estaduais e Particulares, reunidos em assembleia na VII^a Reunião de sua Associação Nacional, vêm dirigir-se a V. Ex^a para expressar sua preocupação diante da grave situação por que passa a Universidade Brasileira, em especial, as Federais Autárquicas.

Esta situação consiste na progressiva incapacidade da Universidade Brasileira em atender a seus objetivos fundamentais, o ensino, a pesquisa e a extensão, devido à crônica, longa e sistemática redução dos recursos necessários a seu funcionamento, de modo particular, os destinados à remuneração do pessoal docente e técnico-administrativo.

O aviltamento salarial a que estas categorias vêm sendo submetidas há tantos anos, provoca uma perda de recursos humanos que compromete a qualidade de ensino e da pesquisa hoje, bem como a capacidade de recuperação futura das Universidades Federais Autárquicas.

Diante deste quadro calamitoso, os professores e funcionários destas Universidades, depois de insistentes tentativas de encaminhamento de suas justas e inadiáveis reivindicações não encontraram outro caminho senão o movimento grevista que atinge todo o setor.

Os associados da ANPED, manifestando sua total solidariedade ao movimento grevista, vêm insistir junto a V. Ex^a para que empregue todas as forças do Ministério da

Educação e Cultura, no sentido de pleno atendimento às reivindicações dos professores e do pessoal técnico-administrativo.

Na certeza de contar com o assentimento de V. Ex^a, subscrevemo-nos atenciosamente.

O Sr. Jorge Arbage — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação de liderança.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Com a palavra o nobre Deputado Jorge Arbage, para uma comunicação de liderança.

O SR. JORGE ARBAGE (PDS — PA. Para uma comunicação de liderança. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Com todas as letras, uma manifestação autêntica e evidentemente sincera, o Presidente João Figueiredo tem se expressado claramente contra qualquer ingerência na vida de outros países.

Sua Excelência sempre foi o apologista do princípio da autodeterminação e se não quer e nem permite, sob pena de ver vulnerado o princípio da soberania nacional, que países estrangeiros ditem suas regras sobre a nossa vida interna, evidente também há de ser que Sua Excelência jamais incorreria no contraditório, isto é, procuraria interferir na vida de outros povos.

O Brasil, na sua retomada para o desenvolvimento, tem que buscar no exterior a abertura de mercados para seus produtos primários e industrializados.

E tem sido graças a esta política que o Brasil, na cronometragem das suas exportações, tem conseguido ultimamente algum sucesso, no que tange ao superávit da sua balança comercial. Ainda agora no mês de maio, em função do esforço que se tem feito para incentivar as exportações, o Brasil alcançou um superávit na balança comercial de 2,2 bilhões de dólares, contra uma importação de 1,100 bilhões de dólares.

Tivemos, assim, um saldo positivo que está em consonância com as previsões do superávit previsto pelo Governo e até acima desse superávit para o exercício de 1984.

O Brasil, na sua missão pacifista, mas dentro daquele princípio no negócio comercial, vendeu 8 aviões "Tucano" para Honduras. O que tem de mal nisso?

Os aviões saíram do País como aviões fabricados para treinamento, e nós os vendemos, evidentemente, por um preço equivalente a um avião para treinamento.

Agora, se ao chegar no seu destino, o país que adquiriu esses aviões entende em transformá-los em aviões de guerra, o problema não é do Brasil. O problema passa a ser de quem operou a transformação. Vejam que 8 aviões de treinamento custaram 10 milhões de dólares: se fossem aviões de guerra custariam 100 milhões. Que negócio o Brasil estaria fazendo, contrariando os seus próprios interesses?

Portanto, a adaptação dos mecanismos, dos instrumentos de guerra nesses aparelhos, se realmente estão sendo feitos por Honduras, não cabe ao Brasil qualquer responsabilidade.

O Sr. Jackson Barreto — Isto é sofisma.

O SR. JORGE ARBAGE — Não há sofisma. Sofisma seria condenar os fatos com base nos pressupostos. Gostaria que aqueles que fazem a afirmação clássica, como se a verdade estivesse ao alcance dos seus olhos, que viajassem até Honduras para exigir do Governo daquele país a confirmação do que fazem aqui, em termos de pressuposto.

O Sr. Jackson Barreto — Quem financiou foi os Estados Unidos da América.

O SR. JORGE ARBAGE — Pois bem, foi uma transação comercial feita, como se diz na gíria, às claras: não foi por trás dos panos, Sr. Presidente. A televisão publicou, divulgou; a televisão mostrou o avião Tucano fa-

zendo operação de treinamento, mas, aqueles mais apressados já se colocam à frente do microfone para condenar uma transação comercial, puramente comercial, que não tem nada a ver com as afirmações que estão sendo feitas aqui, algumas das quais, *dáta yenia*, até parecem levianas.

Sr. Presidente, gostaria de indagar: por que aqueles que se preocupam tanto com essa transação dos aviões Tucano não se dispuseram ainda a ocupar a tribuna das duas Câmaras do Congresso Nacional para falar sobre a figura daquele personagem, que conquistou o Prêmio Nobel da Paz, o soviético Andrei Sakarov que está, juntamente com sua esposa, numa greve de fome, confinado na União Soviética sem poder deixá-la, tal como seria de sua vontade? Não se ouve uma palavra sequer daqueles defensores dos Direitos Humanos, daqueles que aqui se acostumaram, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, somente a admitir direitos humanos para os marginais, e se esquecem de que os mesmos direitos humanos pertencem também às vítimas que tombam mortalmente, vítimas desses mesmos marginais que aqui se defendem, em função dos direitos humanos.

Sr. Presidente, a operação de comercialização dos aviões é tão comum, é tão normal, é tão rotineira na vida de um País como o nosso, que só aqueles que enxergam fantasmas ao meio-dia podem realmente ficar apreensivos de que esses aviões estejam sendo transformados de treinamento, em aviões de guerra.

Nós, sinceramente, no momento em que tivermos disso comprovação, Sr. Presidente, viremos aqui, mesmo como pertencendo ao Partido do Governo, verberar contra essa transformação, porque defendemos realmente os princípios pacifistas, defendemos a paz e a tranquilidade neste mundo conturbado, que começou por esquecer Deus e, agora, resvala para o caminho do seu próprio abismo. Não apoiamos, em nenhum instante, que essa operação de transformação de aviões de treinamento em guerra seja feita com os nossos aviões, mas é preciso que tenhamos a certeza de que a denúncia é autêntica, verdadeira, e nós que estamos aqui há 9 anos, acostumados a ouvir desta tribuna permanentemente acusações graciosas contra o Governo, acusações totalmente descabidas de procedência, temos que manter a nossa cautela, a nossa vigilância, porque é nosso dever, Sr. Presidente, ser escravos da verdade e só defender este princípio de verdade, nada mais do que a verdade.

Sr. Presidente, com estas palavras, desejo refutar tais acusações. Concluindo, quero fazer aqui uma referência muito rápida nos minutos que me restam sobre a presença nos gabinetes das Lideranças políticas, na Câmara e no Senado, de emissários da Federação dos Servidores Públicos de Brasília e de outros Estados que aqui estão numa peregrinação, que consideramos justa e patriótica, reivindicando os seus direitos. É evidente, Sr. Presidente, que o próprio Governo reconhece e tem sensibilidade para sentir as dificuldades que essa laboriosa classe está realmente a enfrentar nos dias da vida brasileira. Apenas, se o Governo muitas vezes não chega a admitir toda a plenitude dessa reivindicação, não se culpe a sua falta de sensibilidade, o que não é, mas muitas vezes a dificuldade das circunstâncias que impede que o Governo dê aquilo que é justo, aquilo que é merecido, aquilo que é compatível com o nível da realidade em que todos nós vivemos.

Sr. Presidente, recebemos esta comissão com todo respeito, com todo carinho dissemos a ela que transmitiríamos o seu pleito ao Deputado e Líder, nosso, Nelson Marchezan.

Estamos aqui, exatamente, para prestigiar o seu trabalho, desde que S. Ex^a continue na linha do pacifismo, da ordem, do respeito às autoridades como até agora se tem mantido.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra à nobre Deputada Irma Passoni, como Líder do PT.

A SRA. IRMA PASSONI (PT — SP. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas: Quero deixar registrado nesta Casa que hoje está sendo julgado pelo Supremo Tribunal Federal um companheiro nosso, ex-Deputado Federal, com base na Lei de Segurança Nacional, porque aqui denunciou os massacres de posseiros na área do Tocantins. Ele responsabilizou o GETAT, que obedece ordens do Conselho de Segurança Nacional, o qual, por sua vez é responsável supremo desse Conselho, o Senhor Presidente da República, General João Figueiredo. Hoje, esse deputado está sendo processado com base na Lei de Segurança Nacional, enquadrado no artigo 26, quando, na verdade, na mudança da Lei de Segurança Nacional, aprovada nesta Casa, no fim do ano passado, o parlamentar, na defesa dos seus direitos invioláveis, não poderá mais ser julgado com base nessa lei, mas, sim, somente por crimes contra a honra. Se o ex-Deputado Freitas Diniz não foi anistiado, primeiro, está demonstrada a ineficácia da Lei de Segurança Nacional aprovada nesta Casa; segundo, ele está sendo enquadrado em algo que não existe mais; terceiro, nós apelamos ao Supremo Tribunal Federal, que hoje à tarde faça realmente justiça, como ultimamente tem feito nestas questões de enquadramento na Lei de Segurança Nacional, e que ele seja absolvido. Porque, primeiro, ele fez uma denúncia que é clara, é objetiva, e que são dados que se podem constatar no dia-a-dia daquela área de invasões, de repressões, de escravizações, em que se colocam centenas e centenas de pessoas em caminhões que se deslocam para áreas que não sabem para onde vão, nem como ficam, nem jamais como voltam. São fatos corriqueiros.

Acho que a missão do Governo seria a de apurar essas denúncias seriamente, pois que são problemas que continuam até hoje na área do Bico do Papagaio, e não simplesmente enquadrar um Deputado Federal que no exercício do seu mandato, denuncia isto aqui, nesta Casa, no seu pleno direito de Parlamentar, alertando que a segurança nacional exige também a segurança do posseiro.

Apelamos ao Supremo Tribunal Federal que seja fiel a esta questão de Lei de Segurança Nacional. Ele não pode ser enquadrado na Lei de Segurança Nacional, porque o fez como deputado em exercício, portanto, esse parlamentar não pode mais ser enquadrado na Lei de Segurança Nacional, e que, sob esse argumento, não seja julgado o nosso ex-Deputado Federal Freitas Diniz, companheiro nosso hoje, na direção do Partido dos Trabalhadores.

A outra questão que quero deixar registrada aqui é a seguinte: nós estamos aqui, no dia-a-dia, com as questões de negociação das eleições diretas que para nós é prioritário, é essencial, mas por este Brasil afora barbaridades estão ocorrendo, criando-se uma situação insustentável.

Primeiro, a mortalidade infantil no Nordeste e por este Brasil afora. Atitudes irresponsáveis de um Governo que não assume a defesa desse povo brasileiro; as questões gravíssimas em relação a terra; a ineficiência de um órgão que não foi capaz de realmente fazer a reforma agrária, assentar lavradores, a não aplicação do Estatuto da Terra.

Segundo, a questão do desemprego. Faz-se uma farsa em torno da retomada de empregos no Brasil, quando se sabe que ela é mínima; a falsificação de dados do IBGE ao informar à Nação de quantos desempregados nós temos, em que condições vivem esses desempregados e como é que está sendo retomada essa política de novos empregos.

Estão sendo deixados de lado por esta Casa, por este Parlamento, por este Congresso, as questões essenciais do povo brasileiro que é a questão da fome, de morrer aos poucos, a questão da violência urbana, a questão do desgoverno que nós temos nos órgãos estatais, e assim por diante.

O apelo que faço é que esta Casa, além da questão das negociações da Emenda Figueiredo, além da questão das eleições diretas, nós nos dediquemos mais aos problemas gravíssimos que se abatem sobre o País com o povo ao Deus-dará, sem governo, sem orientação e sem um posicionamento firme e sério desta Casa, em relação aos problemas que vivemos.

'Era isso que eu gostaria de deixar registrado, Sr. Presidente. E mais uma vez o apelo de que esta Casa seja corresponsável na averiguação, na denúncia e na fiscalização da desordem instalada neste País afora, em todos os setores. É isso que nós vemos no dia-a-dia, mas infelizmente, o que vemos nesta Casa são apenas denúncias, umas, bastante vazias, outras, muito pouco fundamentadas, e nós não encontramos nesta Casa o respaldo para as questões gravíssimas que o povo brasileiro enfrenta, seja a questão dos funcionários públicos federais, a da educação brasileira, a questão dos trabalhadores em geral, a questão do desemprego, a questão da saúde, a questão da alimentação brasileira, a questão da dívida externa e interna. São questões gravíssimas que nós deixamos passar, enquanto as conversações, e como se diz que fazer política é conversar, as conversações estão em andamento. E de conversa o povo está cheio. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Arthur Virgílio Neto, como Líder do PMDB.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO NETO PRONUNCIAR DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, neste plenário, destinada à apreciação dos Projetos

de Decreto Legislativo nºs 11 e 14, de 1984-CN, referentes, respectivamente, aos Decretos-Leis nºs 2.079 e 2.084, de 1983.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Passa-se à Ordem do Dia:

Item 1:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 1984-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 13, de 1984-CN), aprovando o texto do Decreto-Lei nº 2.078, de 20 de dezembro de 1983, que reajusta os valores de vencimentos e proventos dos membros da magistratura federal, do Distrito Federal e Territórios e do Tribunal de Contas da União, bem como os das pensões, e dá outras providências.

A matéria constou na Ordem do Dia da sessão conjunta de 23 do corrente, às dezenove horas, deixando de ser apreciada em virtude da falta de **quorum** para o prosseguimento dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Em discussão o projeto.

Não havendo quem queira usar da palavra, encerro a discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão, a votação deixa de ser procedida por falta de **quorum** em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Item 2:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 13, de 1984-CN (Apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 18, de 1984-CN), aprovando o texto do Decreto-Lei nº 2.083, de 22 de dezembro de 1983, que reajusta os atuais valores de vencimentos, salários e proventos dos servidores civis do Distrito Federal, bem como os das pensões e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Pela inexistência de **quorum**, deixa de ser procedida a votação.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Lembro aos Srs. Parlamentares que o Congresso Nacional está convocado para uma sessão, solene, a realizar-se hoje, às 14 horas e 30 minutos, neste plenário, destinada a homenagear a memória do ex-Senador Teotônio Vilela.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 16 minutos.)

Ata da 125ª Sessão Conjunta, em 30 de maio de 1984

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Moacyr Dalla

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS SENADORES:

Jorge Kalume — Altevair Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Cláudio Roriz — Galvão Modesto — Odacir Soares

— Aloysio Chaves — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — João Lobo — José Lins — Virgílio Távora — Martins Filho — Humberto Lucena — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães

— Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Gastão Müller — Roberto

Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Álvaro Dias — Enéas Faria — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Amílcar de Queiroz — PDS; José Mello — PMDB; Nossier Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arlindo Pôrto — PMDB; Arthur Virgílio Neto — PMDB; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolpho Bittencourt — PMDB.

Rondônia

Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Ronaldo Campos — PMDB; Sebastião Curió — PDS.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PDS; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PDS; Nagib Haickel — PDS; Vieira da Silva — PDS; Victor Trovão — PDS.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; José Luiz Maia — PDS; Tapety Júnior — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio Moraes — PMDB; Chagas Vasconcelos — PMDB; Cláudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Orlando Bezerra — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Sérgio Philomeno — PDS.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Jessé Freire — PDS; Vingt Rosado — PDS.

Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Aluizio Campos — PMDB; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Raymundo Asfora — PMDB; Tarcísio Buriti — PDS.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egidio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Gonzaga Vasconcelos — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; José Moura — PDS; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Miguel Arraes —

PMDB; Nilson Gibson — PDS; Osvaldo Coelho — PDS; Osvaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Fernando Collor — PDS; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PDS; Manoel Affonso — PMDB; Nelson Costa — PDS; Sérgio Moreira — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Gilton Garcia — PDS; Hélio Dantas — PDS; Jackson Barreto — PMDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Felix Mendonça — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Jairo Azi — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; José Lourenço — PDS; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Prisco Viana — PDS; Ruy Bacelar — PDS; Virgildásio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nelson Aguiar — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PDS; Theodorico Ferraço — PDS.

Rio de Janeiro

Abdias do Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Alair Ferreira — PDS; Alvaro Valle — PDS; Amaral Netto — PDS; Arildo Teles — PDT; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PTB; Clemir Ramos — PDT; Daso Coimbra — PMDB; Délio dos Santos — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Francis Studart — PTB; Gustavo Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PDS; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Márcio Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Sebastião Nery — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PDS; Walter Casanova — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Aníbal Teixeira — PMDB; Antônio Dias — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Castejon Branco — PDS; Emílio Gallo — PDS; Emílio Haddad — PDS; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jairo Magalhães — PDS; Jorge Carone — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Machado — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; José Ulisses — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Luiz Safair — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PDS; Navarro Vieira Filho

— PDS; Oscar Corrêa Júnior — PDS; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Canedo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Rosemburgo Romano — PMDB; Vicente Guabiroba — PDS.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airtton Sandoval — PMDB; Airtton Soares — PT; Alberto Goldman — PMDB; Alcides Franciscato — PDS; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Cunha-Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB; Doreto Campanari — PMDB; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Estevam Galvão — PDS; Farabulini Júnior — PTB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Herbert Levy — PDS; Horácio Ortiz — PMDB; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novae — PMDB; João Bastos — PMDB; João Hermann Neto — PMDB; Márcio Santilli — PMDB; Marccondes Pereira — PMDB; Mário Hato — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Mendonça Falcão — PTB; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Roberto Rollemberg — PMDB; Salles Leite — PDS; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achôa — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goias

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Iram Saraiva — PMDB; Irupuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Jaime Câmara — PDS; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PDS.

Mato Grosso

Dante de Oliveira — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Taçano — PDS; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Amadeu Geara — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Ary Kffuri — PDS; Dilson Fanchin — PMDB; José Carlos Martinez — PDS; José Tavares — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PDS; Norton Macedo — PDS; Oscar Alves — PDS; Osvaldo Trevisan — PMDB; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Bernardi — PMDB; Renato Loures Bueno — PMDB; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Fernando Bastos — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Melro — PDS; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Lélío Souza — PMDB; Matheus Schmidt

— PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Pratini de Moraes — PDS; Rosa Flores — PMDB; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Declaro aberta a sessão solene do Congresso Nacional que, atendendo à sugestão do nobre Senador Humberto Lucena e de outros Srs. Senadores, destina-se a homenagear a memória do ex-Senador Teotônio Vilela.

Presente à Mesa o nobre Deputado Paulino Cícero, Presidente da Câmara dos Deputados.

Concedo a palavra ao nobre Senador Guilherme Palmeira, que falará em nome do PDS.

O SR. GUILHERME PALMEIRA (PDS — AL. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, Sr. ex-Governador Theobaldo Barbosa, que representa o Governador Divaldo Suruagy nesta solenidade, familiares do ex-Senador Teotônio Vilela, minhas Senhoras, meus Senhores:

Assenhoreia-se de mim, neste instante, como se fossem tentáculos apertando o tempo de uma saudade, que não morre nunca, um profundo e íntimo sentimento de desconforto.

Uma emoção, indescritível quase, invade a totalidade de meu ser.

É um passado que passou, apenas no tempo físico, no ícto de um momento, para ficar altamente presente no meu tempo psicológico.

Homenagear o homem, o político, o empresário, o homem de letras, o intelectual, o excelente companheiro, a grande alma, o querido amigo, que foi o Senador Teotônio Brandão Vilela, é tarefa tão difícil e tão nobilitante, que eu preferia, nesta hora, baixasse sobre mim e sobre esta Casa a grandiloquência do silêncio.

“Quem é esse viajante
Quem é esse menestrel
Que espalha esperança
E transforma sal em mel?

Quem é esse saltimbanco
Falando em rebelião
Como quem fala de amores
Para a moça no portão?

De quem essa ira santa
Essa saúde civil
Que tocando na ferida
Redescobre o Brasil?

Quem é esse peregrino
Que caminha sem parar
Quem é esse meu poeta
Que ninguém pode calar?

Quem é esse?

Este hino, Canção Providencial — parecia até uma predestinação — foi ouvido e foi cantado, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, no silêncio de cada coração, como se fosse um canto-chão na Catedral da atualidade do tempo brasileiro, por milhares de alagoanos e brasileiros, convencidos e convictos de que aquela hora, em que era sepultado o Senador Teotônio Brandão Vilela, ecoa-

va como o momento exato de um novo despertar da Nação brasileira.

Foi um momento histórico, destes que somente a História escrita do Brasil será capaz de traduzir, revelando, apenas, um lampejo da realidade.

Imaginem Vossas Excelências a minha emoção naquele emaranhado de saudades.

Escrevi uma saudação de despedida ao querido amigo e ao excelente o nobre Senador.

Aconteceu, entretanto, que não consegui dizer nada, porque a voz, que normalmente não titubeia, engasgou no tempo daquela dor e vai ser necessária muita análise, para que eu próprio entenda o que se passou comigo naquele instante.

Quero, entretanto, repetir, para que integre esta minha saudação, o que minha alma aturdida escreveu naquele dia em que a página do tempo parou, com o objetivo de não esquecermos jamais o exemplo magnífico que nos legou esta excepcional figura humana, o ínclito Senador Teotônio Vilela.

E, agora, repito aquelas palavras que deveriam ter sido ditas e que não o foram:

Há momentos na vida de cada um de nós, onde a sensação maior é aquela de quem perdeu o caminho.

É isto o que sente este seu velho amigo e companheiro, ao relembrar numa saudade que o tempo não consegue apagar, uma situação semelhante, quando você, ao meu lado, sepultava um grande e fraternal amigo seu, meu querido pai, o Senador Rui Palmeira.

Confesso-lhe, meu caro Teotônio, que mesmo esperando este doloroso desenlace pelo inexorável da moléstia que o acometeu, confesso-lhe o tumulto em que se encontra a minha alma, querendo entender este momento e completamente perdida na linha de um raciocínio.

Os seus companheiros de Senado lhe prestam esta homenagem, que jamais será a última, porque a sua presença naquela Casa não será nunca uma simples lembrança, mas a presença de uma vida, nobre, atuante e generosa de crença nos valores sempre renovados e fortalecidos nos embates leais travados por você.

Continuaremos a sentir e a receber os flúidos de sua personalidade com poucos similares, para que a nossa luta pessoal e política não seja um perder-se no emaranhado das ambições pessoais, dos subalternos interesses, tão ao desgosto de sua exuberante e incansável atividade política.

Não queremos nem ter o direito de sentir saudades de você, porque seria até uma espécie de traição à permanência de uma mensagem, que transcreve os limites espaciais e temporais de um ciclo vital.

A nossa homenagem a você, meu nobre Senador Teotônio Brandão Vilela, não terá solução de continuidade porque ela possui a dimensão do eterno que Deus depositou na vida de uma pessoa, tão prestante e tão querida na vida de cada um de nós e nos destinos da Nação brasileira.

Ontem como hoje, não me cabe mais o direito do desbordar das lágrimas, destas que vêm como uma explosão emocional, porque, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, para quem já viu seu pai morrer, Senador da República, aos 58 anos de idade e teve um irmão no exílio, durante 10 longos anos, os olhos se tornaram riacho seco, refratário até às chuvas parcas e raríssimas.

Sentia, como sinto ainda hoje, Sr. Presidente e Srs. Senadores, a carga de uma ancestralidade, parentes que éramos pela parte dos Brandões.

Sentia, com maior força ainda, a carga de uma hereditariedade.

É que, Sr. Presidente e Srs. Senadores, quanto mais não fossem as emoções e as coincidências, que mergulham naqueles inponderáveis da providência de Deus, eu hoje me vejo Senador, ocupando a mesma cadeira que

foi de meu pai, a mesma cadeira que foi do Senador Teotônio Brandão Vilela.

Trabalho no mesmo gabinete que foi do Teotônio e continuo, tendo ao lado, o mesmo amigo e o mesmo auxiliar que foi de meu pai e que foi de Teotônio.

Parece até a repetição de uma cena bíblica, onde a vida encontrou modos e maneiras de manter uma tradição, como se estivessemos os três a empunhar, responsáveis e comovidos, a mesma tocha olímpica da democracia do Brasil.

É como se aqui estivesse o Senador Rui Soares Palmeira, saudando o querido amigo, Senador Teotônio Brandão Vilela, velho companheiro da UDN, indômito defensor do direito da “parla”, da palavra desassombrada, palavra pura do povo, sem receio de restrições, de pressões, de dores de estômago ou de histerias de quem quer que fosse.

Ainda agora, ainda hoje é neste momento ainda, vejo que a emoção se renova, se agiganta e entra naquele infável da eternidade, onde o Senador Teotônio Vilela está presente e falando, exercendo o direito que até os célicos possuem diante de um Deus, pai soberano, mas, sobretudo, pastor, capaz de ouvir e de entender, disposto a dar sua vida por uma ou por todas as ovelhas, desde que uma integre o todo.

Nesta hora, em que a confusão da política brasileira é a tônica, que nos sirvam de exemplo os habitantes do céu. Lá não existem, pura e simplesmente, interesse de grupos, de subgrupos, de clãs em extermínio, nem mesmo aqueles interesses pessoais, com cara de coletivos, que só fazem perturbar a ternura, o carinho, a esperança e o amor que sempre estão renascendo em cada coração brasileiro.

É este o amor do povo, o amor às eleições diretas, ao desejo insopitável de eleger e ter o governante que o povo quer e merece. (Muito bem! Palmas.)

Sem dúvida alguma, Sr. Presidente e Srs. Senadores, foram a pregação cívica, a obstinação, a fé e as andanças do Senador Teotônio Brandão Vilela que o tornaram um paladino, um pai, um defensor, uma cavalheiro andante das eleições diretas, porque, antes de mais nada e para que não se escamoteie a história ou se inverta a verdade dos fatos, foi exatamente ele que colocou, muito antes do que muita gente, as balizas, as demarcações e os limites para que o Brasil se reencontre com os velhos caminhos do estado de direito.

Quase às vésperas da morte, com o corpo minado pelo câncer que dizia ser uma doença que “tem partes com o demo” ou com uma multinacional, está em toda parte e ataca onde menos se espera”, teve ainda forças para vir a este Senado e dizer num lapidar ensinamento:

“O voto não é uma dádiva, é um libelo. O voto é fundamento da legitimidade e da autoridade que desejamos conquistar. Só o povo será capaz de nos dar consentimento para concertar o País. O dia de amanhã está ameaçado de não amanhecer, e só o pleito de 15 de novembro será capaz de obrar o milagre da aurora, hoje tão obscura. A dívida social brasileira, no caso de contrariado e de fraudado o pleito de 15 de novembro, se constitui no estopim da autonomia das ruas.”

E prosseguia, com a lucidez e a veemência de sempre:

“A Pátria, descoberta e desarmada, pede ao Governo e aos partidos políticos que não a abandonem. Do PMDB espero que cumpra a tríplice missão, encarnando a própria Pátria, de honrar e ganhar o pleito de 15 de novembro, de assumir a responsabilidade da alternância de poder e, por fim, exercer a missão messiânica de atravessar o caos sem desfalecimento e sem se sujar. Compreendo a luta desesperada do partido governista, não é isso que para mim é preocupante.”

E num rasgo profético, concluía:

“O que me preocupa é que as oposições brasileiras encontrem um limite mínimo de visão comum da anormali-

dade que nos devora, e a partir daí só exista um adversário — a situação do poder dominante.”

Vejo, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que sobre meus ombros desce a carga tremenda de uma responsabilidade ímpar, porquanto as minhas palavras de homenagem a este vulto, dificilmente igualável, recebem o endosso do Partido Democrático Social no Senado da República.

Sinto-me profundamente honrado com esta delegação de meu partido, que, mesmo em oposição ao Senador Teotônio Vilela, não quer e não pode deixar de reconhecer os grandes e excepcionais méritos do nosso homenageado.

A vida política de Teotônio nos deixa com a impressão, bem próxima da verdade, de que ele, pela sua pregação, pairava além e acima dos partidos políticos.

Recebo esta delegação honrosa, como se fosse uma missão histórica e dela procurarei desincubir-me na medida das minhas forças e das minhas possibilidades, mas, sobretudo, na medida do respeito do PDS à personalidade de tão eminente figura da nossa República.

Unem-se, também, a esta minha palavra, que se chama saudade, a voz e o sentimento dos meus ilustres Senadores das Alagoas, Luiz Cavalcante e João Lúcio, como também do Governador das Alagoas, aqui representado pelo ex-Governador Teobaldo Barbosa.

Abro um parêntese para imaginar o que se aninha, o que se esconde na alma deste especial e primoroso colega e amigo de Teotônio, o major Luiz das Alagoas, o nobre Senador Luiz Cavalcante, de quem Teotônio foi vice-governador e companheiro de longas jornadas.

Teotônio Brandão Vilela nasceu na cidade de Viçosa no dia 28 de maio de 1917. Era filho de Elias Brandão Vilela (conhecido e respeitado Capitão Sinhô) e de Dona Isabel Brandão Vilela.

Foram dez irmãos, sendo Teotônio o oitavo: José Aloísio, Hercília, Nair (hoje, Irmã Maria), Francisca (hoje, Irmã Francisca), Giselda, Avelar (hoje, Cardeal e Primaz do Brasil), Irene, Teotônio, Rubens e Osvaldo.

Sobre o homem Teotônio Brandão Vilela, disse muito bem seu irmão, cinco anos mais velho, o Cardeal Avelar Brandão Vilela:

“Meu irmão Teotônio dava trabalho, porque foi muito ardente, mas, também, muito autêntico e generoso.”

Era, sobretudo, um excelente e leal amigo, conversa agradável e instrutiva sem ares professorais, gargalhada ampla e sonora, uma incrível disposição pessoal aliada a uma coragem cívica, que, hoje, se vai tornando rarefeita pelos mundos desorientados da atual atividade política.

Teotônio não gostava de medir consequências das dificuldades a enfrentar, quer fosse um boi “brabo” escondido no mato, quer fosse um direito vilipendiado e esquecido.

Colho, entre tantos outros, apenas alguns depoimentos.

A respeito de si próprio, certa vez escreveu:

“Sou andejo por contigência e não por bem-estar ou vocação. Daí porque as minhas andanças não se completam, perdem-se nas veredas do tempo e do espaço, perdem-se dentro de mim mesmo. Verdade que sinto a necessidade de chegar; mas as deficiências são muitas e vou ficando um pouco em cada canto e em cada canto vai ficando um pouco de mim.”

Já convencido de que a morte o arrodeava, não obstante uma guerra incontinida pela vontade de viver, sentenciou:

“Defronto-me com o meu próprio destino — o fado dos antigos cronistas e poetas — e isso não me

assombra. O meu espírito se mantém erguido, e nele mantenho hasteada, diante das intempéries, a fé a tremular como testemunho de vida. Os mistérios da morte amudaram os seus segredos em torno de mim e, de repente, me vi imobilizado num hospital, prostrado diante do espectro de uma doença cujo nome ainda abala a sensível sociedade moderna. O câncer. Creio na natureza, no homem e em Deus.

Esta trilogia é que abre os caminhos dos meus olhos, passos para os meus pés, as invenções da minha mente. Se amo a vida a ponto de tanto lutar por ela, é que no fundo das coisas as criaturas resplandecem e se entrecam numa teia de fundações donde se ergue o próprio criador. Os mistérios da vida e da morte, ao transcendem a visão concreta do dia-a-dia, costumam tecer esse admirável fio de sonho, que Camões tão bem soube ilustrar, e que os poetas e cronistas do passado chamavam de “fado”.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, estas palavras, entre outras tantas de Teotônio, são absolutamente dignas de uma antologia nacional, para que todos aprendam, além do bem escrever, o sentido da morte e o valor da vida.

Ainda em março de 1976, Teotônio de hoje e de sempre, escrevia:

“Não é fácil chegar a alguma parte quando os indícios sempre conduzem a parte alguma. É uma missão de sonhos e pesadelos. Caminha-se de olhos vendados, sem saber para onde é muito menos a quem se dirigir. Mas é preciso caminhar, sobretudo para quem nasce com a sina de encontrar na vida a alma das coisas e nas coisas a grandeza da própria alma. Se caminhamos não é por romantismo ou por falta de ter o que fazer, é porque somos democratas convictos e professores.”

Ainda sobre Teotônio dizia Raphael de Almeida Magalhães, seu amigo e companheiro de tantas reflexões:

“Teotônio não era neutro nunca.”

Não obstante, este temperamento forte, o Senador Teotônio Vilela tinha um profundo sentido de prudência no momento de intervir para solução de um problema.

A propósito de sua brilhante intervenção na greve dos metalúrgicos de São Bernardo, afirmou com bastante propriedade, o nobre Senador Fernando Henrique Cardoso

“Teotônio estava naquela praça como um cisne branco. Era uma figura esguia, magra, quase aristocrática, sempre de terno e gravata. Entrava, falava bem calmo, arengava, ia conversar com o Coronel Braga com muito respeito, mas sempre na defesa intransigente dos operários e contra a violência que estava ali. Teotônio era afeito a situações desse gênero. Ele tinha um gosto quase lúdico pelo perigo, pelo dramático. Teotônio era claramente uma pessoa assim. A presença dele acalmava a todos, dos dois lados. Ele tinha a confiança dos trabalhadores e, para a polícia, representava alguém com autoridade para negociar os problemas. Quando Teotônio estava na praça a sensação que dava é que alguma ordem existia. Não dava para exagerar na representação. Ele era uma figura equilibradora.”

Durante 34 anos, viveu Teotônio, casado com Dona Helena Quintela Brandão Vilela, a Dona Lenita, de cujo consórcio nasceram sete filhos:

José Aprígio, engenheiro civil; Teotônio Filho, economista; Rosana, formada em medicina; Maria Helena, formada em enfermagem; Janice, arquiteta; Fernanda, advogada e Elias, engenheiro agrônomo.

Lenita faleceu, também, de câncer, em janeiro de 1983, dez meses antes do esposo.

Conviver com Teotônio, máxime em sua fase de boemia, não era nada fácil, porque o seu instinto de andari-lho fugia aos padrões normais de uma vida familiar, sobretudo nos padrões tradicionais de 34 anos atrás.

Lenita, entretanto, soube compreender o Teotônio.

A respeito dela, entre outras coisas que falava, um dia afirmou:

“Quando eu estava desarvorado, na maior loucura, ia procurar Lenita onde ela estivesse. Ela era o meu apoio, a minha curva do rio... sempre fui um homem de vida completamente liberta. Vida inteira. Quem é que podia suportar um homem desses, que sumia dois, três dias, sem dizer para onde ia nem de onde vinha?”

Foi em 1948 que Teotônio ingressou na política partidária, ajudando a fundar com seu tio, Dr. Manoel Brandão Vilela, o Diretório da UDN em Viçosa das Alagoas.

Em 1954, foi eleito Deputado Estadual pela UDN, sendo reeleito pelo mesmo Partido em 1958.

Em 1960, foi eleito Vice-Governador do Estado de Alagoas, companheiro de chapa do Governador Luiz Cavalcante, hoje, o nosso distinto amigo e nobre Senador Luiz Cavalcante.

Em 1955, já despontava na alma do jovem Deputado Estadual a preocupação por uma solução integrada dos problemas.

Surgiu, nesta época, o documento “Operação Alagoas”. Tratava-se de um elenco de medidas administrativas, econômicas e políticas. Era um projeto de lei, com 41 artigos e de “inspiração descentralizadora, cooperativista e municipalista”.

Surgiu, em seguida, o grande “Projeto Brasil”, em parceria com Raphael de Almeida Magalhães, em março de 1978 e, por fim, o “Projeto Emergência”, em maio de 1983, quando a doença fatal já se instalara no seu físico, sem, contudo, abater-lhe o ânimo combativo, o espírito de patriotismo e uma sinceridade de propósitos que jamais foi posto em dúvida por quem quer que fôsse.

A meu ver, entretanto, o político, Senador Teotônio Vilela, começou a atingir o ápice de sua brilhante atividade política com o discurso: “Ordenação da Liberdade”, pronunciado no Senado Federal, em 25 de abril de 1975.

Há páginas lapidárias nesse pronunciamento, páginas de verdadeira sabedoria política, entre as quais desejava, apenas, recordar a seguinte.

Afirmava o ilustre Senador:

“...O pecado das infidelidades contra as raízes liberais da revolução não atinge apenas a democracia, afinal uma simples forma de governo que amamos, mas, sobretudo, atinge a Nação que aspira a libertar-se da tutela do arbítrio, por mais justificável que pareça, e adquirir sua própria personalidade democrática. Se a encruzilhada em que nos encontramos é auspiciosa, nem por isso deixa de ser difícil a caminhada, o que requer, de nossa parte, além das convicções políticas, o dom da prudência, da cautela que tempera a audácia da razão com a lógica da razoabilidade. Se nem tudo é possível, muita coisa é possível — obedecidos os critérios éticos que sustentam a espinha dorsal do liberalismo. O importante é definir os campos e depois aproximá-los, nunca radicalizá-los, desde que se reconheça uma zona comum de entendimento, em torno da qual gravitarão as normas desejadas ao ordenamento da liberdade.”

Sabia o nosso nobre Senador alinhar, de uma maneira inteligente e independente, o bom senso à prática política.

ca, o espírito de conciliação à altivez na defesa dos princípios.

Vivo afirmando, também, porque esta é uma convicção pessoal minha, confirmada pela experiência, que nada se faz, sobretudo em política, sem bom senso, sem equilíbrio, sem sensatez, sem vontade decidida de sopitar os interesses meramente pessoais ou de grupos e deixar prevalecer, com provas de sinceridade, os interesses coletivos.

Não se pode e não se deve brincar com os anseios do povo e com a vida de uma nação, pelo simples fato da existência de bolsões, em cuja sinceridade já começam a pairar dúvidas, que não querem entender que o povo também possui o seu momento de maturidade, o seu momento de querer comandar os destinos do Brasil.

Nisso e sobretudo nisso é que o Senador Teotônio Vilela foi um mestre, com toda a espontaneidade de seu temperamento, aliado a uma capacidade profunda, quase congênita, de dialogar, de ouvir, de conciliar, sem que os princípios fossem levados de cambalhota ou se perdessem naquela zona do amoralismo político.

"A conciliação política — afirmava o inesquecível Senador — é um gesto de grandeza à base de um trabalho construtivo e comum, onde o encontro não se dá apesar das divergências, como diria José Veríssimo, mas exatamente por causa delas."

Não podemos esquecer, Sr. Presidente e Srs. Senadores, mesmo no alongado de uma saudação que se torna parca e parva diante da grandeza da alma de Teotônio Vilela, o campeão intímido da anistia.

E, agora, Sr. Presidente e Srs. Senadores, neste alinhado e artesanal rosário de saudades, de recordações, de lições e de uma profunda amizade ao nobre Senador Teotônio Vilela, permitam-me V. Ex^{as} que eu vislumbre, não mais uma cadeira vaga no Senado, mas um lugar que continua sendo do nosso grande Senador, a quem dirijo estas últimas palavras.

Nós lhe pedimos, Guerreiro das Alagoas e do Brasil que você não ensarilhe as armas, que você não descanse em paz, mesmo a paz dos justos e dos santos, como você merece junto de Deus e na companhia amorável dos que lhe são queridos.

O nosso respeito, Velho Guerreiro das Alagoas e do Brasil, se irmana perfeitissimamente bem ao respeito e ao desejo da Nação brasileira, que continua precisando do seu apoio de vaqueiro, voz forte ecoando nas dobras das serras e nos descampados do tempo, porque ainda existe muito boi "bravo" nos matagais da intolerância, da intransigência, da auto-suficiência, das negociações pecaminosas e personalistas.

A Nação brasileira ainda precisa do seu grito de guerra, que jamais foi aquele de quem quer a paz que prepare a guerra.

Acabou-se o tempo da roma imperialista e dos imperialismos de menor porte, imperialismos liliputianos e minetistas, onde ainda se pensa no **se vis pacem, para bellum** — "se queres a paz, prepara a guerra".

Hoje, no tempo da atualidade do mundo e do Brasil, o que vale é o **si vis pacem, para pacem** — "se queres a paz, prepara a paz" — e outra não foi a missão de sua vida, eterno Senador da República, senão aquela da palavra, que nem um gládio, que nem uma lança, em cuja extremidade se entrelaçavam uma pomba branca e um lenço branco.

Continuamos a acreditar no universalismo das idéias e as suas idéias, meu nobre Senador Teotônio Vilela, vão ficar rastreando o Brasil, através de um satélite de fabricação absolutamente nacional, o coração do povo brasileiro.

Parabenizamo-nos todos nós, por termos desfrutado a honra e o privilégio de ter sido contemporâneo de você, assumindo nós a responsabilidade de tornar permanente esta contemporaneidade democrática, onde possamos vi-

ver e conviver, irmãos que somos de uma pátria livre e soberana.

Por maiores que sejam as vicissitudes e os desencontros, alimenta-nos, ainda hoje, a mesma fé, que você implantou neste País e que começou a bruxulear na sua vida, lá no engenho mata verde, no colo, nos braços e nas orações de dona Isabel Brandão Vilela, sua mãe.

Vários são os caminhos de cada um caminhar, mas você e nós nos encontramos exatamente naquele ponto da maior descoberta: este Brasil é a nossa Pátria.

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Depois de chegada a nossa plenitude democrática, quando o povo se manifestar livremente através das almejadas e exigidas eleições diretas, sobretudo para Presidente da República, então nesta hora e emocionante, levantaremos os braços e conosco estarão os braços resuscitados do Senador Teotônio Vilela para cantarmos, unidos, vitoriosos e humildes o Hino Nacional Brasileiro.

Após este momento histórico e inesquecível, cruzaremos as mãos sobre o nosso peito e entoaremos numa grande abadia Beneditina, em que se transformou o Brasil, a "Réquiem" de nosso guerreiro, para dizer-lhe, numa saudação de eternidade: pode descansar e repousar em paz, Senador Teotônio Brandão Vilela (Muito bem! Palmas prolongadas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Djalma Falcão, que falará pelo PMDB, na Câmara dos Deputados.

O SR. DJALMA FALCÃO (PMDB — AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. e Srs. Congressistas:

Sr. Desembargador Eraldo Vasconcelos, representante do Tribunal de Justiça do meu Estado, Srs. Deputados Francisco Mello, Moacir Andrade, José Bernardes, Elísio Sávio e Roberto Torres, representantes da Assembleia Legislativa de Alagoas, Sr. Deputado Oséas Cardoso, Sr. Dr. Teobaldo Barbosa, Presidente do PDS de Alagoas, Professores Humberto Cavalcanti e Valdemar de Mello, Sr. Cliton Mello, e Jornalista Nilson Miranda:

É, para mim, um privilégio iniciar a minha oração lendo uma nota expedida pelo Comitê de Imprensa da Câmara dos Deputados, com o pedido de que eu a transcrevesse nos Anais do Congresso Nacional.

A nota, Sr. Presidente, está redigida nos seguintes termos.

O Comitê de Imprensa da Câmara associa-se às homenagens prestadas a Teotônio Vilela, quebrando uma tradição de distanciamento em relação a outras homenagens promovidas por esta Casa.

A exceção, explicável pela própria dimensão pública e cívica de Teotônio, é coerente com a característica do homenageado de rompedor de praças, barreiras e tradições.

Enquanto profissionais de imprensa, homenageamos em Teotônio a figura de um gerador de fatos, coisa rara entre os que não detêm o mando neste País. Ele era notícia independentemente das muitas virtudes que possuía, por sua extraordinária capacidade de afrontar a mesmice que tanto empobrece o processo político, com reflexos na atividade jornalística.

Como cidadãos, os integrantes deste Comitê partilham da grande reverência nacional de que Teotônio é credor, por seu engajamento nas mais nobres causas que empolgaram e continuam empolgando a sociedade brasileira nesta fase de agonia do arbítrio. Nele reconhecemos e admiramos não só um construtor da História mas, igualmente, o cidadão exemplar pela probidade, pela altivez, pelo civismo, bem como pela personalidade rica e a inteligência privilegiada.

Há sentenças que se aviltam pelo uso indiscriminado, pelo lugar comum, mas a uma delas recorremos até como diagnóstico profissional: se o desaparecimento de Teotônio constitui perda irreparável para o Congresso, sua heroica luta continua viva, seu espírito está presente em cada cidadão e em cada ajuntamento de brasileiros empenhados na construção de uma sociedade mais livre e justa.

Os jornalistas aproveitam a oportunidade e comunicam ao Congresso que, com o objetivo de mais uma homenagem ao notável Senador pelas Alagoas, o Comitê de Imprensa da Câmara dos Deputados passará a ser denominado Sala Teotônio Vilela. (Palmas prolongadas.)

Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

É da tradição do Congresso Nacional realizar sessões especiais para homenagear aqueles que, no exercício do mandato de Senador da República ou de Deputado Federal, se distinguiram pela atuação parlamentar e pelos serviços relevantes prestados ao País e ao povo.

A prática salutar nos permite, ainda, cultivar figuras que nos são caras, pois, a despeito de nossas origens multipartidárias e até de nossas convicções divergentes, a convivência estreita e prolongada termina por estabelecer entre nós laços efetivos de estima.

Estou seguro de que, ao decidir por este ato, o Congresso Nacional agiu em total sintonia com o desejo de 130 milhões de brasileiros que, em todas as oportunidades, vêm tributando o seu preito de admiração e respeito a quem, com bravura cívica e invulgar descortino, soube interpretar os anseios que acalentam toda a Nação, numa das quadras mais críticas da História social do nosso País.

Teotônio Vilela nasceu em Viçosa das Alagoas. Era filho de Elias Vilela e Isabel Brandão Vilela. Integrava uma prole em que se destacaram: José Aloísio, conceituado estudioso das manifestações da cultura popular; Osvaldo, médico de de renome, e Avelar, Cardeal Primaz do Brasil, um dos expoentes da nossa inteligência, mestre na arte da retórica.

Casado com Dona Lenita Quintela Brandão Vilela, Teotônio deixou uma descendência ilustre: José Aprígio, engenheiro, Teotônio Filho, economista, ambos empresários; Rosana, médica; Maria Helena, enfermeira; Janice, arquiteta; Fernanda, advogada, e Elias, universitário.

Durante quase vinte e cinco anos, fui adversário de Teotônio Vilela.

Quando me iniciei na política alagoana, em 1957, Teotônio Vilela exercia o mandato de Deputado Estadual pela legenda da União Democrática Nacional.

Como líder da UDN e da Oposição na Assembleia Legislativa de Alagoas, Teotônio comandou a batalha parlamentar que culminou no processo de **impeachment** movido contra o Governador Muniz Falcão, meu irmão, que, absolvido por um Tribunal misto e retornando ao Governo do Estado, realizou uma administração austera, progressista e voltada para o bem coletivo. Um episódio rumoroso, o **impeachment**, que o próprio Muniz Falcão, pedia fosse esquecido, por considerá-lo sem brilho e sem cores, na linha da definição do pensador francês LEGER a respeito da Segunda Guerra Mundial.

O fato não modificou o concerto que sempre fiz de Teotônio Vilela que, no meu juízo, trouxe do berço e no sangue a irresistível vocação do combatente e o germe da insubmissão.

Vi-o na perfeita postura de Vice-governador do meu Estado e, nos eventuais exercícios do cargo de Governador, revelou sempre uma índole liberal e democrática. Fazia questão de uma severa observância da Lei, chegando a visitar presídios para relaxar prisões ilegais. Isso era dele o respeito aos direitos individuais e um profundo sentimento do humano. Essa, a marca essencial de uma individualidade ímpar, forrada aos desafios.

Vi-o, ainda, na escalada ao Senado da República, tribuna onde cresceu por novos conceitos de brasilidade e atitudes viris, não hesitando em dissindir do seu Partido — a ARENA — para guardar fidelidade a si mesmo e aos interesses nacionais.

Por acreditar na pregação de Teotônio, exultei com seu ingresso no MDB, de cujo Diretório Regional eu era presidente em Alagoas.

Compareci ao aeroporto de Maceió para recebê-lo e abraçá-lo, na primeira oportunidade em que ele retornava ao meu Estado, depois de sua filiação ao nosso Partido.

A partir daí, estabelecemos um relacionamento sólido e extremamente cordial, uma decorrência da admiração que sempre nutri por uma personalidade que, ao meu ver, encarnou as virtudes maiores do homem público: coragem cívica, espírito público, probidade, coerência na defesa de um ideário, generosidade na luta e, sobretudo, o invencível impulso libertário.

Por indicação sua, fui incluído entre os cento e onze brasileiros que assinaram o manifesto de fundação, a nível nacional, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

Com seu apoio, fui escolhido Presidente da Comissão Diretora Regional Provisória do PMDB e, depois, duas vezes eleito Presidente do Diretório Regional do Partido, no meu Estado.

Sabem os companheiros que comigo sustentam, de pé, a bandeira da oposição em Alagoas, que o meu nome era o da preferência de Teotônio para compor a chapa com que ele disputaria, pela terceira vez, o mandato de Senador da República.

Impedido, por motivo de saúde, de postular a reeleição, Teotônio deu-me desvanecedora prova de confiança: concorreu com seu voto pessoal para eleger-me Deputado Federal nas eleições de 1982, segundo confesso ao cientista político Márcio Moreira Alves, um dos seus biógrafos.

Faço essa revelação para significar que me considero autorizado a depor sobre a vida e a luta de Teotônio Vilela, ao falar em nome e por delegação da bancada do PMDB na Câmara dos Deputados.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Congressistas: O nome de Teotônio Vilela está ligado aos mais significativos eventos da História contemporânea do nosso País.

Ninguém poderia ter a pretensão de abordar num simples discurso todas as facetas de uma personalidade tão rica e fascinante.

A análise cabal da vida e da obra de Teotônio Vilela é tarefa para historiadores e cientistas sociais.

Por isso mesmo, procurarei realçar — e, mesmo assim, a vôo de pássaro — o papel desempenhado por ele na luta pela redemocratização da vida brasileira e em favor da anistia, de que foi o apóstolo maior.

Num e noutro episódio, a presença destemida de Teotônio constituiu-se em fator decisivo para a arregimentação popular em torno das duas grandes causas. É que o nosso povo se acostumou a ver no grande alagoano o lutador audaz, o patriota flamante, o democrata convicto.

Depois de uma atuação brilhante na política alagoana como Deputado Estadual e Vice-Governador do Estado, Teotônio Vilela aportou ao cenário nacional em 1967, portador do mandato de Senador da República, pela ARENA, no regimento de bipolarização partidária imposto pelo Ato Institucional nº 2, de 1965.

Teotônio, homem de sólidas convicções democráticas, sujeitou-se, temporariamente, ao bitolamento. Não por vontade deliberada de servir ao arbítrio, mas em nome de compromissos arraigados com os antigos companheiros da UDN, cujo liberalismo povoou os sonhos do moço idealista da Viçosa.

Tendo apoiado o Movimento de 64, acreditava, ainda, que ele confirmasse suas origens e, assim, pudesse cum-

prir os desígnios que anunciara e a que se dizia propor: revigoramento das instituições democráticas e saneamento moral da vida pública brasileira.

Logo no final de 1968, o primeiro abalo na crença de Teotônio nos propósitos do movimento que ele ajudara a vencer: é violada a Constituição de 67, um tênue aceno à liberalização política do Brasil.

Costa e Silva edita o Ato Institucional nº 5, que coloca em recesso compulsório o Congresso Nacional, reabre o ciclo de sanções políticas arbitrárias e mergulha o País numa era de obscurantismo, e repressão, em que os governantes enfeixaram poderes trânicos e absolutos, como se reinassem na Idade Média.

O retrocesso sem precedente gerou a primeira e vigorosa manifestação de inconformismo de Teotônio Vilela, que é signatário de um telegrama de protesto, dirigido ao então Presidente da República, contra o ato de força.

Embora desencantado, tenta ainda — como ele mesmo confessaria depois — formar uma frente interna nos esquemas de sustentação parlamentar do regime, na esperança de poder corrigir-lhe os rumos e lhe impedir o desvio perigoso.

Alia-se a expoentes do liberalismo udenista, em aberta dissidência com o regime discricionário.

Ao final da era despótica de Garrastazu Médici, esgota-se a capacidade de tolerância de Teotônio Vilela. Firma-se nele a convicção de que concorrera para um salto no escuro e a História não lhe perdoaria a omissão.

Dotado de aguda consciência social, constata, então, toda a extensão do desastre nacional.

O Brasil é presa da cobiça do capital estrangeiro e se transforma em colônia econômica de grandes potências.

Sua economia dependente torna-se incapaz de gerar empregos para o povo. A inflação galopante massacra os assalariados e a classe média.

Há uma total subversão da ordem jurídica, em que o governante e a própria lei e a ela não se submete.

A corrupção impune encoraja a prática de escândalos na gestão dos negócios públicos.

O milagre econômico não passa de uma camuflagem da ditadura, visando a entorpecer a consciência popular.

A justiça social é um mito. A repressão vergasta as liberdades dos cidadãos.

Com o alijamento do povo das grandes decisões políticas, o ideal de democracia transforma-se em miragem inatingível.

Na verdade, sucumbem as liberdades democráticas dos brasileiros ao peso de caprichos dos que desejam livrar-se do salutar controle da opinião pública, que somente é possível nos regimes em que a opinião majoritária da sociedade define caminhos e objetivos. O objetivo final da oligarquia dominante é a detenção do poder a qualquer custo, para a consecução de interesses grupais ou personalísticos, quase sempre nocivos aos desideratos superiores da coletividade.

TEOTÔNIO compreendeu a tempo que não se pratica o regime democrático quando é suprimido o livre debate das idéias, quando não se assegura o pluralismo partidário e ideológico e, sobretudo, impede-se — como foi norma ao longo dos últimos vinte anos — a alternância no poder. Compreendeu, também, o significado de expressões eufemísticas, corriqueiramente usadas — tais como “democracia relativa” e “abertura” — que não passam de contrafações da verdadeira prática democrática.

Para Teotônio Vilela a democracia é inadjetivada, cristaliza-se na preponderância incontestável do direito da maioria. Ofendia-lhe a consciência conter o livre debate, aprisionar o espírito, sufocar o pensamento, evitar a controvérsia.

Por tudo isso, tomara uma decisão inabalável: usar o mandato de Senador que, pela segunda vez, lhe conferida o povo alagoano, para restabelecer o primado da verdade democrática, certo de que os males sociais, políticos e econômicos que infestam a Nação têm uma raiz co-

mum — o aniquilamento das normas de convivência democrática em nosso País.

Teotônio tenta, mais uma vez, sensibilizar os donos do poder para uma correção do desvio institucional patrocinado pelo governo.

Com essa finalidade, encontra-se no Palácio do Planalto com então Presidente Ernesto Geisel, em março de 1975. Deste, ouve a promessa de que poria em prática um processo de distensão institucional, cujo ápice seria a devolução aos brasileiros dos direitos usurpados, em 1964.

No dia 25 de abril de 75, — como assinala Márcio Moreira Alves — “Teotônio fez no Senado o seu primeiro discurso da campanha redemocratizadora a que iria dedicar o resto de sua vida”.

Eis alguns trechos dessa oração que marcou o início de um apostolado que nem o espectro iminente da própria morte conseguiria deter:

“Enganam-se os que supõem o ordenamento da liberdade um diletantismo político que pode ser adiado interminavelmente sem prejuízo para a Nação.”

“Como pertencço à faixa liberal comprometida com o Direito, diria que é preciso conter, em nome da compreensão e da realidade nacionais, a empolgante heroicidade cervantina que fez de Don Quixote o cavaleiro andante do idealismo pelo idealismo, em contraposição à força pela força e transgrr um pouco, ou o possível.”

“A marcha de onze anos no enalço da ordenação da liberdade chega, agora, a uma encruzilhada decisiva. Todos queremos ordenar a liberdade.”

Nasce o grande Pregador, cuja palavra emociona a nação inteira e se coloca a serviço da causa de restauração da verdade democrática no País.

Transforma-se a voz poderosa e insubmissa que, clamando contra o arbítrio e a prepotência, é responsável pela obra de demolição do edifício autoritário, erguido, paradoxalmente, em nome da liberdade e da democracia.

Homem absolutamente crente nos valores democráticos, combateu, com exemplar constância e firme determinação, a legislação autoritária de que se armara o regime para sufocar os anseios de libertação do povo.

Ao ingressar no MDB, em junho de 1979, pronuncia um discurso vigoroso. Dá ênfase ao processo de espoliação do povo brasileiro, processo patrocinado pela aliança entre os tecnocratas serviais do arbítrio e o capital multinacional espoliador.

“O homem brasileiro — assinala Teotônio — definitivamente, passa a ser um objeto de experiência e interesses desvaireados, enquanto que o sujeito da economia e da política é o binômio Estado — Multinacional. Há tempos entramos no regime de trabalhar mais e viver pior... “O arbítrio e as multinacionais, pela forma avassaladora como se constituíram, amesquinham os valores subjetivos da nacionalidade e desqualificaram a importância do homem e da terra.”

Em seguida, exaltava o dever de cada um lutar pelo restabelecimento da democracia: “De Tiradentes a Herzog, temos todo o itinerário da libertação, através da qual o Brasil formou a consciência democrática de que tanto nos orgulhamos.”

“O sentimento democrático é o maior patrimônio cívico desta nação.”

A luta pela anistia em favor dos degradados do regime, incorpora o nome de Teotônio Vilela à galeria dos notáveis da Pátria, em todos os tempos.

O Senador das Alagoas não foi, apenas, a maior expressão dessa luta. Foi, acima de tudo, o elemento catalizador de todas as forças da consciência nacional, que, ao tempo em que clamavam por reparos a injustiças e violações de direitos de cidadania, estavam convencidas de que a obra de reconstrução material, social e política do País tinha que ser precedida, necessariamente, de outra que promovesse a reconciliação nacional, sob a égide do respeito à dignidade inerente a cada brasileiro, inspirada, sem dúvida, no preceito bíblico segundo o qual não subsistirá a casa dividida.

Os comitês de anistia, a OAB, a igreja, os órgãos que patrocinaram a defesa dos direitos humanos, a Imprensa, os órgãos associativos em geral — todos se aglutinaram em torno de Teotônio Vilela, convictos de que ele levaria a jornada a bom termo.

Como assinalou Ulysses Guimarães, a presença de Teotônio fez com que a sociedade se transformasse numa espécie de Grande Comissão.

Visitando os cárceres do regime para ouvir os presos políticos e conhecer a situação de cada um; percorrendo as universidades e os sindicatos, falando onde houvesse um auditório, Teotônio Vilela peregrinou pelos quatro cantos do Brasil.

Com base no trabalho itinerante de Teotônio Vilela e em sugestões apresentadas pela sociedade civil, a Oposição propõe uma anistia, beneficiando, indistintamente, os que foram punidos em função de delitos políticos e de opinião, com os seus efeitos alcançando os setores público e privado.

Teotônio promoveu uma defesa vigorosa da anistia ampla, geral e irrestrita, perante os plenários da Comissão Mista e do Congresso Nacional.

Na Comissão, sustentava a tese de que “a anistia não é uma questão de Estado, mas um tema que se resolve na sociedade”, para significar a prevalência da vontade nacional sobre as grandes decisões políticas.

Na sustentação, deixou esculpida nos Anais uma ponderação digna de um pensador: “A Nação será vitoriosa. Ninguém será derrotado, pois a Vitória da Nação não pode ser considerada uma derrota do Estado”.

Esse pensamento do Menestrel das Alagoas bem que poderia servir de lema à campanha em favor do restabelecimento da eleição direta para a escolha do Presidente da República, anseio maior e mais acalentado da totalidade da nação brasileira.

A anistia aprovada pelo Congresso Nacional não foi a anistia sonhada por Teotônio. Mas, hoje, ninguém tem dúvida: sem o seu concurso, certamente muitos continuariam no exílio e as cadeias estariam, ainda, povoadas de presos políticos.

Campeão da Liberdade, Teotônio Vilela, com sua palavra respeitada e uma ação vigorosa, teve decisivo peso na decretação da anistia que reintegrou à comunidade nacional brasileiros cassados e exilados. Teve, igualmente, atuação preponderante na revogação das leis de exceção.

Fustigando as manifestações do arbítrio e pregando, incessantemente, a liberdade, conquistou lugar definitivo na História, na confiança e no apreço dos brasileiros, que se acostumaram a ouvi-lo com atenção e respeito.

Em São Paulo, enfrentando as baionetas, colocou-se ao lado dos metalúrgicos do ABC. No extremo-Norte do País, defendeu posseiros e religiosos. Insurgiu-se contra a alienação dos interesses nacionais à cobiça e ganância do capital estrangeiro. Em toda parte onde se fazia ouvir sua voz patriótica e altiva, pregou a mesma mensagem libertária: resgatar o Brasil para os brasileiros.

Dedicou os últimos dias de sua existência fecunda à luta em favor do restabelecimento da eleição direta para escolha do Presidente da República e à convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, como formas de legitimar o poder e de reordenar, juridicamente, a vida do País.

Dele ouvi uma sentença que me soava como autodefinição. Disse-me, muitas vezes, que “ninguém muda a natureza das pessoas”, como a justificar sua teimosia na pregação em favor da Liberdade.

Era, por acaso, um radical ou alguém com idéias fixas?

Pareceu-me, sobretudo, um homem convencido de suas próprias verdades, em que coincidentemente, também, acreditaram, piamente, 130 milhões de brasileiros.

Senti, na avalanche humana que lotou as praças públicas, durante a memorável campanha cívica pelas eleições “Diretas-Já”, o resultado da pregação incessante de Teotônio Vilela, com o seu poder formidável de fazer o povo acreditar em causas que pareciam utópicas.

Não tenho dúvidas de que, se vivo fosse Teotônio Vilela, sua postura, em face da conjuntura atual do Brasil, seria de firme defesa da vontade majoritária da nação, sem meios-termos ou tergiversações, que, quase sempre, nem dissimulam recuos e capitulações.

Tenho certeza de que Teotônio estaria pregando a resistência a qualquer forma de escamoteação. Sua palavra de ordem seria uma só: cumpra-se a vontade do povo — eleições “Diretas já. (Palmas.) Eleições Diretas já” significa repúdio ao Colégio Eleitoral espúrio e não participar de qualquer tipo de eleições sem povo. “Diretas, já” — Só diretas — diria Teotônio Vilela, tenho certeza.

Foi resistindo que Teotônio Vilela viveu.

Ele ensinava que não se concilia contra os interesses superiores do povo. É que, também, para ele, a História não oferece exemplo de que a alforria dos oprimidos tenha sido decorrência da benevolência dos opressores.

A libertação se conquista na luta, não se negocia em conchavos.

O País inteiro recordará para sempre a generosidade, a beleza, da grande marcha que empreendeu, percorrendo o mapa do Brasil em todas as direções, com a sua palavra limpa e pura, para pregação cujos resultados não colheu em vida, mas que constituem o legado maior de redenção democrática do povo brasileiro.

Esta foi a grande lição de Teotônio Vilela: a lição de que é impossível sustentar um diálogo com a força bruta, empedernida e calejada na irredenta obstinação do desrespeito à legalidade constitucional e às normas de convivência democrática.

Aqueles que quiseram dialogar com os servidores da democracia não poderão fazer, sem antes procederem também ao diálogo com a própria consciência. O mais será sempre o cambalacho, a conta de chegada, o arreglo, o *consenso* interesseiro, cuja prática não desceu nunca o Senador das Alagoas.

Ele sabia, ele nos ensinou que os compromissos das lideranças políticas só conhecem uma fidelidade: a fidelidade ao povo, que não pode ser negociada, barganhada, regateada. Até porque a paz política não é um negócio de ciganos, nem uma operação entre agiotas.

O preço das instituições não pode ficar sujeito a prazos e a juros de mora. Só entendendo essa lição, seremos dignos da memória, da vida, da paixão e da morte de Teotônio Vilela.

Sr. Presidente, Teotônio Vilela é, sem dúvida, a grande ausência neste momento de decisão nacional. Vivo, estaria propondo o grande e indispensável diálogo, mas diretamente com o povo, fonte legítima e única do poder democrático. Diria, certamente, que qualquer decisão política carente de respaldo da maioria do povo traz o germe da ilegitimidade na medida em que usurpa a vontade popular.

Sua presença espiritual, no entanto, preenche o espaço cívico e emocional da Pátria, que ele sempre desejou justa, livre e próspera.

Especialmente ao PMDB, de tantos mártires e abnegados, incumbe manter viva a chama com que Teotônio, numa perene pregação libertária, iluminou a consciência cívica dos brasileiros.

Embora recentemente falecido o Senador Teotônio Vilela, sua figura situa-se, já hoje, acima de contestações.

Até mesmo aqueles cujas posições combateu — pois Teotônio não lutava contra pessoas, mas situava sua luta no plano alto das idéias — até esses reconhecerem e proclamam o papel importante que ele desempenhou em prol da causa de redemocratização plena da vida nacional.

Teotônio Vilela constitui patrimônio cívico da Pátria. Seu nome, como o de Tiradentes, há de servir como exemplo de libertação para o povo brasileiro.

Sua resistência diante da sentença inexorável da morte é uma página de bravura e generosidade que dignifica o gênero humano.

Escritor, jornalista, tribuno, parlamentar, Teotônio Brandão Vilela reeditou no Parlamento brasileiro a

atuação de outro grande alagoano, Aureliano Cândido Tavares Bastos, historiador, escritor e pensador político que pontificou no Segundo Império. Teotônio e Tavares Bastos são as expressões parlamentares maiores que a terra de Jorge de Lima e Graciliano Ramos ofereceu ao Brasil.

Sr. Presidente e Srs. Congressistas, ao falar, nesta Sessão especial, em nome da Bancada do PMDB na Câmara dos Deputados, deixo a manifestação de reverência do povo alagoano à memória de Teotônio Vilela. De maneira especial, a reverência dos seus companheiros de lutas cívicas nas Alagoas, que com ele partilharam das venturas e desventuras dos que se conservaram fiéis à Pátria, à Nação e ao povo.

Pelo que fez, pelo que representou e até porque imolou a própria vida à causa de uma nacionalidade, Teotônio merece as homenagens que nosso povo não se farta de lhe tributar.

Chamaram-no de Menestrel, de Pregador e, até de santo cívico do Brasil.

Teotônio foi, realmente, tudo isso. Foi mais do que isso, porque foi, sobretudo, um instante de Esperança e de Futuro.

A homenagem mais singela foi a mais eloquente. Dois cancioneros populares — Milton Nascimento e Fernando Brant — imortalizaram o nome legendário em versos simples como a alma do povo.

Nos versos, o espelho de uma vida superior, o retrato da grandeza de uma alma generosa e vária:

“Quem é esse viajante,
Quem é esse menestrel,
Que espalha esperança
E transforma sal em mel?

Quem é esse que penetra
No fundo do pantanal,
Como quem vai manhanzinha
Buscar fruta no quintal?

“Quem é esse que conhece
Alagoas e Gerais,
E fala a Língua do povo
Como ninguém fala mais?

Quem é esse?

De quem é essa ira Santa,
Essa saúde civil,
Que tocando na ferida,
Redescobre o Brasil?

Quem é esse peregrino,
Que caminha sem parar,
Quem é esse meu poeta,
Que ninguém pode calar?”

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, a História e a Eternidade respondem: Esse é Teotônio Vilela.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas prolongadas!)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas, caros José Aprígio, Theotônio, Rosana, Maria Helena, Janice, Fernanda e Elias; Delegação das Alagoas; Meus senhores e minhas senhoras:

Falo de Teotônio Vilela que, hoje como ontem, um ontem muito próximo, um ontem como agora, está aqui entre nós. Perspicaz, atilado, com a arrogância dos simples, com a coragem dos valentes e destemidos, dos cultos, que fazem de seu talento e da sua inteligência armas mortíferas contra os néscios, os incompetentes, os impatricios; os “tontos”, como tanto, a eles, gostava de se referir, irônica e sarcasticamente.

Tenho consciência, Sr. Presidente e Srs. Parlamentares, de que, por mais que falasse sobre Teotônio, pouco acrescentaria ao que o povo já conhece. Sim, porque não

existe um rincão, por mais longínquo deste nosso Brasil, em que Teotônio não tenha posto seus pés. Não existe uma "biboca", segundo seu folclórico e histórico linguajar, em que o "andarilho da liberdade" lá não tenha estado.

Se Deus me deu alguns privilégios, de um deles me orgulho e me ufano, traduzindo esses sentimentos aos meus filhos, amigos e colegas: o de ter convivido e aprendido com um super-homem, um democrata, um justiceiro, um guerrilheiro, um autodidata, um sociólogo, um político, um passarinho, um alagoano, uma flor, um ser humano a que seu pai deu o nome de Teotônio Brandão Vilela. (Palmas.)

Teotônio era cristalino, puro, autêntico contra a vontade de alguns poucos, é verdade que desejariam que ele tivesse nascido do polo norte, para que jamais nesse País se falasse em Anistia Eleições Diretas, Justiça Social, Participação Moratória.

Para que em tempo algum fossem abertas as masmorras os cárceres e as prisões e lá continuassem os estudantes, os militares os políticos, os trabalhadores, os religiosos os jovens e adultos, homens e mulheres que a exemplo de Teotônio, também nasceram no Brasil, também amaram a sua Pátria.

Uma minoria, insignificante não desejaria que Teotônio tivesse nascido no País pois dele ficariam livres os grileiros os escravagistas dos homens da terra os corruptos, os oportunistas e os entreguistas, vendilhões da Pátria.

Sua voz tonitroante seus gestos largos, seus passos firmes, seu gargalhar característico ainda ressoam nos presídios, nas auditorias militares, nos Tribunais de Justiça, nos Sindicatos nas ruas, nas praças, nos campos e nas tribunas parlamentares, ora defendendo os oprimidos e injustiçados, a economia brasileira, o solo pátrio ora pregando a anistia, a abertura, as eleições diretas. Outras vezes divulgando seu "Projeto Brasil" ou "Emergência", a todo instante parainfando estudantes, ou recebendo títulos de cidadania.

Nas vias públicas, nas lojas, nos restaurantes, nos pontos de ônibus, nos aeroportos sua figura era apontada, olhada, admirada, tocada, cumprimentada, por jovens, adultos, senhores e senhoras, religiosos, operários políticos, enfim todos tinham uma palavra de admiração para com aquela figura extraordinária.

Falamos muito sobre os grandes vultos do nosso passado, mas de Teotônio muito há de se falar sobre suas vidas, que muitas foram, e sobre sua morte física, material, sempre com ênfase, com alegria com emoção mas haverá sempre de se falar em Teotônio Vilela.

A voz do povo se fez representar pelos talentos de seus grandes ídolos, Milton Nascimento e Fernando Brandt, interpretado pela voz da mulher brasileira, emenada do corpo e da alma de Fafá de Belém, na imortal canção "Menestrel das Alagoas" o de cívica ou seu caráter e personalidade.

Márcio Moreira Alves, também legou para os pósteros a trajetória da sua vida, através do excelente livro "Teotônio Guerreiro da Paz".

Também nas telas do cinema, suas andanças estão imortalizadas pelas câmaras de Vladimir Carvalho e Armando Lacerda com o filme "O Evangelho Segundo Teotônio".

Espontaneamente, fruto do reconhecimento popular, poemas, artigos, livros de cordel, cópias de VT, cartas e bilhetinhos se acumulavam no seu gabinete.

Era o povo brasileiro, incentivando, dando ânimo, saúde, alento, alimentando aquele corpo inquieto para que forças houvesse e a caminhada e a pregação continuassem.

Se a doença minava, a cada instante, seu já debilitado corpo, sua vontade férrea de servir ao seu povo e ao seu País era revitalizada pela força mental de milhões de brasileiros esperançosos que oravam cada um a seu santo, cada um a seu modo cada um no seu credo pela vida, pela saúde, pela sobrevivência de Teotônio.

Todos sabiam da verdade, mas ninguém nela queria acreditar.

Nem Teotônio.

Sua doença era um resfriado qualquer, suas dores uma "topada" que dera ao descer do avião ou ao escorregar no banheiro.

Câncer era o mal que atacava não a ele mas à Nação, corroendo suas divisas, matando seus irmãos nordestinos, desempregando milhões de brasileiros.

Câncer era a desumana e impatriótica política social econômica e financeira, imposta ao País.

Esse era o câncer que preocupava Teotônio.

Seu idealismo envolveu a totalidade dos estratos humanos nacionais, sem distinções de classes, ideologias, formação cultural, haveres materiais, convicções religiosas ou qualquer outro tipo de termo comparativo, capaz de, mesmo eventualmente, apartar brasileiros, no desempenho das responsabilidades comuns.

Essa grandeza pura, sem ganga, despida de artificialismos e incapaz de apelos às conveniências ou interesses deu a Teotônio Vilela, a estrutura monolítica de sua dimensão invulgar, na galeria dos nossos homens públicos.

Foram seus sonhos de brasilidade — belos sonhos de um patriota de inabalável crença na terra e no povo — as origens de todas e cada uma das suas iniciativas, na explicação da coragem irretocável e do solidarismo sem máculas.

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, familiares e amigos.

Em seu primeiro discurso, Teotônio Vilela, então estudante, provocou, pelos conceitos emitidos, uma série crise no colégio jesuíta do Recife, onde completava seu curso de humanidades.

Esgrimiui com idéias consideradas revolucionárias àquela época, que fora buscar em Jean Jacques Rousseau, pela leitura do "Contrato Social".

Hasteou alto a bandeira da participação e do solidarismo, para a vibração construtiva dos colegas e o espanto retrógrado dos professores e dos pais.

Tinha 15 anos.

No primeiro dia deste 1984, quando Teotônio Vilela era saudade, voltou a ser destaque com o prêmio "Bertrand Russel" por sua luta pela justiça.

Teve, neste ponto a companhia admirável de Alceu Amoroso Lima o nosso — Tristão de Athayde — que mereceu o "Mahatma Gandhi" da Paz.

Refiro-me à promoção do publicitário Carlito Maia realizada pela terceira vez. É de uma singeleza magnífica, em sua forma de premiação, puramente simbólica: não há medalhas, diplomas, troféus ou dinheiro envolvidos.

Nesses três anos, Teotônio foi votado pela segunda vez consecutiva. Neste ano, para reverenciá-lo, o regulamento da premiação foi alterado para permitir a reeleição.

Mais importante, ainda: de agora em diante, o prêmio referente à Justiça não mais será denominado "Bertrand Russel" será prêmio Teotônio Vilela.

Vejo nos dois eventos — aquele discurso aos 15 anos de idade e essa premiação póstuma que o qualificou como um defensor irredutível da Justiça, a linha fundamental de uma vida.

A coerência foi o alicerce inabalável da cidadania que exerceu com dignidade exemplar, hoje reverenciada aqui, numa reprodução fiel dos sentimentos que animam a Nação, mantendo-a face voltada para o lado da esperança, numa tão breve quanto completa e definitiva redemocratização.

Aliás, neste particular, Teotônio chegou ao dogmatismo.

"Não há meia ditadura, como não existe democracia por metade", exclamava sempre que alguém lhe falava em "abertura lenta, gradual e segura".

Tinha razão o saudoso companheiro de jornada cívico-partidária. A lentidão, neste caso, somente interessa aos áulicos, quando não por outros motivos, para arrumarem as contas, destruírem as provas, escamotea-

rem os deslizos e, fundamentalmente, para conspirarem com a finalidade da frustração do processo que se diz em curso, para reverter-lo em proveito próprio e em proveito de seus iguais.

Teotônio não discutia a legalidade dos governos ditos revolucionários, considerando perda de tempo qualquer reflexão a respeito.

Centrava seu interesse na legitimidade deles.

"Leis — dizia e repetia — fabricaram e fabricam aos montes, com a irresponsabilidade e a instabilidade que caracterizam os interesses em jogo. — Interesses do sistema e de quantos por ele respondem e dele se aproveitam, fora e dentro do País." Legitimidade, porém, somente o povo — o brasileiro — pode dar."

Resida nesse ponto sua discordância absoluta com o regime vigente, "na concepção corporativo-militar assumida e desenvolvida".

Nosso ilustre homenageado, neste particular, sublinhava que o Sistema dominante decidira a inconscientização do povo, a partir de um trabalho de solapamento das agremiações partidárias e dos políticos, juntamente, com as instituições de expressão democrática. Fez acreditar todos eles inúteis e dispendiosos à Nação, perfeitamente substituíveis, e com vantagens pelos tecnocratas que poupavam o povo de pensar e os afastava da responsabilidade de decisões quanto aos destinos nacionais.

"Foi assim — segundo Teotônio concluiu — que transformaram o Brasil no que é hoje: uma Nação sem presente e com seu futuro gravemente ameaçada."

Na visão crítica de Teotônio Vilela, há, neste particular, uma circunstância histórica, para a qual não se cansava de chamar a atenção nacional: a falta de legitimidade do poder respondia pelo clima de permissividade instaurado no País para o qual os governos nunca tiveram condições políticas de olhar de frente, posto que, sem nenhuma relação com a coletividade brasileira, tais governos obrigaram-se a pagar o preço de fechar os olhos à corrupção e às desonestidades visto, por apoios pretéritos, estarem obrigados a uma sustentação ilimitada, como ilimitada foi a sustentação a eles deferida, na preparação da eclosão de 64. -

Teotônio afirmava ser essa a geratriz da mais séria das nossas crises, que dizia, a da credibilidade. Mas acentuava: sua multiplicação pela insegurança dos tecnoburocratas, na gestão do poder a eles delegados.

"Não há maior dívida hoje em dia — dívida desumana, destacava Teotônio, sob forte emoção — do que a dívida social, que transformou nossa maioria populacional em escravos modernos de uma República violada e corrompida."

Cícero — dizia ele — acusou César de *paricidium patriae* — o mais infamante dos crimes contra a honra: o assassinio da Pátria por seus filhos.

O Menestrel das Alagoas, inflamado ao calor do patriotismo que o possuía por inteiro, tinha igual acusação contra aqueles que permitiram o assalto às riquezas brasileiras — Humanas e Materiais — pelas forças do capitalismo selvagem.

E acrescentava:

"Agora, hegado o momento de prestarem conta, desesperadamente perdidos na volúpia de salvar seus privilégios, explicar ao júri da opinião pública o comprometimento de cada um com o triste destino da Pátria, tentam fugir espavoridos do eleitorado real, livre e soberano, escondendo-se nas saias de um Colégio Eleitoral de arrumação, onde pululam todas as mazelas de 20 anos de governos sem legitimidade, sempre de costas voltas para a Nação."

Extraio este trecho de reflexões suas, que deixou escritas, simples lembretes para a mobilização candente que

fez pelos quatro cantos da Pátria, a saúde de seu espírito desafiando a morte do corpo, já alquebrado pela doença incurável.

Leio Teotônio na Revista do PMDB, editada pela Fundação Pedroso Horta, em maio/junho do ano passado:

“É hora de todas as forças vivas da Nação se mobilizarem organizadamente na busca de soluções urgentes.”

Enfatizando a dívida social como a mais importante de nossas dívidas, por atingir hoje mais de 80% da população “setores da classe média, operariado e, sobretudo, desempregados e subempregados da cidade e do campo”, Teotônio bradava pela preservação e pela ampliação de três pontos, assim enumerados:

“Primeiro, a soberania da nação, ou seja, a capacidade de decidir nossos próprios caminhos, nossa soberania e nosso destino;

Segundo, a dignidade do ser humano, que compreende o direito aos bens essenciais, ao emprego, à saúde, à educação, à moradia e à vivência plena do Estado de Direito e;

Terceiro, as riquezas do País, como seus recursos naturais, seus parques industriais, sua infraestrutura física.”

Não está escrito naquele seu artigo, mas posso aqui reproduzir fielmente o que dele ouvi:

“Esta — dizia — é a realidade sobre a qual a Nação tem de atuar com a totalidade de suas energias criadoras e sua histórica coragem cívica.”

“Se a dívida de 100 bilhões de dólares administrada pelo FMI indica, claramente, a perda de nossa soberania, e a dívida interna mostra que o Estado brasileiro serve ao grande capital e aos banqueiros, a dívida social, por sua vez, torna evidente o abismo que separa o Estado da Nação.”

O admirável senso de justiça que estava na base do caráter do nosso homenageado, impedia-o de lançar contras as forças dominantes hoje toda a culpa por essa gigantesca dívida social, muito embora, para ele, fosse indispensável pôr em evidência que a concepção governamental de desenvolvimento, nas últimas duas décadas, tinha o nosso povo como objeto da ação do capital.

No entanto, conforme seu julgamento superior, a dívida social não fora criada de repente. Ele a tinha como histórica, com a idade do primeiro homem que nasceu no regime do colonialismo brasileiro.

Chegava sempre, Teotônio Vilela, ao clímax de sua eloquência privilegiada, quando nos mostrava ser a dívida social a prioridade inadiável e sagrada, no relacionamento da Nação com o seu povo.

Exclamava, então:

“A dívida externa é uma dívida com os banqueiros internacionais; a dívida interna, é uma dívida com o capital financeiro nacional; a dívida social, é a dívida com o povo.

Os banqueiros — prosseguia Teotônio sempre com entusiasmo e sincera emoção — os banqueiros, as transnacionais e o FMI podem esperar pelo pagamento da dívida externa, mas essa imensa maioria pobre é que não pode. Não deve e não temos condições de fazê-la esperar.”

Ele, porém, não era homem só de acusar e criticar. A preocupação de apontar soluções era constante em seu espírito.

Escreveu, com sua característica simplicidade, que “a dívida social, sem dúvida, para ser saldada, necessitará de um esforço imenso da sociedade, devendo ser aplicada a regra mais simples e justa: contribuirá mais quem tiver mais, contribuirá menos quem tiver menos”.

Em contatos informais ia além, asseverando, neste particular, a necessidade já inadiável de darmos um primeiro e decisivo passo no sentido da igualdade de condições, asseguradas ao indivíduo, como membro da sociedade nacional.

Queria ele começar, portanto, pela fixação do sentimento de que cada homem é tão bom quanto qualquer outro e nenhum melhor do que os demais.

Seria, no seu iluminado entendimento, uma reação profunda ao artificialismo dos últimos 20 anos, em cujo período essa dívida social foi catastróficamente multiplicada.

“O direito de progredir — é dele o pensamento — não pode ter seu cerne na origem social das pessoas, mas na capacitação e nos esforços delas para tanto.”

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, Srs. familiares:

Um dia, desaconselhando-o a fazer uma viagem, pela evidência comovedora do sacrifício que lhe imporia, perguntei-lhe à queima roupa, diante de sua insistência em não faltar ao convite que lhe fora formulado:

— Afinal, meu irmão, qual a tua procura?

Sua resposta veio rápida, breve e cintilante:

— “Procuo o Brasil dos brasileiros!”

O Brasil dos brasileiros, buscado por Teotônio, não é uma abstração.

Ele existe.

Referia-se ele — e com seu pensamento fazemos causa comum — à concretização de oportunidades acessíveis a todos, pondo em primeiro plano de prevalência, o Trabalho sobre o Capital, numa comunidade nacional democraticamente aberta.

O grande clamor nacional, agora, não é — dramaticamente não é — a conquista do direito a uma qualidade de vida, mas do direito à própria vida.

O povo brasileiro já perdeu de vistas os números relativos às injustiças que o marginalizam.

Sobrevivendo num dia-a-dia de empobrecimento galopante, mas do que os índices dos especialistas, sente os efeitos pauperizantes de uma política econômica sem um mínimo de solidarismo, e que se mantém, apesar dos resultados que a ninguém é dado ignorar.

Impunhou a bandeira da moratória para nossa dívida externa — e empolgou a Nação. Costumava dizer que um dos heróis que mais admirava era El Cid, o Campeador, pois sua liderança era tão grande que se exercia até sobre seus inimigos.

Sua pregação era acompanhada sempre de afirmação de sua fé no futuro do Brasil. Teotônio via na participação do povo no poder, a solução de todos os grandes problemas nacionais. A democracia e a liberdade eram a tisana para os males da Pátria. “A democracia — afirmava ele — não é regime de fracos, mas de fortes. A democracia não é regime de escapismo para o submundo da subversão e da corrupção, mas um regime de integral respeito à liberdade”.

A marca de Teotônio Vilela na vida brasileira é tão forte quanto sua vida.

A marca de Teotônio Vilela na campanha da Anistia, quando visitou os cárceres do Brasil e se integrou na realidade brasileira; a marca de Teotônio Vilela na luta pelos trabalhadores do ABC ou onde os interesses deles eram ameaçados; a campanha nacional pelas eleições diretas à Presidência da República, hoje reivindicação unânime de toda a Nação tiveram em Teotônio e na sua expressão carismática, na força de sua palavra, o impulso propulsor que levaria as multidões à praça pública em todas as cidades brasileiras.

Teotônio é hoje grande vitorioso dessa batalha que, qual El Cid, o Campeador, a quem tanto admirava, continua comandando mesmo após sua morte.

Sua pregação, contida no Projeto Emergência, é hoje uma realidade nacional que o próprio governo reconhece quando, juntamente com outros governos da América Latina, sugere a moratória que Teotônio dizia ser a imposição de “uma decisão corajosa e soberana de condi-

cionar o pagamento da dívida externa ao volume de recursos disponíveis na economia brasileira, sem prejuízo da continuidade de nosso processo de desenvolvimento e sem impor sacrifícios desproporcionais à classe trabalhadora e ao povo brasileiro”.

“Para tanto — diz o Projeto Emergência — é necessário um período de carência em todos os pagamentos no exterior.”

Concordamos em que, um grupo no poder como este que comanda a Nação, pode não ter autoridade para uma medida tão drástica. Mas o fato de que este grupo, apesar de subordinado e comprometido, reconhece de público a necessidade da moratória, indica, por si mesmo, toda a verdade contida no Projeto Emergência, que Teotônio apresentou à Nação.

Mas, não seríamos justos se não destacássemos por sobre a grandeza do político, a figura humana de Teotônio Vilela, cuja vida e cuja morte representam um pleno exemplo para todos nós.

Ao saber da moléstia que o acometera, Teotônio, em um de seus últimos discursos, fez um dos mais belos e comovedores pronunciamentos que ao Senado da República foi dado conhecer. Permitam-nos recordar aqui, um trecho deste pronunciamento que é a exposição da alma e de todo o ser de Teotônio Vilela, em sua plenitude.

Disse ele, na ocasião: “Defronto-me com o meu próprio destino o fado dos antigos cronistas e poetas e isso não me assombra. O meu espírito se mantém erguido, e nele mantenho hasteada, diante das intempéries, a fé, a tremular como testemunho de vida. Os mistérios da morte amudaram seus segredos em torno de mim e, de repente, me vi imobilizado num hospital, prostrado diante do espectro de uma doença que ainda abala a sensível sociedade moderna: o câncer. Creio na Natureza, no Homem, e em Deus. Essa trilogia é que abre os caminhos de meus olhos, os passos para os meus pés, as invenções de minha mente. E se amo a vida ao ponto de tanto lutar por ela, é que no fundo das coisas as criaturas resplandecem e se entrecrocaram numa teia de fundações donde se ergue o próprio Criador. Os mistérios da vida e da morte, ao transcenderem a visão concreta do dia-a-dia, costumam tecer esse admirável fio de sonho, que Camões tão bem soube ilustrar, e que os poetas e cronistas do passado chamam de “fado”.

Aí está, senhores, a visão da vida e da morte, em toda sua grandiosidade, na imensidão de seus segredos, na revelação do homem Teotônio que se supera e transcende a si mesmo na interpretação do que ele decidiu chamar de seu fado. Aí está Teotônio, em todo o seu humanismo, na afirmação maior de seu amor à vida frente à morte — aí está Teotônio na reafirmação solene de sua fé ante a fatalidade de seu destino; eis aí Teotônio, cuja caminhada recomeça aos pés da morte para um roteiro de vida pelos caminhos de sua Pátria.

A ser verdadeira a afirmação de Eurípedes, em suas tragédias, de que “quem ama ao excesso sabe odiar ao excesso”, estamos entre os que tiveram a ventura de colher as sementes de amor que Teotônio semeava entre os seus companheiros e às multidões a quem falava. Sua “ira santa”, ele a dirigia aos inimigos do povo.

Esperamos que nossas palavras possam ter traduzido seu ideário e a expressão de sua vontade. Porque nossa maior homenagem, por nosso Partido e por seu povo, será a de continuar palmilhando o caminho desse andarilho da liberdade, cuja amizade colhemos, em vida, como uma dádiva rara, e cuja memória cultuamos, na ausência, com o religioso respeito dos que amam e choram o ente querido.

Este foi Teotônio que conhecemos, e ao qual emocionados, tributamos a homenagem de uma coletividade nacional, que se engrandeceu com sua participação.

Simões Lopes Neto, em Lendas do Sul nos recorda o episódio histórico do chefe índio Tiaraíú, conhecido por Sepé, que foi “vencido e morto na batalha de 7 de feve-

reio de 1756, no sopé da Coxilha de Santa Tecla, perto de Bagé", lutando contra a invasão estrangeira na terra que dizia orgulhosamente: "É minha!"

O cancionero Guasca reproduz em versos a epopéia daquela luta que já era, então, a mesma luta de Teotônio: "por um Brasil dos brasileiros".

Nos últimos versos, eis o que a tradição nos legou:

"Eram armas de Castela
Que vinham do mar de além;
De Portugal também vinha,
Dizendo por nosso bem:
Mas quem faz gemer a terra...
Em nome da paz não vem!
Mas, o lunar de Sepé.
Era o rastro procurado
Pelos vassallos dos Reis.
Que o haviam condenado...
Ficando o povo, vencido...
É seu haver... conquistado!
Então, Sepé foi erguido
Pela mão do Deus Senhor,
Que lhe marcara na testa
O sinal do seu penhor!...
O corpo ficou na terra...
A alma, subiu em flor!..
Teotônio Vilela não lutou pela originalidade: foi original.

As coisas ficavam diferentes, depois de analisados e definidos por ele.

Pensar foi a sua paixão.

Pensar, para Teotônio era agir, segundo padrões morais e cívicos que marcarão fundo a História Pátria, como Sepé Tiaraiú a marcou, em defesa do seu pedaço de chão: o Brasil dos brasileiros.

Dois guerreiros indômitos de uma mesma saga, que enobreceram os tempos da nossa História.

Assim foram seus sonhos e suas realidades: nunca suscetíveis a serem esquecidos.

"Os corpos ficaram na terra...

As almas subiram em flor..."

(Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Brandão Monteiro. (Pausa.)

S. Ex.^a está ausente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Celso Peçanha.

O SR. CELSO PEÇANHA (PDS — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente do Congresso Nacional, Srs. Congressistas:

Permitam-me que me refira àqueles que vieram das Alagoas para esta homenagem, primeiramente aos seus familiares: Oswaldo Brandão Vilela, José Aprígio Brandão Vilela, Teotônio Vilela Filho, D. Janice Brandão Vilela, Jorge de Souza, Holanda e Humberto Cavalcanti; aos Deputados estaduais José Bernardes, Elísio Sávio Maia e Roberto Torres, ao Desembargador Geraldo Vasconcelos, do Tribunal de Justiça; Dr. Teobaldo Barbosa, ex-Governador de Alagoas e Presidente do PDS naquele Estado.

Que figura singular essa que, vindo de Viçosa, nas Alagoas, da Planície das vaquejadas, alça as culminâncias do Parlamento brasileiro para se tornar, nesta altura do século, uma das figuras exponenciais da República.

Singular a História das Alagoas, quando, no século passado, no seu final, ela se apresenta na História do País, com dois vultos que se alteiam e dominam, dois Marechais, Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, este o Consolidador da República. E agora, neste quartel do Século XX ela vem para o cenário nacional, com esse patricio cheio de histórias e cheio de civismo, cheio de bravura e cheio de coragem, esse Menestrel das Alagoas, que a Casa homenageia hoje, Teotônio Brandão Vilela.

Já a Nação, toda ela, homenageou o Senador tão querido. Quando, nesta tarde, falamos sobre ele, eu estou a reviver aqueles dias idos e vividos, quando nas noites de Congresso ele entrava, por ali, distribuindo abraços e sorrisos. Se surgisse uma gargalhada mais alta era dele, não apequenando alguém mas, pelo contrário, extravasando o seu sentimento de amor ao seu semelhante, de bem querer ao seu companheiro.

Sr. Presidente, eu ouvi os discursos que me antecederam, todos eles procuraram trazê-lo, desde os primeiros dias, a vida e a obra de Teotônio Vilela, sob várias faces e ângulos diversos. Que obra fecunda esta que ele deixou para os seus filhos, para os seus amigos e para os companheiros de seu Partido. Era um lidador sem par da palavra escrita e falada, mas era, antes e acima de tudo, Profeta da Liberdade, como disse dele Rubem de Azevedo Lima; ou era o Menestrel das Alagoas, como o proclamou Hélio Pellegrino; e Apóstolo Guerreiro, como salientou Tarcísio Holanda ou Quixote de Alagoas, como descreveu Lustosa Costa.

Era, na verdade, um apóstolo e um guerreiro. Apóstolo porque era um pregador de idéias. Ele saiu por este Brasil afora, levando, por todos os cantos, vilarejos, vilas e cidades a sua mensagem. Era uma mensagem forte, algumas vezes ferina, porque queria um chão puro, um chão livre de sua Pátria.

Era um apóstolo, porque me fazia lembrar aqueles aedos, que li quando jovem, que lá na Grécia, no princípio da Idade Média, saíam a cantar, de viola em punho, as glórias do passado de sua terra, exaltando todos os seus filhos e procurando fixar, na memória do povo, as bravuras dos seus antepassados.

Assim era Teotônio Vilela. Ele era o mesmo, no centro do Mato Grosso ou no seu Nordeste quente; era o mesmo em Copacabana, no Posto 6, autografando livros, em meio à Selva de Pedras, ou em São Paulo, naquele burburinho da grande metrópole.

Era o apóstolo da liberdade, da democracia, da anistia, da justiça social. Mas a sua pregação não ficava tão somente na tribuna do Senado. Não! Ele descia às ruas e ia debater com o povo as suas idéias. Vamos encontrá-lo entrando por prisões, em São Paulo, para visitar presos políticos. Aí, então, cresce a sua figura. Aquele homem que deixa o partido do Governo e vem, afoito, para o PMDB, lidar a boa batalha. Dir-se-ia o José do Patrocínio, que Osvaldo Orico chamou de "O Tigre da Abolição", Teotônio Vilela foi o Tigre da anistia, da liberdade, da justiça social. Bravura sem par, apóstolo, da coragem, ele lutava pelas suas idéias. Vamos encontrá-lo, um dia, em meio aos operários do ABC. Lá ele é o pacificador, lá ele procura conduzir o trabalhador para o rumo certo, pregando suas idéias, mas querendo orientá-lo para o caminho da vitória. Este foi Teotônio Vilela.

Mas, que guerreiro sem par quando ele assumia a tribuna e, com bravura, combatia os erros, a política viciada que atormentava e atormenta os problemas do País, não dando soluções a eles. Aí é o guerreiro, destemido, coragem sem par, *sans peur et sans reproche* dir-se-ia um cavalheiro da Idade Média que terçava armas por todos os cantos. Alguém o chamou de Dom Quixote. Não! Ele lutava por uma pátria que ele via exangue e necessitando de sua voz e de sua ação.

Mas, não era somente aquele pregador de idéias, semeador da boa mensagem, aquele que fora Deputado estadual e Vice-Governador do Estado de Alagoas. Eleito Senador duas vezes, era também o homem que sabia ir de encontro ao povo para servir e batalhar a seu lado.

Teotônio Vilela, profeta da liberdade, que escreveu "Andanças pela Crônica", "Discursos", "Operação Alagoas", "Presença do Nordeste", "A Pregação da Liberdade", "Andanças de um Liberal", "A Civilização do Zebu", "A Civilização do Basset" e "Projeto Brasil", era também um homem construtor. Ele construiu a sua vida

como industrial, mas ele também lançou como livro de cabeceira de tantos e tantos brasileiros, o "Projeto Brasil", o "Projeto Emergência". Rebebi centenas de cartas do interior que me pediam o trabalho de Teotônio Brandão Vilela. Não podia imaginar que a sua pregação penetrasse no interior do meu Estado e muitos buscassem a sua obra. Este o homem que hoje homenageamos. A Nação já o homenageou, em cantos e em versos, nas baladas mais tristes e nas cantigas mais fortes, levantando multidões nas praças públicas deste País. A Nação há de homenageá-lo por muitos anos, porque ele que costumava dizer, ao ser apresentado a um político ou a um patricio: "Pena que a gente se conhecesse tão tarde", viveu uma vida intensamente, perigosamente a serviço da Pátria.

Sr. Presidente, quero deixar nos Anais opiniões, alguns pensamentos sobre o homenageado desta tarde:

"Teotônio foi contemporâneo da própria História, pois não foi necessário o tempo para escrevê-la."

(Ulisses Guimarães, Presidente do PMDB)

"Que o Senhor da paz o tenha recebido na sua glória."

(Dom Avelar Brandão Vilela, cardeal-arcebispo de Salvador, primaz do Brasil, irmão do político alagoano)

"Quando passava a mão sobre o rosto vincado, seus dedos percorriam montanhas e vales, chaminés e favelas, cidades e prisões."

(Severo Gomes, Senador por São Paulo, PMDB)

"Glória ao homem, à sua dimensão trágica, à sua disposição de lutar."

(Alberto Dines, jornalista)

"Teotônio deixa para o Brasil e sua História o exemplo da dedicação e do heroísmo."

(Franco Montoro, Governador de São Paulo)

"Nenhum outro o excedeu na capacidade de se dar, de se entregar com tanto devotamento à porfia pela recuperação da dignidade cívica do nosso povo."

(Tancredo Neves, Governador de Minas Gerais)

"Ele teve a graça de morrer no campo de batalha, conservando até o fim a capacidade de luta."

(João Leitão de Abreu, Ministro-chefe da Casa Civil da Presidência da República)

"Foi o presidente da democracia."

(Ricardo Kotscho, jornalista)

"Teotônio era capaz de comover a praça defender a autonomia da rua, de incomodar as elites e ao mesmo tempo levar para adiante a luta institucional."

(Fernando Henrique Cardoso, Senador por São Paulo, PMDB)

"Ele era um homem plural, um homem oceano, sem limites."

(Divaldo Suruagy, Governador de Alagoas)

"Teotônio foi um dos maiores brasileiros que já passou por este País."

(Luís Inácio Lula da Silva, Presidente do PT)

"A morte o transforma num símbolo nacional de libertação que o Brasil está precisando."

(Rogê Ferreira, Presidente do PDT de São Paulo)

Uma frase do próprio Teotônio:

"Minha formação me levou ao entendimento de que a morte não é mais que um transporte para um lugar que eu ainda não conheço."

Sr. Presidente e Srs. Congressistas, Teotônio morreu ouvindo o canário de estimação de sua mulher. "Amava o riso caudoloso de Fafá de Belém, era alegre e vivo. Venceu a morte, viverá! "Escreveu Hélio Pellegrino. E eu direi como um poeta do meu Estado de Saquarema o príncipe dos poetas brasileiros, Alberto de Oliveira: "Ele

não partiu de todo, porque vive na saudade do povo brasileiro. Viverá sempre."

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PDT. — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, Srs. familiares de Teotônio Vilela:

Cumprimos, hoje, muito mais mesmo do que uma tradição, do que uma homenagem protocolar. Cumprimos um dever, um dever cívico, um dever de cidadãos brasileiros que somos; congressistas, representantes do povo desta Nação. Um dever particular do Senado Federal que Teotônio, em vida, tanto enriqueceu com seus discursos límpidos, com seus discursos brilhantes, com seus discursos densos de conteúdo e perfeitos na forma, como tudo que fazia.

Teotônio foi um dos gigantes do Senado, principalmente no início de 1975, o Senado renovado, muito renovado pela eleição de 1974, quando as atenções de toda a nação se voltavam para aqueles debates ao mesmo tempo calorosos, cadentes, mas cheios de uma densidade, de uma representatividade de todo o sentimento nacional, que fazia com que a imprensa, com que os próprios circunstantes de Brasília fossem ao Senado assistir aos debates que se tratavam: Teotônio Vilela de um lado, Paulo Brossard de outro, Petrólio Portella de outro, isto é, alguns Senadores que se agigantaram e, entre eles, a figura de Teotônio, com sua independência absoluta, com as divergências que iam aflorando em sua alma, em seu sentimento em relação às posições de seu Partido, que levam depois a dissentir a até mesmo mudar de Partido.

Cumprimos esse dever que a Nação exige de nós. A Nação brasileira, pelo seu sentimento, pela admiração que devota a este homem, exige dos Parlamentares brasileiros esta homenagem de hoje, uma homenagem que deve ser continuamente prestada, na medida em que Teotônio Vilela se tornou um símbolo; símbolo da luta pela liberdade, pela redemocratização do País, o símbolo sempre evocado nos comícios populares. Ainda nesta campanha memorável que varreu o País de norte a sul nesses últimos meses, a campanha das "Diretas Já", a menção sempre presente, a evocação mais freqüente e constante em todos os discursos era a da figura de Teotônio Vilela; a imagem daquele brasileiro grande, bravo, independente, lúcido, cheio de energia; aquele brasileiro de cujas mãos alçava voo o pássaro, branco o pássaro manso da liberdade, a pomba, que Teotônio costumava soltar nas praças públicas nos seus últimos anos de vida.

Todos continuaremos — essa homenagem não se encerra hoje; é apenas um marco — todos continuaremos a homenagear Teotônio Vilela, a falar dele, até a mudar o tom da voz ao falar dele, mudar o tom da voz para que ela ganhe um aceito de respeito que a sua figura inspira a todos os brasileiros, sendo correspondidos nesta mudança de tom de norte a sul do País. Deste País que Teotônio amou como poucos e, mais do que nunca nos últimos meses de sua vida, quando a expressão Pátria era, sem dúvida, a expressão mais freqüente nos seus pronunciamentos.

Todos nós temos uma ou outra imagem que ficou mais gravada na memória em relação a Teotônio. A mim ficaram dois momentos comoventes: um de Teotônio falando sentado, no Senado, criando uma exceção na regra regimental, Teotônio sem forças para permanecer de pé, falando sentado e chamando a nossa atenção para a importância da expressão Pátria, o que significava isso, a importância, a atenção que nós deveríamos ter para a Pátria que ele via em perigo, que ele via sujeita a acontecimentos que poderiam ser trágicos. A outra, de Teotônio, também, falando em Pátria. Desta vez de pé, apoiado numa bengala, com um chapéu, porque fazia sol, em plena Quinta da Boa Vista, diante de uma multidão si-

lenciosa para ouvir Teotônio discorrer sobre a Pátria, a Pátria que estava em perigo e em cuja defesa ele conclamava todos os brasileiros responsáveis.

E a Pátria responde, com esta admiração e este carinho a exigir de todos nós a menção respeitosa e a homenagem a Teotônio. A Pátria cultiva a memória de Teotônio e isso é o que queremos fazer, não apenas para cultivar, queremos mais do que cultivar mas cultivar, isto é, não apenas sentir a saudade, mostrar a admiração diante de uma figura passada, de um quadro estático, de uma fotografia sobre a qual expressamos os nossos sentimentos, mas cultivar no sentido de extrair o fruto, extrair os frutos das suas idéias, da sua vida, da sua luta, do seu comportamento, dar conseqüências a toda vida, obra e idéias de Teotônio.

Tomar o seu exemplo. Tomar o seu exemplo de comportamento, de lutador que foi, a sua capacidade de criar fatos políticos, de estar presente nas coisas mais importantes, de ir diretamente ao povo, de estar neste contato permanente, de encontrar energias, mas sabe lá Deus de onde poderia tirá-las, enfim, este exemplo de lutador, de bravo, de homem sempre presente, de democrata, de homem popular que era.

Tomar o exemplo da postura de Teotônio, postura sempre verdadeira. Teotônio era um homem verdadeiro. Teotônio não tinha jogo de cintura, como se diz por aí, esse eufemismo sob o qual se quer esconder, às vezes, a falsidade, a mentira, a falta de vergonha, esse chamado jogo de cintura que parece ser uma das qualidades essenciais para ser hoje presidenciável num Colégio Eleitoral.

Teotônio não tinha jogo de cintura, era um homem aberto, franco e verdadeiro; falava a verdade, falava o que pensava e o que estava na sua cabeça e no seu coração.

Tomar, enfim, as idéias de Teotônio, reexaminá-las à luz dos acontecimentos, atualizar sempre essas idéias, tomar, por exemplo, o seu último documento, o Projeto Emergência, documento síntese de todo um pensamento, onde ele muito bem colocou, de uma forma objetiva a clara como era do seu estilo, a questão das quatro dívidas: a dívida externa, a dívida interna, a dívida social, a dívida política. A dívida externa, pregando a moratória porque sentia que essa era a única atitude que cabia para que a atenção sobre nós fosse voltada, isto é, que o Brasil, que os brasileiros fossem considerados pela comunidade financeira internacional, pelos governos onde se sediam os bancos credores. A única forma não é a de fazer apelos, ou a de se comportar bem ou a de atender tais e quais exigências. A única forma de atrair a atenção da contraparte para sentar-se numa mesa e tirarmos uma solução que interessa aos brasileiros, uma solução viável para que seja cumprida por nós, é a de afirmar a soberania do País, criando um caso, criando um caso internacional, decretando unilateralmente a moratória.

Este era o pensamento de Teotônio e quem não concordava àquela época, hoje já está concordando. Assim como na questão da dívida interna, que S. Ex.^a via esse gigante crescendo, a sede de toda a especulação financeira que dá nessa inflação recorde que aí está. E ele reconhecia essa dívida tão impagável e tão irresgatável quanto a externa. Essa dívida vai extrapolar tudo o que é mais impossível e imaginável nas nossas cabeças. E se não tomarmos uma medida drástica de desvalorização dessa dívida e ele sugeriu a troca compulsória por bônus, bônus emergência, ou bônus de guerra ou bônus de salvação nacional, seja lá o que for, solução que foi incompreendida até mesmo por muitos dos companheiros dos Partidos de Oposição, muitos companheiros do seu próprio Partido, que viam naquela sugestão uma idéia radical e que não tem nada de radical, é, simplesmente, a ideia mais viável. A única solução eficaz para botar um fim nesse processo especulativo que vai nos levar a todos, de roldão, sei lá para onde porque 100 trilhões de dívidas,

ao final do ano, é onde vamos parar, pois já estamos em 40 trilhões e o Governo a emitir trilhões e trilhões, para tentar salvar os *dealers*, os operadores do mercado aberto, que sempre ameaçam falir e falem, rebenta uma empresa aqui, outra ali, emitem trilhões e vão ao Fundo Monetário Internacional pedir perdão, e a inflação explode.

Não adianta nada disso, ou pomos um fim, ou cortamos essa dívida interna na forma sugerida por Teotônio Vilela, ou este processo não vai ter fim.

Esta visão de Teotônio, a visão da dívida social, que, como disse o Senador Pedro Simon, ele considerava a mais grave de todas, e é, efetivamente, a mais grave, quer dizer, Teotônio, lido hoje, estudado, analisado é um socialista. E não tenho a menor dúvida, de que, na evolução da sua posição política, ele ia terminar membro de um Partido Socialista, não tenho a menor dúvida, basta ver e analisar a sua compreensão dos fatos, dos acontecimentos, dos problemas nacionais, as soluções que ele pregava e a dinâmica desse processo, que foi a vida política de Teotônio Vilela.

E simplesmente a última dívida, a dívida política, onde ele pregava a abertura verdadeira, a redemocratização plena, o pleno estado de direito, toda aquela pregação que o transformou em símbolo de toda esta luta pela liberdade, a luta pela democracia e pela liberdade. Isso é o que nós, congressistas, temos que fazer. É o que nós, do PDT, faremos: cultivar a memória de Teotônio, e quase fica impróprio dizer memória, tão presente ele está ainda entre nós. Cultivar significa reanalisar, reestudar sua vida e sua obra continuamente para dela extrair o fruto do trabalho de Teotônio que ainda não floresceu, ainda não frutificou, ainda não foi aproveitado pelo Brasil e pelos brasileiros.

É o que devemos fazer, reverenciando sempre, reverenciando a imagem desse homem, sua vida, sua obra, sua figura humana, fazendo sempre presente entre nós, sempre presente como ele está aqui nesta tarde, nesta sessão histórica do Congresso Nacional.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Brandão Monteiro.

SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, familiares do ilustre homenageado Senador Teotônio Vilela:

Às vezes, nas agruras da nossa vida parlamentar, uma vida recente de mais de um ano, nós sentimos, no decorrer dos dias, angústias, tristezas e por que não dizer falta de ânimo até para prosseguir na luta.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, devo dizer também que sou testemunha, na presente Legislatura, de alguns momentos de profunda grandeza do trabalho parlamentar, momentos de profunda gratificação, quando acontecem sessões e dias como o de hoje, quando todo o Congresso Nacional não presta uma homenagem à figura extraordinária de Teotônio Vilela, mas faz, sim, um cântico a sua força, um cântico a sua luta, a sua personalidade e ao seu trabalho.

Sou testemunha que esta Legislatura teve momentos de extrema grandeza, momentos que repararam erros ou omissões dos outros anos, quando aqui tivemos oportunidade de homenagear figura do tamanho de João Goulart, figuras como do ex-Deputado Carlos Marighela, figuras como, brevemente haveremos de homenagear, o Deputado Rubem Paiva, até hoje tido como desaparecido. E aqui, hoje, estamos homenageando a figura maior de Teotônio Vilela.

Teotônio Vilela, Srs. Congressistas, sabeis melhor do que eu, não era um homem, não era um peledor, igual a todos nós. Teotônio Vilela era uma instituição. Teotônio

Vilela tem na sua vida e na sua expressão corporal e espiritual toda uma trajetória de beleza, de poesia, de fortaleza, de rebeldia.

Teotônio, o boiadeiro; Teotônio, o usineiro; Teotônio, o udenista, que foi na sua expressão o liberal dos sonhos de uma UDN que nunca conseguiu ser; Teotônio, o Parlamentar; Teotônio, o Vice-Governador, companheiro do bravo Senador que está aqui, hoje, à Mesa, na Presidência dos trabalhos, o bravo Senador respeitado por todos nós e ex-Governador de Alagoas, amigo íntimo do Senador Teotônio Vilela; Teotônio, o libertário; Teotônio, o homem sem preconceitos; Teotônio, a figura do homem brasileiro, do homem alegre, do homem boêmio, do homem bom pai de família e do lutador, do homem que ia, no momento difícil da vida brasileira, bater às portas das prisões para denunciar aquilo que os governantes sabiam, mas fingiam não saber, que era o grande processo de tortura que os presos políticos viviam no País.

Muitos tentaram definir Teotônio, muitos colocaram-no epítetos: Teotônio, o gueireiro; Teotônio, o Menestrel das Alagoas; Teotônio, o manso louco, no dizer de Carlos Castello Branco:

Mas, Srs. Congressistas, eu diria que Teotônio Vilela é a última das expressões do liberal democrata que neste País quase já não existem, do tamanho de um Sobral Pinto, da grandeza de Djalma Marinho e da postura de um Milton Campos. Este Senador, este homem público foi um dos últimos liberais democrata que este País já não conhece.

Dizia o nobre Senador Roberto Saturnino que, talvez, o Teotônio, se vivo ainda fosse, ingressaria num partido socialista. Não sei. Mas, a progressão de idéias, a honestidade pessoal deste homem que deixou para nós uma lição dos tempos em que vivemos, quando dizia, com muita felicidade, que nós vivemos um tempo de anormalidade, um tempo onde os Governos ilegítimos passam a ser normais, onde os ministros incompetentes passam a ser aqueles que são festejados e onde tudo que é anormal, corrupção e o furto, passa a ser uma coisa absolutamente certa e até aplaudida, onde quase a pátria nacionalidade não se levanta contra aqueles que estão a destruir a Nação brasileira.

Teotônio Vilela tinha angústias ao discutir as questões nacionais, já disseram aqui os antecedentes, Senador Pedro Simon e o Senador Roberto Saturnino. Ele tinha visão de que nós éramos um país, uma nação ilhada por quatro exércitos destrutivos: o exército da dívida externa, o exército da dívida interna, o exército da dívida social, e o exército da dívida política.

Nunca ninguém exprimiu, com tanta clareza, as nossas angústias dos tempos em que vivemos.

De uma Nação rica, de uma Nação abençoada, de uma Nação com todo um potencial, e que vive batendo às portas dos banqueiros internacionais à busca de adiamento das suas dívidas que, à cada mudança de meio por cento da taxa dos juros internacionais se atola em mais alguns bilhões de dólares para que a Nação e os filhos desta Nação tenham que trabalhar em dobro para cumprir acordos que os donos do poder fazem e que a Nação brasileira não participa.

Devo dizer que, pessoalmente, me sinto profundamente emocionado quando falo da figura do Teotônio. E me recordo dos lados que me atingiram pessoalmente na figura do Senador. Lembro-me do Senador rompendo prisões. Lembro-me do Senador brigando no Congresso Nacional por uma anistia, que acabou nos beneficiando. Lembro-me do Senador ainda, já quase no fim da vida, indo a uma sessão da ABI, da qual alguns parlamentares aqui estão presentes e dos quais lembro-me de dois; o Deputado José Eudes e o Deputado Jacques D'Ornellas, para fazer lançamento do seu livro "Anistia".

Já quase trôpego, quase sem força física, porque a força moral jamais perdeu, ele era saudado por toda a sociedade do Rio de Janeiro, quando lançava aqueles dois compêndios da sua pregação pela anistia no Brasil. E as palavras de Teotônio, naquele momento, parecem ressoar hoje, porque são absolutamente palavras do dia de hoje, da era presente, do momento em que vivemos e Teotônio dizia, dentre outras coisas, mostrando a grandeza moral de quem não se curva diante da sua doença, diante dos males que fazem muitas pessoas procurar antecipar o fim da vida. E, até num tom jocoso dizia que o seu câncer era comum, que o câncer tinha parte com o demônio, porque ele era como a multinacional, penetrava de todos os lados ia quebrando as forças da resistência física. Essa é a figura de Teotônio Vilela, um bravo literato porque o homem da forma; lutador, porque jamais se quebrou diante dos fortes ou dos aparentemente fortes. Teotônio que vai a São Bernardo do Campo contra a insensatez política de alguns que insistem em manter ou insistem em querer manter o autoritarismo neste País, ali em 1980, quando Teotônio praticamente aluga a ponte aérea para sair de Brasília e incorporar-se, em São Paulo, quase diuturnamente, na luta dos trabalhadores de São Bernardo. E a insensatez de alguns, que preferimos não declinar o nome até para não manchar a homenagem que prestamos ao grande brasileiro, colocavam aviões contra os operários desarmados em São Bernardo, a figura maior de Teotônio se levantava em defesa da liberdade e em defesa dos trabalhadores.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, Teotônio Vilela, o boêmio, o usineiro, o boiadeiro, o poeta, porque sua vida foi uma poesia e um cântico à liberdade; Teotônio, o político, o parlamentar, o homem da forma.

Há muitos anos já pensava Teotônio com clareza de que era necessário pensar Alagoas e o Brasil com um projeto maior, uma perspectiva de descentralização, uma perspectiva de discutir as questões entrelaçadas, não como se faz hoje, como se pretende resolver problemas do Brasil à base do casuismo e à base dos interesses menores. Teotônio que, posteriormente, propunha ao País o Projeto Brasil e o Projeto Emergência, há muitos anos já compunha a Operação Alagoas, numa tentativa de dar um segmento ou um projeto ao seu Estado natal.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, devo-lhes confessar que as homenagens, que para muitos são fatos que acontecem diariamente, nesta Casa, elas me tocam profundamente, porque representam para nós o reconhecimento do Congresso, o reconhecimento do Brasil às figuras maiores, às figuras do jaez de Teotônio Vilela que é o grande e maior inspirador da campanha nacional pelas eleições diretas. Parece que o povo brasileiro se tomou, por inteiro, do espírito de Teotônio Vilela, ocorreu às praças exigindo paz, liberdade, eleições "Diretas Já".

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Cavalcante) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro, Líder do PTB no Senado Federal.

O SR. NELSON CARNEIRO (PTB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quero ressaltar uma feliz coincidência, é que na ausência ocasional do Presidente do Congresso Nacional, preside esta Sessão o Senador Luiz Cavalcante. Não é somente o companheiro de Teotônio Vilela, é sobretudo, a voz constante e livre de Alagoas que não se cala.

Srs. membros da família de Teotônio Vilela, Srs. representantes do Poder Judiciário, do Poder Legislativo, da imprensa e do povo de Alagoas; Srs. Deputados e Srs. Senadores:

Sinto que Teotônio Vilela está entre nós. Revejo-o na tribuna parlamentar, advertindo, ainda quando nas bancadas situacionistas, dos perigos que ameaçavam a ordem democrática punham em risco a estabilidade social,

entravavam o desenvolvimento e o futuro do país. Surpreendia, aos que o imaginavam apenas um próspero usineiro nordestino, as manifestações de sua formação humanística, as incursões pelos domínios da literatura e da filosofia, a independência com que procurava abrir caminhos entre as urzes e os cardos da política oficial.

Ainda que o respeito e a admiração de todos jamais o houvessem abandonado, tão translúcida era sua vida pública, logo se percebia que, mais cedo ou mais tarde, aquele punhado de luz esplenderia noutras bandas, fiel às idéias e aos compromissos democráticos. Quando se lhe abriu a oportunidade, o pássaro cativo sacudiu as asas, e prosseguiu na romagem, dia e noite, pelos cantos e recantos do país. A princípio, foram os moços que o convocaram. Impressionante verificar que, no meio da juventude, era de todos o mais jovem, pelo entusiasmo, pela eloquência, por aquele desapego à vida, que começava a fugir-lhe. Andarilho da liberdade, estava com os que pediam mais pão, os que reclamavam melhor salário, os que sofriam agruras nos cárceres, os que pugnavam melhores dias. Uma força interior impulsionava-o a esses contatos, e sua pregação lembrava a dos apóstolos que espalharam a palavra de Cristo nos cinco continentes. Aparecia em toda parte, e não será exagero afirmar-se que, em seus últimos anos, viveu preferentemente no espaço, bem mais perto dos céus, no bojo dos aviões que cruzavam o território nacional, no roteiro de velhas e novas platéias, sempre numerosas e todas ansiosas de ouvi-lo e aclamá-lo.

A doença cruel seguia seu curso inexorável. Mas Teotônio a encarava como o inimigo com quem travaria a guerra final. E, de batalha em batalha, vencendo umas, derrotado em outras, continuava sua caminhada, fortalecido pela fé que o alimentou a vida inteira, e pela desambição de conquistar na terra a vitória que a ciência lhe negava. Ninguém, em tão pouco tempo, se tornou cidadão de todo o país. A sinceridade e a força de suas convicções faziam-no contemporâneo dos que namoravam as alvoradas aos que já vislumbravam os ocultos da existência. Suas palavras não pediam misericórdia, não tinham a palidez da morte próxima. Eram, ao contrário, conclamações de luta por ideais que haveriam de continuar ideais, depois que seus olhos se cerrassem pela vez derradeira. Não queriam piedade, reclamavam vigilância. Os inimigos, internos e externos, eram exorcizados no convívio das multidões que se reuniam para escutá-lo, para aplaudi-lo, para amá-lo. E tudo isso, sem desacreditar no Brasil de amanhã, ainda que divergisse cruamente de homens, opções e projetos. Enriquecia a cada encontro seu opulento farnel de esperanças, reunidas em trabalho a que não deram maior apreço aqueles aos quais se dirigia.

Nem o agravamento de seus males o deteve em sua inigualável peregrinação, senão quando suas pernas de anejo pararam de obedecer definitivamente ao império de suas determinações. As sementes que espalhara começavam a frutificar, a florir, a ameaçar as sombras do imobilismo, da submissão, do conformismo. Foi então que voltou ao lar, vazio da companheira de tantas apreensões, e aguardou sem ódio nem ressentimentos a visita inevitável. Antes quis ver o sol, banhar-se de sua luminosidade, ouvir o canto dos pássaros, livres como ele, trinando canções de amor, e como ele peregrinos da liberdade.

Apagava-se uma vida, nascia uma legenda, além e acima das que o abrigaram na vida pública. Teotônio Vilela a construiu, pedra a pedra, consolidada com a argamassa de seu sacrifício, tornara-a imortal. Hoje, que o revejo nesta tribuna, beijo-lhe as mãos erguidas e transbordantes de apelos e de protestos, e murmuro uma prece pelo Menestrel das Alagoas, pelo Menestrel do Brasil.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Nelson Costa.

O SR. NELSON COSTA (PDS — AL — Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente do Congresso Nacional, Srs. Senadores, Srs. Deputados, familiares de Teotônio Vilela; Alagoanos aqui presentes:

Senti-me profundamente emocionado, desvanecido quase, em recebendo o convite distinto e amável do meu nobre Líder, Deputado Nelson Marchezan, fazer uma saudação, em nome do PDS na Câmara dos Deputados, a este figura ímpar e inigualável do meu conterrâneo e amigo, de longas datas e íngremes caminhadas, o ilustre Senador Teotônio Brandão Vilela.

Agricultor, plantador de cana, engenheiro químico, homem habituado ao tumulto dos negócios e das dificuldades de toda ordem, fiquei meio atônito diante de honra tão insigne, quase não querendo aceitar o convite, que, para mim é uma amorável determinação do distrito, inteligente e incansável Líder Nelson Marchezan.

É que as coisas se complicam mais ainda, porque, de permeio com uma saudade indescritível, está a constatação de que vai longe a distância entre os méritos do homenageando e a capacidade do homenageante em querer dizer e cantar, em prosa e verso, as virtudes que ornaram a personalidade grandiosamente exuberante do Senador Teotônio Vilela.

Acredito, entretanto, que não me faltarão engenho e arte, mesmo que seja necessário fazer da fraqueza, força, para se mais uma voz a proclamar, alto e bom som, que a dimensão da personalidade, Teotônio Vilela, transcendia, de longe, aos limites de tempo e de espaço.

Figura polivalente e polimorfa, tinha ele o poder, força da sua palavra e da retidão de intenções e de caráter, de navegar por todas as águas e caminhar por todos os caminhos, onde houvesse uma injustiça a corrigir, um direito a defender.

Não se conformava com as meias verdades ou com os subterfúgios e subintenções, infelizmente tão encontrados no jogo dos negócios e da atividade política.

Possuía uma faculdade invejável de ir ao cerne do problema, ao âmago da realidade, para engastar no rosário das suas derrotas e das suas vitórias apenas a pedra preciosa, que iluminava os caminhos de sua vida.

Era Teotônio de uma disposição pessoal invejável. Aquilo a que se pode chamar de um homem valente, corajoso, sem resvalar pelos descaminhos da arbitrariedade e da prepotência.

Entre tantos outros acontecimentos de sua vida, menciono, por enquanto, apenas um, de grande e decisiva importância em sua vida empresarial. Foi a criação da atual e próspera Usina Seresta.

Fui convidado para entrar com as terras, que ainda hoje possuo, na composição da nova Usina.

A Boa Sorte, no Município de Viçosa, se tornava inviável, até mesmo pelas terras acidentadas que não comportavam a moderna mecanização agrícola.

Partiu Teotônio, nos idos de 1970, para uma grande aventura, onde lhe valeu a sua privilegiada intuição.

Assim é que, ao lado de Geraldo Gomes de Barros, principal acionista da Usina Santa Amália, também em dificuldades, fundou a Usina Seresta.

Até o nome revela o espírito criativo do Teotônio e a sua disposição em enfrentar desafios, como se ainda estivesse no varandão da Casa Grande da Boa Sorte a ouvir os sons de viola do velho cantador Manoel Nenen.

Relata Márcio Moreira Alves em seu livro "Teotônio, Guerreiro da Paz":

Para a Usina, "faltava um nome. Rubens Pacheco, fiscal do IAA e irmão de Jorge, Pacheco fez uma piada maldosa: "O Geraldo é chegado a tocar viola: o Nelson (o Deputado que lhes fala) é bom de pandeiro; Teotônio é um pé-de-cana seguro e você, Jorge, gosta de cantar.

Pode ser que dessa sociedade não saia coisa nenhuma, mas, pelo menos, uma farra com seresta é seguro que sai". Jorge contou a piada para Teotônio, que pegou o pão na unha; "Ah, é isso que andam dizendo por aí? Pois então o nome vai ser Seresta Mesmo". E assim foi feito.

Reporto-me a esses fatos hilariantes e pitorescos, Senhores integrantes do Congresso Nacional, apenas para mostrar-lhes a versatilidade de um homem que foi tudo o que desejou ser na vida: boiadeiro, vaqueiro, boêmio, Deputado Estadual, Vice-Governador de Alagoas, excelente e primoroso intelectual, empresário vitorioso e um dos melhores Senadores de nossa República, durante 16 longos anos.

Teotônio, sétimo filho do Capitão Sinhô e de Dona Bilinha (Elias Brandão Vilela e Isabel Brandão Vilela) viveu com mais nove irmãos, todos nascidos no Engenho Mata Verde, Municípios de Viçosa, no Estado de Alagoas.

Era um homem boníssimo, de uma generosidade sem par e sem limites, mas, de uma contundência, sobretudo verbal, quando lhe feriam os bríos ou injustiças tentavam mapear a sua vida.

Tinha um poder dialético impressionante e o dom da oratória lhe foi inato.

Para que V. Ex.^{as} tenham uma idéia, ainda que pálida, da força verbal e da inteligência do Teotônio, quando desafiado ou agredido, permitam-me que repita esta página memorável do nobre Senador, em discurso pronunciado no Senado, em 19 de outubro de 1971:

"O discurso que aqui pronunciei no dia 28 de julho andou sendo lido e comentado; tenho em meu poder opiniões contraditórias. Se recebi apoio, também críticas não me faltaram; e algumas contundentes. Mas o que me deixou confuso foi ser agraciado como "senador rústico", pretendendo a expressão ferir-me de algum modo. Ilusão perdida, Sr. Presidente. Ser rústico, para mim, é uma honra. Nasci e me criei entre um curral e uma touceira de cana; guardo carinhosamente comigo a lembrança do mugido das vacas inquietas na madrugada, que, de úberes cheios, chamavam insistentemente os bezerros retidos, presos; e guardo, também, comigo o coro ritimado e vigoroso da saparia alegre nas bocas-de-noite dos canaviais encharcados de chuva. Sou realmente um rústico — continuo a trabalhar no campo, na lavoura e na indústria; sei manter diálogo mais inteligível com os animais do que mesmo com certa gente que sabe ler; e estimo especialmente um cavalo castanho de estrela na testa, pelo de rato e crinas esgarçadas. Pelo lado de graduação social, ou mesmo um rústico — sem diploma de doutor, sem ambiência sofisticada, sem pretensões dúbidas."

Há quase 25 anos Deputado Estadual em Alagoas e, hoje, Deputado Federal pelo meu Estado, sempre tive a felicidade de militar na política partidária ao lado de Teotônio Vilela.

Na década de 60, fui Secretário-Geral da UDN, em Alagoas, quando Presidente era o nobre e saudoso Senador Rui Soares Palmeira. Fomos companheiros de arriscadas e até saudosas empreitadas na vida política, quando nos acostumamos a ver, sempre ao nosso lado, o companheiro Teotônio Vilela.

Ajudei-o, e o fiz com muita sinceridade e grande prazer, em todas as suas notáveis campanhas, desde aquela, inesquecível, em 1960, quando ele foi eleito vice-governador de Alagoas, ao lado do governador Luiz Cavalcante, hoje o distinto amigo e nobre Senador Luiz Cavalcante.

Teotônio político, era aquele homem de idéias largas, de visão do todo, sem sectarismos de qualquer espécie e

sem aquele desejo inconfessável de que todo mundo rezasse pela sua cartilha.

Possuía o sentido alto das divergências, das discordâncias e do dissenso, onde deve ser respeitadas as idéias, quaisquer que elas sejam, dentro de uma vivência e de uma convivência democráticas.

Querer impor pontos de vista ou manifestar desejos de sentar-se à mesa de negociações com cartas marcadas ou com intransigências são atitudes que não se coadunam, em absoluto, com a prática de uma vida em democracia.

Estes e outros exemplos magníficos de dignidade no exercício da vida pública nos foram legados por este bravo companheiro, Teotônio Vilela, cuja memória reverenciamos e desejamos que ela continue nos tempos e nos espaços da vida política brasileira.

Assim é que se pode chegar sem traumas e sem impasses, sem qualquer possibilidade de retrocessos institucionais, sem pressões, sem ameaças e sem emoções pouco inteligentes a um estado de direito, tema predominante nas pregações cívicas do Senador Teotônio Vilela.

Se me perguntassem qual foi o dia "D" na vida política do Teotônio, aquele momento do estalo de uma decisão, aquele instante providencial em que aparece a figura do líder, não teria eu, que acompanhei os seus passos gloriosos e menos gloriosos, a menor dificuldade em afirmar que foi o dia 28 de março de 1975.

A audiência com o então Presidente Ernesto Geisel marcou indelevelmente a alma política do Teotônio nesta marcha incansável, onde a própria doença implacável não lhe tolhia os passos, em busca da redemocratização da Nação brasileira.

Era, ainda, uma tênue "distensão" institucional, mas o velho e intemorato guerreiro da democracia teve a intuição da partida para a plenitude.

A esse respeito, relatava Teotônio:

"O Presidente Geisel me disse que a meta política do seu governo era o restabelecimento da democracia no Brasil. Não cabia a mim perguntar o que ele entendia por democracia, que limitações ou que salvaguardas queria impor para preservar o regime. Em matéria de democracia eu sou como o Sobral Pinto. Acho que democracia só há uma, que é a democracia de verdade, com todas as suas prerrogativas e sem adjetivo nenhum."

Entre tantas e tantas virtudes de nosso homenageado, que se cresceu depois de morto é porque teve uma grande dimensão de vida, não podemos esquecer o que foi o Teotônio no movimento da Anistia.

Foi ele o grande campeão da Anistia, porque soube polarizar a Nação, ao assumir o cargo de Presidente da Comissão Mista.

Disse muito bem o nobre Presidente do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães: "O Teotônio fez com que a sociedade se transformasse na Comissão. A sociedade e os presos, os perseguidos".

Vale a pena citar, sobretudo pela seriedade e pela autoridade do nobre colega Deputado Roberto Freire, o seu depoimento:

"Objetivamente, ele era um usineiro. Mas, pela sua ação a favor dos presos políticos, ele conseguia ter um bom trânsito na esquerda. Apesar da sua origem, apesar de todo o seu passado recente de arenista, ele conseguiu adquirir uma credibilidade incrível, credibilidade que muitos de nossos líderes, que têm um passado de lutas, não conseguem adquirir. Não há grupo de esquerda no Brasil, por mais sectário que seja, mesmo as pequenas seitas, que tenha restrições a Teotônio. Ele conseguiu se impor e deu à causa uma projeção muito grande."

Diante e depois de contemplar, numa homenagem de saudade e de gratidão, uma figura tão diferente dos modelos normalmente encontrados, resta-nos a esperança, nimbada por uma certeza que têm a marca de uma dor e de uma morte, de que a pregação do Senador Teotônio Vilela não tenha caído, como sementes perdidas em corações de pedra.

As suas idéias continuam caminhando, caminhando, até encontrarem, como nuvem de salvação, uma outra nuvem e se projetarem como chuva benfazeja e esperada no chão ressequido, rachado e triste do sertão de inúmeros corações brasileiros.

É esta a homenagem do PDS na Câmara dos Deputados que, se não teve um intérprete à altura da alma do homenageado, teve, sem dúvida, a sinceridade e a amizade de um velho amigo e companheiro, emocionadamente honrado com esta deferência de tentar traduzir o que sentem os nobres companheiros desta Câmara Federal.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Eudes.

O SR. JOSÉ EUDES (PT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Perdoem-me os companheiros Deputados do PMDB. Efetivamente Teotônio Vilela tinha ficha de inscrição nesse Partido, mas Teotônio Vilela tinha pedaços de expressão e de representação em todos os Partidos brasileiros, inclusive no nosso, no Partido dos Trabalhadores, no qual, por diversas vezes, tivemos a oportunidade de prestar-lhe justiça em função da sua luta denodada, particularmente nos episódios que marcaram as greves de São Bernardo do Campo.

Cercados pela Polícia, tropas militares em estado de guerra, virtualmente, o ilustre Senador Teotônio Vilela, com o seu destemor nordestino, marchava pelas ruas de São Bernardo do Campo como se um daqueles operários fosse; dialogava de um lado e de outro, buscando evitar conflitos, provocados pelo regime autoritário; mediava relações quando poderia, efetivamente, ter ficado na comodidade que marca alguns daqueles que não se dispõem a se despojar de seus gabinetes e a não buscar a construção da identidade com a luta do povo brasileiro.

Tenho a grata honra de ter sido beneficiado pelo meu Partido, para falar algumas palavras a este brasileiro que viverá, eternamente, em nossos corações.

Daqui, tenho certeza, expresso as palavras de Airton Soares, Bete Mendes, Irma Passoni, José Genoíno, Djalma Bom, Eduardo Suplicy, Luís Dulci, membros da Bancada do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, se esse foi um episódio dos que marcaram vivamente a presença de Teotônio Vilela no coração dos trabalhadores brasileiros, outros antes, talvez, mais trágicos até, tenham marcado o coração daqueles que até hoje têm o seus corações esfacelados e lutam por liberdade e exigem justiça.

Falo de milhares e de milhares de brasileiros encarcerados, torturados, indefesos, assassinados, desaparecidos; estes últimos uma centena deles, em que até hoje as suas mães, os seus filhos, suas esposas, seus netos, buscam o paradeiro e o destino daqueles que não foram contemplados, por esses anos de terror, sequer com o direito de enterrar os corpos daqueles que tenham sido efetivamente assassinados.

E de novo sobrepôs-se uma das sentidas e presenças mais importantes desses tempos em nosso País; chamou-se novamente o Cavaleiro Andante Teotônio Brandão Vilela; incansável em receber famílias; incansável em consolar famílias; e incansável, por vezes, até por chorar junto a essas famílias por seus entes desaparecidos e mortos.

Isso diz da dimensão humana desse senhor que está no céu, chamado Teotônio Brandão Vilela; isso diz de uma pessoa que se despojando dos bens materiais, até por vezes do sacrifício familiar, das suas atividades negociais, deu o resto de sua vida ao desejo e ao sentimento do restabelecimento da liberdade e da democracia em nosso País.

Lá de cima Teotônio Vilela está a nos olhar, e saberá identificar aqueles que, hoje, continuam o mesmo caminho e a mesma trajetória necessária a se restabelecer, neste País, a dignidade humana, a justiça social, a democracia e os predicados fundamentais daquilo que ele deu virtualmente em holocausto: o desejo sincero e ardente de que este País seja um país, de que esta Nação seja uma nação, de que este povo seja um povo livre e liberto dos grilhões, de um lado, dos grandes grupos internacionais, mas do outro dos grilhões daqueles que se assenhorearam do Governo e do poder durante esses últimos 20 anos, e converteram este País num exemplo parecido com uma cingapura ou com um Hong-Kong.

Lutou por coisas singelas e simples palavras, alguns dirão — soberania nacional, liberdades democráticas, direitos da cidadania, direitos salariais, reivindicações políticas, liberdades partidárias, um conjunto e um contexto extraordinariamente rico de uma cabeça fértil que sabia pensar um País de 130 milhões e da dimensão territorial com este, como um País que pode marcar os seus destinos no contexto internacional das nações, com soberania e com liberdade.

Estes são alguns dos lados desta figura extraordinária chamada Teotônio Vilela, mas outros o marcaram e, a nós, profundamente. Jamais dispensou um sorriso largo, jamais dispensou uma palavra generosa àqueles que o procuraram. Brincava, conversava, sorria e brigava também por idéias e pontos de vista, muitas vezes enraivecido, para tentar convencer alguns de seus companheiros da necessidade que se tinha de não se transigir com questões que são essenciais a este País.

Se vivo fosse, eu não tenho dúvida, que Teotônio Vilela seria a simbologia da campanha das "Diretas já" em nosso País. Estaria em todos os palanques deste País, pregando palavras ao povo brasileiro, dizendo-lhe do direito e da necessidade de resgatar a sua soberania e a sua cidadania, explicando a cada uma das pessoas, de que maneira e de que forma nós poderíamos construir esta grande Nação brasileira.

Esses aspectos que marcaram a vida de Teotônio Vilela nos faz refletir para a frente, sobretudo. Tenho certeza que Teotônio se recusaria a dizer: "Mas, me homenagear para trás, não! Se quiserem falar de mim, falem para a frente, falem para o futuro, digam um pouco daquilo que eu digo projetando este povo, este País e esta Nação, comprometam-se com essas teses, aqueles que concordam com elas e se transforme, cada um de vocês, em um Teotônio Vilela, que é o legítimo sentimento do povo brasileiro."

Vejo dessa forma singular, fora de pieguismo, alegre Teotônio sempre foi um homem profundamente alegre. Não gostava de carrancas, não era um homem sisudo, não era um homem fechado, mas um homem do riso fácil e do riso largo. Assim é que acho que devemos ver a projeção daquele homem, porque esse sorriso largo, esse sorriso belo, essa espontaneidade que marcou Teotônio Vilela, marca o desejo sincero do povo brasileiro em continuar essa jornada de luta, essa jornada que nos leva a uma simples expressão, a expressão de que Teotônio Vilela, para nós, marca o renascer permanente para que continuemos a lutar pela causa da liberdade, da soberania e da democracia em nosso País.

Era o tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Srs. Senadores, Srs. Deputados, Dr. Tleobaldo Barbosa; Presidente do PDS de Alagoas, meu ex-colega e representante do Sr. Governador do Estado, preclaro Desembargador Eraldo Vasconcellos, representante do Tribunal de Jus-

tiça de Alagoas, Srs. Deputados Estaduais Moacyr Andrade, Roberto Torres, Elísio Sávio, José Bernardes Neto, Francisco Melo, Srs. Dr. Ozéas Cardoso e Valdemar Bernardes de Melo, Sr. Prefeito Cicero Paes Ferro, Sr. Dr. Oswaldo Brandão Vilela, Sr. José Aprígio Quintela Vilela, Sr. Teotônio Vilela Filho, Srt^a. Janice Vilela, Dr. Jorge Holanda, meus Srs. e minhas Sras: Na saga de personalidades da Pátria, Teotônio Vilela ocupa lugar impar: Ainda em vida virou lenda. E o povo, por seus menestrelis, cantou o Menestrêl das Alagoas.

Se Milton Campos passou à história como um santo político, a Teotônio é reservado o nicho dos heróis.

Heróica foi a luta que travou e que teve o martírio por epílogo. Mas nem no sofrimento foi vencido. A coragem era sua arma e sua couraça. A coragem no afirmar aliava a coragem no agir. E quando a doença impiedosa quis prostrá-lo, ele continuou de pé, erguendo e passeando pelo País, o pendão da liberdade.

Como o poeta, pôde repetir:

"Tal na frente das hostes, sobranceira,
Tremeu sempre, no ar, minha bandeira".

O povo o amou porque o compreendeu. Por nós, no meio de quem viveu, foi sempre admirado, mas nem sempre compreendido. Ele mesmo confessa, com certa amargura: "Atirei-me a longas caminhadas, empenhando meus modestos haveres políticos numa pregação desconfortável, sobretudo pela solidão de apoio partidário".

Mas nada nem ninguém lhe quebrou a espinha dorsal.

Na verdade, porque não se acomodava, incomodava. E, quando, da tribuna, sua palavra era raio fulminante ou brasa ardente, até as cadeiras vazias rangiam, inconfortáveis.

Certa feita, um ex-Presidente, que sofria, alternadamente, seus aplausos e suas críticas, perguntou:

"Afinal, o que pretende Teotônio Vilela?"

Ninguém quis ou soube responder que Teotônio queria a liberdade, a democracia em todo o esplendor.

Ninguém quis ou soube responder que Teotônio era um inconformado. No tocante à implantação do Estado de Direito era um radical. Não regateava aplausos a iniciativas que o tivessem por meta. Mas não poupava duras críticas aos atos que retardavam a evolução política.

Seu radicalismo, todavia, era puramente doutrinário. Na ação, pautava-se pela norma de que "política é a arte do possível". E ele mesmo confessou:

"Nunca sugeri que, a galope, o estágio revolucionário passasse ao estágio constitucional, numa imprevidente ação de mera cortesia aos escrúpulos liberais. Nunca pedi o retorno puro e simples aos quadros constitucionais de 46 ou de 67".

E mais adiante:

"Venho apelando, pedindo, implorando a conciliação nacional em torno e em termos de um debate claro e positivo, em que se pudesse expor e concluir, a nível de lideranças efetivas, tanto da parte do Governo como da parte dos governados, tudo que se fizesse necessário ao encaminhamento racional e definitivo de uma organização política condizente com as aspirações nacionais".

Como se vê, Teotônio tinha a convicção de que só através do diálogo e do entendimento o País podia e pode encontrar saída para a crise em que se acha mergulhado. A pregação que fazia, da tribuna, nos auditórios e nas praças públicas tinha por meta suscitar o debate e despertar a consciência nacional.

Mas estava certo, como Heráclito, de que "o que se opõe, ajusta-se" e que "do diverso nasce a mais bela harmonia, pois todas as coisas têm origem na discórdia".

Srs. Congressistas:

O objetivo desta sessão deve transcender os limites da homenagem. Ela não teria sentido se não tirássemos ensinamentos de sua vida e de sua luta.

É lógico que nem todos poderemos atingir os píncaros da santidade política, como Milton Campos, ou do he-

roísmo político, como Teotônio Vilela. Podemos, no entanto, seguir seus passos, integrar suas hostes, lutar sua luta.

Isso não significa que devamos ser um só pensamento. Mas urge que sejamos uma só vontade para o encontro de um caminho que leve o País à estabilidade política, ao desenvolvimento econômico e à justiça social.

Foi essa a razão de ser da peregrinação patriótica de Teotônio Vilela. Esperava ele alcançar a união, potencialmente equilibrada, das Forças Armadas, das Forças Políticas e das Forças Sociais, para a celebração da paz com um documento democrático à altura do Brasil de hoje e do amanhã.

Está em nossas mãos cumprir esse ideal de Teotônio Vilela. E mais do que nunca faz-se mister que ele seja rapidamente cumprido. Já agora, o Brasil não vive apenas uma crise: vive um impasse. Para vencer a primeira, te-

mos, antes de tudo, encontrar uma saída para o segundo. Com espírito público, com patriotismo, com bom-senso, com sabedoria política, mas com urgência.

Srs. Congressistas:

O poeta, parafraseando-se a si mesmo, compararia Teotônio Vilela a "um búfalo de aurora às cornadas na treva".

Nós, que não temos a mesma grandeza, podemos, no entanto, acender uma vela para expulsar a escuridão.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Antes de encerrar a sessão a Presidência convida os Srs. Parlamentares e todos que nos honram com o seu comparecimento, para a inauguração da Bancada de Imprensa e Ala Teotônio Vilela, respectivamente no plenário e no Anexo II, do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A Presidência convoca sessão extraordinária do Senado, a realizar-

se hoje, às 18 horas e 30 minutos, destinada à apreciação das seguintes matérias:

— Mensagem nº 76, de 1984, relativa à escolha do Senhor Jorge D'Escragno de Taunay, Embaixador do Brasil junto à República da Índia, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao reino do Nepal;

— Mensagem nº 78, de 1984, relativa à escolha do Senhor General-de-Exército Mário de Mello Mattos para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República do Paraguai; e

— Mensagem nº 88, de 1984, relativa à escolha do Senhor Landulpho Victoriano Borges da Fonseca, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica do Irã.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Está encerrada a sessão.

Levanta-se a sessão às 18 horas e 05 minutos)

Ata da 126ª Sessão Conjunta, em 30 de maio de 1984

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Lenoir Vargas

ÀS 19 HORAS E 10 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Claudionor Roriz — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — João Lobo — José Lins — Virgílio Távora — Martins Filho — Humberto Lucena — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Álvaro Dias — Enéas Faria — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Amílcar de Queiroz — PDS; José Mello — PMDB; Nosser Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arlindo Pôrto — PMDB; Arthur Virgílio Neto — PMDB; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolfo Bittencourt — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

Rondônia

Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Ronaldo

Campos — PMDB; Sebastião Curió — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PDS; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Vieira da Silva — PDS.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; José Luiz Maia — PDS; Tapety Júnior — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio Moraes — PMDB; Cláudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Sérgio Philomeno — PDS.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Jessé Freire — PDS; Vingt Rosado — PDS.

Paraíba

Aluízio Campos — PMDB; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Gonzaga Vasconcelos — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB;

José Jorge — PDS; José Moura — PDS; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Osvaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PDS; Manoel Affonso — PMDB; Sérgio Moreira — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Gilton Garcia — PDS; Hélio Dantas — PDS; Jackson Barreto — PMDB.

Bahia

Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Felix Mendonça — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Jairo Azi — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; José Lourenço — PDS; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Manoel Novaes — PDS; Prisco Viana — PDS; Virgildásio de Senna — PMDB.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Nelson Aguiar — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PDS.

Rio de Janeiro

Abdias do Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Alair Ferreira — PDS; Alvaro Valle — PDS; Amaral Netto — PDS; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PTB; Clemir Ramos — PDT; Daso Coimbra — PMDB; Délio dos Santos — PDT; Denisar Arneiro

— PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Franciso Studart — PTB; Gustavo Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Márcio Braga — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Sebastião Nery — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PDS; Walter Casanova — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aníbal Teixeira — PMDB; Antônio Dias — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Castejon Branco — PDS; Emílio Gallo — PDS; Emílio Haddad — PDS; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jairo Magalhães — PDS; Jorge Carone — PMDB; José Machado — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; José Ulisses — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Mário Assad — PDS; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Oscar Corrêa Júnior — PDS; Oswaldo Murta — PMDB; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimentada Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Roseburgo Romano — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airon Sandoval — PMDB; Airon Soares — PT; Alberto Goldman — PMDB; Alcides Franciscato — PDS; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Cardoso Alves — PMDB; Doroto Campanari — PMDB; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Estevam Galvão — PDS; Farabulini Júnior — PTB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Herbert Levy — PDS; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novais — PMDB; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Hato — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Mendonça Falcão — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Roberto Rollemberg — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Irupuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Jaime Câmara — PDS; João Divino — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PDS.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PDS, Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Ary Kffuri — PDS; Celso Sabóia — PMDB; Ítalo Conti — PDS; José Carlos Martinez — PDS; José Tavares — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PDS; Norton Macedo — PDS; Oswaldo Trevisan — PMDB; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Bernar-

di — PMDB; Renato Loures Bueno — PMDB; Renato Johnson — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Casildo Maldaner — PMDB; Fernando Bastos — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermès Zaneti — PMDB; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Lélío Souza — PMDB; Matheus Schimidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Osvaldo Nascimento — PDT; Pedro Germano — PDS; Rosa Flores — PMDB; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sival Guazzelli — PMDB.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — As listas de presença acusam o comparecimento de 55 Srs. Senadores e 352 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A grande revista brasileira **Veja**, em sua edição da semana em curso, fez um registro, envolvendo a figura digna do colega, Deputado Federal Roberto Cardoso Alves, onde é cometido um equívoco que, tenho a certeza, será reparado em próximas edições, para restabelecer a verdade, sobre o colega probo, que pela probidade e cultura, além da sensibilidade de política, honra e projeta o Poder Legislativo Brasileiro.

Político de prolongada vivência, galgando posições sempre pelo voto direto, julgado periodicamente pelas urnas, Cardoso Alves tem honrado o legislativo, na Assembléia Legislativa de São Paulo, na Câmara Municipal de São Paulo e, aqui, na Câmara Federal.

Diversamente do que registrou aquela revista, Cardoso Alves sofreu e amargou a injustiça de cassação, em 1968, permanecendo 10 anos marginalizado da vida oficial política da Nação, pelo fato de ter agido com a clareza de sua própria vida clara e cristalina, declarando o voto que dera na histórica sessão do Congresso Nacional de novembro de 68, que negou licença para que o Deputado Márcio Moreira Alves fosse processado. Disso, até sou testemunha presencial, lembrando-me da viagem que, de São Paulo para Brasília, fizeram juntos vários deputados federais paulistas, num mesmo avião que sofreu "pane" em Goiânia, razão pela qual a delegação parlamentar cumpriu a 2ª e última etapa da viagem com destino à Brasília em um pequeno avião, quando, então, foi alinhavada a declaração de voto que cerca de uma dezena de deputados, da antiga ARENA, que firmaram dita declaração de voto, todos divergindo da orientação partidária para ficarem com a própria consciência, no episódio Márcio Moreira Alves. Negada a licença para

processar o parlamentar opositor carioca, houve o fechamento do Congresso, e se iniciaram as cassações, que, como tantas outras, sem qualquer razão, ocorreram sem que o poder cassador declinasse os motivos da medida extrema do afastamento da vida pública nacional oficialmente, por 10 anos, de todos que foram alcançados pela tão terrível, como injusta, pena.

Todos os signatários da declaração de voto referida, todos pertencentes à ARENA, sofreram a cassação de seu mandato parlamentar e a suspensão dos seus direitos políticos, por 10 anos, lembrando-me de passagem que dentre eles — os declarantes do voto que foi Secreto, estavam Roberto Cardoso Alves, Israel Dias — Novais, I. Tamura, Hary Normanton, Cunha Bueno, o pai e outros colegas.

Não pode haver qualquer dúvida de que a cassação do Deputado Cardoso Alves, em 68, foi resultante desse gesto que, longe de merecer castigo, deveria ser louvado, eis que demonstrativo da independência, da conduta ereta, do testemunho da dignidade pessoal, declarando expressa e publicamente o seu voto, que fora secreto, contrário do pedido de licença para o Supremo Tribunal Federal processar o colega, o amigo Márcio Moreira Alves, Deputado Federal na ocasião, em razão do discurso polêmico que proferiu da tribuna da Câmara, num discreto "**Pinga Fogo**".

Esta a verdade da cassação injusta que para prejuízo da política brasileira e o próprio Brasil, retirou da vida pública nacional, oficialmente, por 10 anos, o bravo, destemido, idôneo e imaculado Deputado Roberto Cardoso Alves.

Por tal razão, ao mesmo tempo que deixamos aqui consignado este registro, de quem viveu tantos fatos que cercaram o episódio do fechamento do Congresso Nacional em 1968 e suas conseqüências, num testemunho claro da conduta sempre elevada e de mais alta dignidade do Deputado Cardoso Alves, desejo, igualmente, deixar aqui um apelo à grande Revista **Veja** que, consultando a história, a vida política brasileira, faça ao citado parlamentar, em futura edição, Justiça, reparando o equívoco involuntário que praticou.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Abdias do Nascimento.

O SR. ABDIAS DO NASCIMENTO (PDT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso, sem revisão do orador.) Sr. Presidente:

Peço que seja transcrito nos Anais deste Congresso a entrevista do índio Megaron, que acaba de assumir a Direção do Parque Nacional do Xingu.

Isto representa um fato da maior importância no tratamento que as autoridades deste País estão começando a dispensar às minorias étnicas. Porque, até agora, as minorias não eram reconhecidas com o direito de se autogovernarem, de se autodirigirem. Essa nomeação me parece muito auspiciosa, pois vemos que a Administração Pública começa a demonstrar o respeito que essas minorias merecem.

Quero também realçar a existência de maiorias minorizadas, como é o caso da população negra deste País, que ainda não alcançou o respeito que os índios já começam a merecer de nossas autoridades. Com isto, queremos nos referir à Portaria 225, de 14 de maio, assinada pelo Ministro da Justiça, quando S. Ex.^a cria uma comissão para estudar as celebrações do Centenário da Abolição da Escravatura. Essa comissão, numa forma completamente incompreensível, tem, na sua cabeça, D. Pedro de Orleans e Bragança, uma reminiscência do tempo da Monarquia, um elemento completamente desvinculado das aspirações, dos problemas e dos interesses das populações negras. Assim, ao mesmo tempo em que um órgão da Administração Pública cumpre com a obrigação

de respeitar a população índia, o outro órgão agride a população negra, porquanto só pode ser um escárnio à população negra a nomeação de uma comissão para comemorar uma ficção jurídica, porque o negro não foi libertado. Ele apenas teve uma forma de escamotear, de iludir a verdadeira opressão, que ainda continua até nossos dias. Quero, assim, fazer este registro da entrevista de Megaron à revista *Veja*, mas também deixar aqui registrado nosso repúdio a essa portaria do Ministro da Justiça, porquanto nossa escravização ainda não se acha abolida e não merece nenhuma comemoração, sobretudo tendo a celebrá-la um remanescente daqueles que foram os usufrutários e os instrumentos do longo período de escravização dos africanos em nosso País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O DEPUTADO ABDIAS DO NASCIMENTO:

"Vou ouvir os índios"

Novos métodos no Parque Nacional do Xingu

Em 1960, um ano antes da criação do Parque Nacional do Xingu, o mais antigo santuário dedicado à sobrevivência dos indígenas brasileiros, o indiozinho Megaron e seus pais, da tribo Metutire, viram pela primeira vez o homem branco. A família atravessava o Xingu de canoa quando avistou os sertanistas Orlando e Cláudio Villas Boas, que desciam o grande rio amazônico de barco, em missão de contato. "Nós fugimos do branco porque não conhecíamos ele, ficamos com medo", recorda Megaron. O medo desapareceu, há pouco mais de um mês, ele exerceu decisiva liderança no rumoroso levante de índios do Parque do Xingu contra a Fundação Nacional do Índio (Funai), cujos desdobramentos constituem um marco histórico. Não só perdeu o cargo o presidente da Funai, Otávio Ferreira Lima, como foi nomeado para dirigir o Parque do Xingu o próprio Megaron, 34 anos, que, ao tomar posse no domingo, 27, é o primeiro índio a administrar um parque indígena no Brasil.

Ali se concentram dezesseis tribos diferentes, com 2.600 dos cerca de 200 mil sobreviventes da outrora numerosa população indígena do país. Seu novo diretor conhece a fundo esse cenário que literalmente viu nascer. Consumado o contato com os sertanistas, em 1960, e criado o parque, Megaron e seu povo lá passaram a viver. Assim como garotos de outras tribos, ele foi levado para o Posto Leonardo, o principal dos quatro existentes no parque, onde, pelas mãos dos Villas Boas, aprendeu a ler e a escrever, enquanto se iniciava nos costumes dos brancos e trabalhava na cozinha.

Há pouco mais de um mês, Megaron interrompeu um retiro de um ano, provocado pela morte de sua mulher, para ajudar seu tio, o respeitado cacique Raoni, 50 anos, a comandar os guerreiros que se rebelaram contra a Funai, seqüestraram quatro reféns, apreenderam a balsa que serve para atravessar o Xingu e durante 42 dias mantiveram em xeque a direção da entidade, em Brasília. Exonerado o presidente da Funai, tal como exigiam os revoltosos, foi nomeado para seu lugar um velho amigo dos índios, Jurandy Marques da Fonseca, 44 anos, que, imediatamente, escolheu Megaron para administrar o Parque do Xingu. Naturalmente, foram o poder de liderança e a tranquilidade demonstrados nos dias tensos do seqüestro que motivaram a escolha, uma experiência que pode vir a ser tão rica de resultados quanto foi ousada. Em seu retiro Megaron dedicava-se à leitura de O Príncipe, o afamado manual de política do florentino Nicolau Maquiavel. Na semana passada, Megaron falou a Isto É sobre seus planos como administrador e antecipou: "Não vou usar esse livro no Xingu".

ISTO É. Que você vai fazer como chefe do Parque Nacional do Xingu?

Megaron. Muita gente já perguntou para mim o que eu vou fazer. Até os antropólogos ficaram perguntando "Que você vai fazer agora?", querendo botar coisa na minha cabeça. Eu falei: "Quem sabe sou eu". Eu vou chegar lá, vou reunir todo mundo...

ISTO É. Todos os índios do parque?

Megaron. Os caciques e os que falam português, para eles falarem com as tribos deles. Porque eu só falo a minha língua, não falo língua de Trumai, de Cuiucuru, de Meinaco. Eu tomava conta do Posto Kretire. Agora vou tomar conta de todo o parque. Eu vou explicar para eles que eu não estou lá só para cuidar do pessoal do Posto Kretire. Estou lá para ajudar todos os índios do parque. Se der para eu ajudar outras tribos fora do Xingu, eu também ajudo. Fora do Xingu, tem tribo minha, que fala a mesma língua, os mesmos costumes, são meus parentes, e que estão espalhados pelo Pará. Então, assim que nós demarcarmos os novos limites do parque, eu posso brigar para que outras tribos tenham terras demarcadas.

ISTO É. Que você quer conseguir com essa reunião?

Megaron. Essa reunião é para nós trabalharmos juntos. Cada três meses eu vou fazer reunião.

ISTO É. A sua nomeação vai provocar ciúmes?

Megaron. Isso aí vai, porque eles não vão entender por que me puseram lá para administrar o parque. Quando o Juruna entrou como deputado, ninguém queria ele. Hoje, não. Eles entenderam que Juruna está lá para brigar por eles. Eu acho que não é só a gente, acho que todo ser humano tem ciúme um do outro. Os brancos que estão fora do governo, hoje têm ciúme dos que estão no governo, querem tirar eles. Isso vai acontecer comigo. Daqui a um ano ou dois, vão querer me prejudicar para tirar eu e botar outro. Então, eu vou ter que tomar muito cuidado.

ISTO É. Que você vai fazer para evitar essa desconfiança?

Megaron. Vou ter de conversar bastante, ficar nas aldeias explicando. Para isso eu vou ter de ter apoio da Funai e do governo. Eu vou ter de tomar muito cuidado com dois lados, né? Com o povo do Xingu e a Funai, porque qualquer coisa que eu fizer de errado a Funai, branco, vai dizer: "Tá vendo, índio não tem condições, índio é isso".

ISTO É. Que você chama de coisa errada?

Megaron. Sei lá. Qualquer coisa que eu não posso fazer.

ISTO É. Dê um exemplo.

Megaron. Eu vou ter que explicar bem direitinho para Funai que eu vou estar lá pra defender o pessoal meu, para defender o Xingu, eu não estou lá para defender branco. Quando estourou essa briga, eu falei: "Olha, eu estou do lado do meu povo, vou brigar ao lado do meu povo, mas também não quero que meu povo mate branco".

ISTO É. Como você pensa administrar o parque?

Megaron. Eu já sei mais ou menos o que eles querem. O que eles querem é que eu vou botar professora para ensinar os filhos deles, colocar mais enfermeiras, atender mais eles, visitar eles, botar um barco para eles visitarem toda semana o pessoal, para ver o que tem e o que não tem.

ISTO É. Só isso?

Megaron. Vão pedir para a gente ter mais presentes: anzóis, facões, machados, roupas, calções, vestidos. A Funai dá, mas dá pouco. Quando a gente faz artesanato, a Funai paga pouco. Enquanto a Funai dá um calção, os índios vêm aqui, na cidade, vendem o artesanato e compram três, quatro calções. A gente compra mais do que a Funai dá. Mas eu vou ouvir os índios muito, os caciques, e vou procurar saber o que eles querem que eu faça e ter cuidado com a distribuição das coisas, também, para ninguém dizer que estou ajudando só um posto, só Diaurur, só Leonardo, só Ticão.

ISTO É. Que é Ticão?

Megaron. Ticão é uma aldeia. Nós vamos criar um posto lá.

ISTO É. Isso já estava decidido ou é coisa sua?

Megaron. Não. Isto é novo, já começou, mas não está definido ainda. Vou ter que conversar muito com o pessoal porque são três tribos que moram nesta área — Ticão, Cajabi e Trumai. Vai ser um problema porque uns querem que eu faça numa aldeia, outros querem que eu faça na aldeia deles. Então, vou ter que juntar esse pessoal e dizer que posto não é uma tribo só, é para todo mundo.

ISTO É. Que outras coisas você está pensando em fazer?

Megaron. Nós estamos pensando em fazer um projeto para fazer plantação de coisas assim, arroz, milho, feijão, para ter dinheiro nosso, do parque mesmo.

ISTO É. Os velhos caciques não vão achar isso ruim, já que isso não faz parte da tradição indígena?

Megaron. Eles vão achar ruim porque o pessoal, ao invés de estar lá dançando, fazendo festas, vai ter de trabalhar. Pessoal mais novo acha bom porque vai ser a nossa comida, vai poder comprar. Quem trabalha no posto não tem comida, não tem tempo de ficar caçando, pescando... Então, nós vamos fazer esse projeto para os postos. Nós recebemos um salário, mas compramos arroz, feijão, tudo, em São José do Xingu, a cidade que tem mais próxima. Lá, as coisas são muito caras.

ISTO É. Qual a diferença entre a vida na tribo e a vida no posto?

Megaron. Ah, na tribo a vida é diferente, né? A gente não tem preocupação de trabalhar, de ficar ligado pra serviço. Na aldeia, eu posso pescar, caçar, fazer artesanato, fazer roça. Porque a vida do índio é pescar, caçar, fazer roça. Não tem outra.

ISTO É. Você acha isso bom?

Megaron. Antigamente era bom. Hoje não. Está tudo misturado, o pessoal está ligado a muita coisa do branco. Em vez de estar caçando, pescando, dançando, o pessoal está ouvindo gravador, tocadiscos, rádio. O pessoal novo, assim da minha idade, fica escutando música que não é a deles. Quando chega fim de semana, o pessoal, ao invés de estar na aldeia, vai-se reunir para jogar bola com outras tribos.

ISTO É. Você acha ruim jogar bola?

Megaron. Eu não acho ruim, mas o pessoal tem família. Não é bom porque eles deixam de pescar, caçar, dançar, para jogar bola. O costume do pessoal é dançar à tarde, mas eles vão jogar bola. Então os velhos, que são os que mandam mesmo, reclamam disso aí. Os velhos acham ruim porque, ao invés de estar aprendendo coisa nossa, o pessoal está aprendendo coisa de branco.

ISTO É. E em que isso está atrapalhando a vida do índio?

Megaron. Está atrapalhando muito. Ao invés de ficar aprendendo coisas, conversando de noite, ouvindo os velhos contando histórias do seu povo, eles ficam ouvindo gravador. Por exemplo, tem uma festa, Quarup, que tem umas músicas lindas. Daqui a algum tempo, índio não vai saber cantar música de Quarup, vai ter que ouvir Quarup no gravador.

ISTO É. Quais as principais queixas do pessoal do parque?

Megaron. Queixa de invasão, de os caras ficarem pescando na área. Vou ter que falar, né, que é a FAB (Força Aérea Brasileira). A FAB está lá no parque e os índios estão fazendo queixa que eles estão pescando, matando peixe, matando bicho e deixam bicho estragar. Então, nós vamos ter muito cuidado com a FAB. Na época do Orlando (Orlando Villas Boas), a FAB ajudou muito, levando remédio, trazendo doente. Depois que a FAB de São Paulo saiu do Xingu, aí cortou tudo, acabou o correio, que levava e trazia índio. Eles têm a base lá e ficam lá trabalhando.

ISTO É. Que eles estão fazendo de errado agora?

Megaron. Eles sempre pescaram e, se eles querem pescar, pesca para comer, mas não ficar matando peixe e deixando peixe estragar. A Funai mesmo está sabendo. Eu não vi, mas o pessoal das outras aldeias diz que eles pegam peixe e trazem na caixa de isopor. Eu nem sei se eles trazem para comer. Agora, a gente não tem prova assim que eles estão vendendo.

ISTO É. Que outras queixas existem?

Megaron. Outras queixas é... Não tem outra queixa.

ISTO É. Então é uma maravilha. Não tem nenhum problema?

Megaron. Tem problema com os pilotos da Funai. Eles são empregados da Funai para atender os índios, não para ficar mandando. Eles podem mandar no avião, mas não mandar no lugar onde eles vão. Eles têm que levar o índio onde o índio mora. Se tem índio de Jarina, tem que levar até Jarina. Se tem índio para Kretire, leva índio até Kretire.

ISTO É. E como eles fazem? Tem campo de pouso nestes postos?

Megaron. Tem campo de pouso. Em geral, o indivíduo de Kretire eles levam para Jarina e deixam lá. Não sei explicar por que eles fazem isso. Eles pensam que mandam, que são donos do avião, que são donos da Funai.

ISTO É. E a questão da demarcação?

Megaron. Eles fazem sobrevôo todo ano, e este ano, se der tempo, vamos fazer a nova demarcação, limpar e renovar os limites para branco ver onde é nosso limite e onde é o limite deles. O pessoal do Baixo Xingu está de acordo e nós, índios, vamos fazer essa limpeza. A picada já está feita, é só limpar. Não sei como está o pessoal de cima, do Alto Xingu. Se todo mundo concordar, nós mesmos vamos fazer, não vamos precisar de branco para isso.

ISTO É. Qual a importância de um índio chefiar o Parque Nacional do Xingu?

Megaron. Isso é bom porque vai abrir um caminho para nós termos mais visão, nós mesmos tomarmos conta de nós, para que índio não tenha ciúme de outro índio. Porque nós somos tudo igual, apesar de falar língua toda diferente e ter costume diferente. Para branco, um índio é igual ao outro e nós temos que pensar que nós somos índios. Só o pessoal novo tem esse pensamento. Os velhos, não, eles querem deixar como era o costume deles antes. Eles pensam: "Pô, aquele índio é outro, não é como eu".

ISTO É. Qual a importância de o Mário Juruna ser eleito deputado federal?

Megaron. Teve importância na história do Brasil. Agora o branco pode pensar cada vez mais que nós somos gente, que nós entendemos vocês, o branco entende nós. Nós podemos conversar e discutir juntos, sem matar gente, sem fazer violência.

ISTO É. Mudou alguma coisa o fato de existir um deputado índio?

Megaron. Mudou no caso da Funai. Quando a gente estava brigando com a Funai, não tinha jeito de conversar com a Funai, então a única pessoa que conversava com eles era o Juruna. Então, o Juruna está sendo importante para nós agora.

ISTO É. Que você acha da Funai?

Megaron. Colocando gente boa na Funai, a Funai é boa. Colocar um branco que não gosta de índio para tomar conta de índio não é bom.

ISTO É. Se a Funai não atender os pedidos que vocês fizerem, os índios voltam a fazer guerra?

Megaron. A gente vai ter de brigar para eles fazerem as coisas.

ISTO É. Brigar como desta vez?

Megaron. Não, brigar diferente. Nós aprendemos que só assim a gente consegue as coisas: prender, sem usar a violência.

ISTO É. Mas vocês chegaram a ameaçar os reféns de morte.

Megaron. Se precisasse matar, matava. Eu segurei o pessoal até o último dia, só quem podia falar para matar gente era eu.

ISTO É. Por que você?

Megaron. Porque o cacique tava nervoso e, se eu ficasse nervoso igual a ele, aí eu ia brigar, matar gente. Eu sou muito calmo, assim de segurar os dois lados. A Funai demorou muito. O que era presidente (Otávio Ferreira Lima), pode ser culto, superior, sei lá, presidente, mas não entende nada sobre índio. Este presidente que saiu brigou com nós, não queria ir lá conversar com nós, queria mandar soldados, queria mandar um monte de gente para dar medo em nós.

ISTO É. E índio agora não tem medo?

Megaron. Não.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Domingos Leonelli.

O SR. DOMINGOS LEONELLI (PMDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A EMBRAER vendeu 8 aviões Tucano para Honduras, país que hoje é uma das ponta de lança do regime do Sr. Reagan, no conflito da América Central. Esta Casa não discutiu ainda, em profundidade, a questão dessa nova identidade nacional, que é o Brasil produtor e vendedor de armas para o mundo. Eu não me precipito em condenar liminarmente nossa indústria bélica. Mas, no entanto, preocupa-me, Sr. Presidente, que o Brasil entre nessa complexa engrenagem, que é o mercado internacional de armas, como um macaco entra numa loja de louças, não compreendendo bem as regras desse jogo. Minha preocupação se aprofunda e se concretiza com as declarações do Brigadeiro Délio Jardim de Matos, justamente o Ministro militar mais civilizado, em dizer o seguinte: "Vamos vender armas para todo mundo, independentemente de regimes políticos. Os grandes exportadores fazem isso. Por que nós, que estamos iniciando no ramo, não poderíamos fazer o mesmo".

Sr. Presidente, o Brigadeiro Délio Jardim de Matos não é ingênuo. Ele sabe que as coisas não funcionam assim. Ele sabe que os países produtores e exportadores de armas condicionam seus mercados aos limites e às conveniências dos seus Estados nacionais, pelo seu interesse nacional. Se o raciocínio do Ministro da Aeronáutica for levada às últimas consequências, vamos vender armas até a um potencial inimigo da nossa Pátria, e isto é inadmissível.

Além das filigramas jurídicas que nos levaram a reter os aviões líbiso que transportavam armas necessárias à resistência do povo nicaraguense, entrava um componente da nossa política internacional, que era o de impedir, de manter o Brasil distante dos conflitos armados, e especialmente condenar o fornecimento de armas na América Central.

A EMBRAER não é apenas uma empresa situada no Brasil, ela é uma empresa nacional, orgulho da nossa engenharia, da nossa capacidade técnica, dos operários brasileiros. Não podemos, Sr. Presidente, empanar o brilho de nossa competência em troca de uns poucos dólares; não podemos frustrar e desestimular os engenheiros e operários que fabricam o Uirapuru, o Bandeirantes, o Tucano mesmo, envolvendo-nos em uma das mais sórdidas e covardes agressões internacionais, nessa "guerra suja" praticada pelos Estados Unidos contra a Nicarágua, em que, cada dia mais, Honduras entra ou como uma ditadura a serviço da CIA ou ameaçando entrar diretamente no conflito.

Quero, portanto, registrar o nosso protesto contra esse envolvimento brasileiro na guerra da América Central, esse envolvimento brasileiro na guerra contra a Nicarágua, na guerra encoberta que está sendo conduzida, não pelo povo norte-americano, nem mesmo pelo Congresso americano, nem mesmo por todo o Governo americano, mas exatamente pela CIA, por essa agência central de es-

pionagem, responsável por tantos golpes sangrentos na América do Sul e, especialmente, na América Central.

O Brasil, ao invés de fornecer armas para a guerra contra a Nicarágua, tem mais é que fornecer argumentos, palavras e gestos para a Paz.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Sr. Deputado Farabulini Júnior.

O SR. FARABULINI JÚNIOR (PTB — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Compareci pessoalmente, em Santa Rosa de Viterbo, interior do Estado de São Paulo, a uma reunião de que fizeram parte inúmeros sindicatos, sob o comando do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Santa Rosa de Viterbo. Compareceram, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, o Sr. Walfrido Massaro como anfitrião, Presidente do Sindicato já referido, Ovídio Garcia Fernandes — Tesoureiro do Sindicato da Alimentação de Araçatuba; Luiz de Paula Pedrosa, Presidente do Sindicato da Alimentação de Franca; Avelino Pereira — Presidente do Sindicato da Alimentação de Santa Rita do Passa Quatro; Helio Catiglioni — Presidente do Sindicato da Alimentação de Cosmópolis; José Carlos de Oliveira — Presidente do Sindicato da Alimentação de Tapiratiba; Gilberto Michelin — Sindicato da Alimentação de Ribeirão Preto; Dr. Manoel Gonçalves dos Santos — Advogado dos Sindicatos da Alimentação de Ribeirão Preto e Santa Rosa de Viterbo.

Sr. Presidente, o ponto alto dessa assembléia, desse conclave, foi exatamente o de examinar-se o problema do enquadramento sindical, que tem provocado graves, gravíssimos problemas aos trabalhadores destes sindicatos, uma vez que:

"passaram então a apresentar as sugestões que entendiam serem necessárias para que haja um equacionamento melhor nas questões de enquadramento Sindical, tais como, que a Comissão de enquadramento Sindical seja tirada de uma lista triplíce, com a participação dos Sindicatos interessados no enquadramento, que sejam agilizadas a Fiscalização por parte do Ministério do Trabalho, no Setor da Agro-Indústria Canavieira, posto que este tem sido o setor que mais tem causado problema de enquadramento Sindical, haja vista que a maior parte das usinas, buscando fugir das obrigações sociais de seus trabalhadores, criaram as CIA Agrícolas em suas terras, com objetivo de desvincular o seu trabalhador que até então era Industrial, vinculando-o no setor rural".

Foi assim, Sr. Presidente, estabelecida uma esteira para a grande luta que haverá de ferir de perto este problema. Como se sabe, também já há duas súmulas: uma do Supremo Tribunal Federal e a outra do Superior Tribunal do Trabalho, a primeira de nº 57 e a segunda de nº 195, que estabelecem melhor o equacionamento da questão. Os Srs. Congressistas vêem os proprietários das usinas canavieiras pretendendo burlar, essa é a verdade, pretendendo diminuir o custo operacional nesse investimento sagrado, que é a Previdência Social, retiram os trabalhadores da indústria e procuram localizá-los exatamente na área rural, desprotegendo o trabalhador da indústria e não favorecendo o trabalhador rural porque se sabe que a legislação vigente é, de fato, madrastra em relação ao trabalhador rural.

Assim, Sr. Presidente, estou encaminhando ao Sr. Ministro do Trabalho esse pequeno pronunciamento para que S. Ex.^a, acoplando esse pronunciamento à ata de realização dos trabalhos os daquela câmara de interesses sindicais possa, de uma vez, solucionar a questão, do enquadramento desses trabalhadores na órbita dos sindicais.

tos brasileiros porque, a não ser assim, os trabalhadores da indústria ficarão sumamente prejudicados. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. FARABULINI JÚNIOR:

**SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS
INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO DE
SANTA ROSA DE VITERBO**

**Ata do Encontro dos Dirigentes Sindicais
do Setor Alimentício
do Estado de São Paulo.**

Aos quatorze dias do mês de maio de hum mil novecentos e oitenta e quatro, em Santa Rosa de Viterbo — Estado de São Paulo, à Rua Delduque R. Garcia nº 37, às 9.00 horas, na Sede do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Santa Rosa de Viterbo reuniram-se os seguintes dirigentes sindicais: Walfrido Massaro — anfitrião; Ovidio Garcia Fernandes — Tesoureiro do Sindicato da Alimentação de Araçatuba; Luiz de Paula Pedroso, Presidente do Sindicato da Alimentação de Franca; Avelino Pereira — Presidente do Sindicato da Alimentação de Santa Rita do Passa Quatro; Helio Catiglioni — Presidente do Sindicato da Alimentação de Cosmópolis; José Carlos de Oliveira — Presidente do Sindicato da Alimentação de Tapiratiba; Gilberto Michelin — Sindicato da Alimentação de Ribeirão Preto; Dr. Manoel Gonçalves dos Santos — Advogado dos Sindicatos da Alimentação de Ribeirão Preto e Santa Rosa de Viterbo e o Deputado Federal — Dr. Farabulini Júnior. passaram então a apresentar as sugestões que entendiam serem necessárias para que haja um equacionamento melhor nas questões de enquadramento Sindical, tais como, que a Comissão de enquadramento Sindical seja tirada de uma lista triplice, com a participação dos Sindicatos interessados no enquadramento, que sejam agilizadas a Fiscalização por parte do Ministério do Trabalho, no Setor da Agro Indústria Canavieira, posto que este tem sido o setor que mais tem causado problema de enquadramento Sindical, haja visto que a maior parte das Usinas, buscando fugir das obrigações sociais de seus trabalhadores, criaram as CIA Agrícolas em suas terras, com o objetivo de desvincular o seu trabalhador que até então era Industrial, vinculando-o no setor rural, foi solicitado ainda ao ilustre Deputado que em razão da existência de 2 SUMULAS uma no Tribunal Superior do Trabalho que leva o nº 57 e a de nº 195, no Tribunal Federal de Recursos, que versa sobre a matéria, tendo o Sr. Deputado afirmado que irá fazer gestão junto ao Sr. Ministro do Trabalho, para solucionar o problema. A seguir não existindo mais nenhuma matéria a ser discutida foi encerrada a presente reunião ficando desde já convocada nova reunião para a cidade de Araçatuba, em dia e hora que será previamente designada, determinando o Sr. Presidente a mim Manoel Gonçalves dos Santos que lavrasse a presente Ata, que vai assinada por todos.

Santa Rosa de Viterbo, 14 de maio de 1984.

Walfrido Massaro — Ovidio Garcia Fernandes — Luiz de Paula Pedroso — Avelino Pereira — Helio Catiglioni — José Carlos de Oliveira — Gilberto Michelin — Dr. Manoel Gonçalves dos Santos — Dr. Farabulini Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Raymundo Asfora.

O SR. RAYMUNDO ASFORA (PMDB — PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

As oposições brasileiras devem estar advertidas sobre o temerário passo que algumas das suas personalidades estão ensaiando e que lhes poderá custar muito caro por destruir sua identidade, criando, sem exagero, um verdadeiro abismo entre elas e o povo.

Estou falando de sua pretendida negociação com o Governo, à revelia das bases populares. Elas serão traídas, Sr. Presidente, caso as Oposições venham a se acamarar com o sistema, coonestando o modelo econômico imperante, de clara alienação da soberania deste País.

Lembrem-se todos, historicamente, quando o povo se levanta para participar do processo político, as oligarquias costumam invocar a necessidade da conciliação nacional para alijar as massas de qualquer tipo de influência no poder.

Essa manobra elitista está sendo reeditada. Isso é perigoso e desnatura a legenda oposicionista. Nosso compromisso deve ser com o povo, só com o povo, que recentemente nos levou à rua e que proximamente à rua voltaremos com ele; o povo que deseja eleger o Presidente da República, esse seu elementaríssimo direito, para mudanças gerais a partir do figurino econômico.

Digo, sem medo de patrulhamentos, que é preferível perder ao lado o povo (Muito bem!) do que ver a ascensão do PMDB com o povo à margem, a pretexto de se avançar no caminho de um pseudo-superação de impasse institucional.

A dignidade de nosso mandato, outorgado pelo eleito oposicionista, impõe o dever de combate ao sistema tecnocrata-militar, sem transigência alguma, muito menos se acamando com ele. Nenhuma transação com o Colégio Eleitoral, trocando a fidelidade pública das diretas pela acomodação com as indiretas.

Esse Colégio foi montado competentemente para perpetuar o poder arbitrário. Quando ouço dizer que houve uma outorga das eleições de 1982, para que todos os eleitos naquele pleito se transformassem em eleitores em nome do povo, eu pergunto: como se justifica o intérprete de uma afirmação tão leviana?

E os Senadores que não foram eleitos em 1982? E os biónicos? Receberam eles, porventura, outorga do povo para votar em seu nome?

Sr. Presidente, é preciso dizer claramente, mas com muita clareza mesmo, que o candidato do Colégio Eleitoral é o candidato governista, seja-ele quem for.

O Senhor Presidente da República tem dito: “— O meu candidato é aquele que vencer na convenção do PDS.”

O Ministro Mário Andreazza tem dito que o vencido tem obrigação de apoiar o vencedor. E o Sr. Paulo Maluf anda aí soltando girândolas de vitórias antecipadas, assegurando que tem a maioria no Colégio Eleitoral. Se ele vencer, Sr. Presidente, ninguém pense em dissensões. Ele terá o apoio dos competidores vencidos. O Presidente da República será o primeiro a proclamá-lo candidato oficial do Partido e os militares haverão de bater continência a esse futuro Presidente da República.

Então, as Oposições não podem entrar nesse Colégio onde já estão derrotadas; porque é um Colégio feito à medida, feito para não permitir alternância de poder.

Concluo, impetrando condescendência para as derraideiras razões. Não podemos conceder audiência, nem muito menos anuência a este sistema antinacional, destruidor das esperanças da juventude, mercador dos valores do nosso trabalho. Já estão o que denunciávamos: os juros flutuantes, juros arbitrados pelos credores e que dão à nossa dívida uma dimensão impagável. E notem as contradições do Governo. Enquanto o Presidente da República assina o documento intercontinental ao lado do Presidente da Argentina, do México, da Venezuela, dizendo que não podemos aguentar o peso dos juros exorbitantes, vem o Sr. Ernane Galvêas e publicamente desautora o mandatário da Nação, dizendo-lhe ao rosto: “Isso não vai resolver nada.”

E o pior, vem o Presidente do Banco Central e diz que as regras dos compromissos assumidos com o FMI devem ser mantidos. Quer dizer, o modelo exportador, puramente exportador, que pode ser traduzido como uma

população nacional trabalhando, dia e noite, para render dólares para pagamento de juros.

O Brasil chegou a essa contradição. O sacrifício de nosso povo nos transforma em exportadores de capitais. Isto é uma injúria contra a Nação! Não podemos, Sr. Presidente, ter a menor condescendência com este Governo, nem muito menos lhe dar as mãos para superação de seus obstáculos.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas. Fazendo soar a campainha.) — Lembro a V. Ex^a que seu tempo está esgotado.

O SR. RAIMUNDO ASFORA — Termino, Sr. Presidente.

Este Governo que levou o Brasil ao desespero, cuide de devolvê-lo ao povo, para que o povo devolva a liberdade do Brasil.

Que diálogo poderíamos ter com este Governo? Temos de ir às praças para derrotá-lo e não lhe fazer praças para salvá-lo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Carone.

O SR. JORGE CARONE (PMDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Até o presente momento, ainda não assinei nenhuma proposta e não assinarei nenhuma proposta com relação ao meu procedimento no Colégio Eleitoral ou na votação nesta Casa.

Em primeiro lugar, acho que estamos numa situação clara, definida. Eleições diretas nós só podemos conseguir, realmente, com uma revolução. Não há outra maneira. Se querem fazer uma revolução, então vamos organizar uma revolução para derrubar o Governo. Nosso grande problema hoje é que temos aqui uma emenda constitucional. Primeiro, uma de 6 anos e agora essa do Presidente, que é de 4 anos.

Quando digo que não assino e não assinarei, é porque acompanho meu Partido. Faço o que meu Partido determinar. Ninguém aqui é mais coerente do que eu. Ninguém! Ninguém aqui, nesses 20 anos, tem sido mais independente do que eu. Afirmo isso e provo pelos atos que pratiquei no período da Revolução. Sou um homem coerente. Vim aqui e defendi o Presidente Figueiredo, na hora em que o PMDB saía daqui, a fim de não dar número para a votação; na hora em que o PMDB saía daqui para que nós, cassados, continuássemos sem poder ser candidato. E eu sabia porque. Pela alta marotagem de alguns. Eu tenho liderança. Desde 1930 que existem duas correntes em Rio Branco, Carone e Celso Machado. Então, eu tenho liderança. Eu via meus colegas saírem daqui porque sabiam que 20% ou 30% dos cassados voltariam, então ninguém do MDB estava interessado em que voltássemos. A verdade clara é esta. Eu, por exemplo, estava afastado há 20 anos da vida pública. Afastado, processado, sem dinheiro. Gastando dois pares de sapato, obtive em Belo Horizonte 48 mil votos e 20 mil votos no interior, sem gastar dinheiro. Disputei todas as eleições. Um Carone foi candidato e um Carone se elegeu. Fui cassado, elegi minha esposa; elegi um filho deputado, elegi um vereador e elegi outro vereador e Vice-Presidente da Câmara.

Essa história de vir fazer policiamento de atitudes, não admito. Não admito, porque ninguém, aqui nesta Casa, pode me dar lição de coerência política. Ainda está vivo Eugênio Dutra. Vá perguntar a ele. Eu fui ao General Guedes no dia da Revolução e, na presença de Eugênio, falei: pode tomar conta da prefeitura. O problema é água, esgoto, meio-fio e calçamento. Eu não participo de revolução chefiada por banqueiros. Agora, eu não tenho nada a perder. Se fecharem o Congresso muito bem! Se

deixarem-no aberto, amém! Eu já assisti fechar esta Casa aqui, quando a minha esposa era Deputada. O pior é que os que eram mais valentes, foram os que ficaram mais acovardados; os mais bravos foram os que ficaram mais espantados na hora das cassações; os valentes sumiram, os cassados ficaram abandonados, sozinhos. Deputados fugiam dos que estavam sendo cassados, ou então, quando anunciavam que um ia ser cassado, os Deputados fugiam dele. A minha opinião é esta. Se queremos realmente sobreviver, o Partido deve caminhar coeso. Não tenho interesse nenhum em votar em Aureliano Chaves, foi meu colega na Assembléia, é meu amigo, é um homem de bem. Não tenho interesse nenhum em votar em Tancredo Neves, a não ser que a Bancada resolva votar em Tancredo Neves. Eu estou aqui para cumprir o que meu Partido determinar. Agora, só está faltando fazer greve de fome para não ir ao Colégio Eleitoral. Daqui a alguns dias, vão anunciar greve de fome. Estão faltando 40, ou 50 Deputados falarem que vão fazer greve de fome. Política se faz é com o pé no chão. E eu a fiz com o pé no chão. Se vocês realmente querem conspirar, se vocês querem lutar, se vocês querem reagir, podem contar comigo. Mas tomar atitudes acadêmicas, de estudantes de Direito, eu não as tomo, porque tenho alguma experiência política, e já paguei para ver, quatro vezes, e vi. Por mim eu não temo, mas temo pelos mais jovens. Se estou lutando no sentido de que devemos comparecer aqui neste Colégio, é porque tenho certeza absoluta de que serão 39 votos de diferença. Se Maluf for candidato, vencemos as eleições. Pela experiência que tenho, afirmo isto. Eu sou um homem muito à vontade. Disputei dois cargos no mesmo dia. Reelegi-me Prefeito de Belo Horizonte e, no mesmo dia, me reelegi Deputado Estadual. Fazer política eu sei. Então eu tenho certeza absoluta de que derrotaremos Maluf, aqui, neste plenário. Mas é preciso trabalharmos com a cabeça. É preciso conspirarmos, não dentro do Partido, mas fora dele. Realmente, está faltando competência na PMDB, para ganhar essas eleições para Presidente da República.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PDS — MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Ainda há pouco, ouvíamos as objeções do Deputado Domingos Leonelli sobre a venda de armas, através da EMBRAER, para países que nos procuram. S. Ex.^a ampliava sua crítica ao Ministro da Aeronáutica Délio Jardim de Matos, a quem, de toda maneira, considerava o mais liberal de todos os Ministros.

Sr. Presidente, entendo que as armas fabricadas, hoje, pelo Brasil são consideradas no mundo inteiro, excelentes e contribuem até para melhorar ainda mais o nosso prestígio no exterior. Mas que país desenvolvido, hoje, no mundo, tendo armas para vender e não as vende? Todos os países que fabricam armas e conseguem colocá-las no mercado externo, estão a fazê-lo, e procuram avidamente os mercados externos para vendê-las. O risco apontado por S. Ex.^a da possibilidade de vendermos armas a países potencialmente inimigos, esse risco existe em qualquer parte do mundo. Um dos países mais armados que se tem notícia na história é o Irã. E quem armou esse país foram os Estados Unidos, e hoje são inimigos. Essa é uma possibilidade latente em toda a negociação. Agora, deixar de vender nossa mercadoria — e neste caso a mercadoria é arma — porque há uma possibilidade de se vender a um país que, eventualmente, amanhã, venha a ser inimigo do Brasil, não é mais do que uma tolice.

Acho que o Ministro Délio Jardim de Matos, quando afirmou que se deve procurar todos os mercados, sejam eles quais forem, tem toda razão. É assim que procedem

outros países. Quais? Todos. O armamento é uma mercadoria quase que como outra qualquer. Dir-se-á: é o problema da ética. Está bem. Eu estaria de acordo com a ética se todos os demais vendedores de armas procedessem de igual modo. Mas não é assim que eles procedem.

Então, Sr. Presidente, o que deveríamos fazer, a meu ver, era precisamente enaltecer a EMBRAER, que constitui um dos orgulhos nacionais, hoje. Ela se projeta no mundo como uma empresa de alto rendimento, de alto desenvolvimento e de altíssima competência.

Estamos às vésperas de uma negociação com a Inglaterra. É um dos países mais desenvolvidos do mundo e um dos maiores fabricantes de armamentos no mundo inteiro, sobretudo aviões. E a EMBRAER está a ponto de colocar na Inglaterra uma quantidade expressiva de aviões, aviões de treinamento. Isso deve constituir, portanto, um orgulho nacional e não um motivo de críticas à EMBRAER, ou a qualquer outra fábrica brasileira de armamento.

Portanto, deixo aqui minhas restrições ao discurso do Deputado Domingos Leonelli e minha manifestação reiterada de aplausos às posições liberais do Ministro Délio Jardim de Matos, a sua competência, ao seu patriotismo, a sua correção, no exercício do cargo elevado que exerce de Ministro da Aeronáutica. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra à nobre Deputada Cristina Tavares.

A SR.^a CRISTINA TAVARES (PMDB — PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Foi o próprio Presidente Figueiredo que, reiteradamente, assumiu o compromisso do não envolvimento brasileiro na América Central. Foi o Presidente Figueiredo que, em Cancún, no México, solidarizou-se com a posição política do grupo Contadora, que vem gestionando a paz e que vem gestionando a não ampliação do conflito armado que poderá levar toda a América Central e, seguramente, também o norte da América do Sul a um conflito generalizado. Foi o Ministro do Exterior, o Chanceler Saraiva Guerreiro, que, na CPI do Armamento nesta Casa, solenemente afirmou que o Brasil não venderia armas para países em conflito.

Sabe o mundo, Sr. Presidente, que Honduras se tornou uma base militar dos Estados Unidos, tendo como finalidade, entre outras, desestabilizar o governo democrático da Nicarágua. Sabe o mundo, e o *New York Times* não omite nas suas primeiras páginas, que a CIA tem um envolvimento direto com bases instaladas em Honduras. Eu não diria que o Ministro Délio Jardim de Matos agiu patrioticamente, eu diria que S. Ex.^a agiu de maneira subversiva. Subverteu o Ministro e colocou em xeque as palavras do Senhor Presidente da República, do Chanceler brasileiro e os desafiou, quando vendeu, com sofismas, aviões brasileiros para Honduras, numa linha de crédito especial, aberta pelos Estados Unidos, no valor de 10 milhões de dólares. Sofisma, quando diz que os aviões brasileiros enviados para Honduras são aviões de treinamento. Evidentemente, Sr. Presidente, o avião de treinamento joga bombas. De maneira que lamento que a nobre Liderança do Partido do Governo considere patriótica a intervenção brasileira que visa a desestabilizar o Governo da Nicarágua. Mais estranho ainda, justamente no momento em que o Brasil, num gesto de aparente boa vontade, pois os fatos estão desmentindo os discursos do Senhor Presidente e do seu Chanceler, nomeia um embaixador para Manágua. De maneira que, por todos os títulos, a atitude do Brigadeiro Délio Jardim de Matos, Ministro da Aeronáutica, recoloca em questão, em forns internacionais, a palavra do Senhor Presidente Figueiredo. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra, como Líder, ao Deputado Brandão Monteiro.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT — RJ. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, todos vós sois testemunha de que jamais usei a tribuna da Câmara ou do Congresso Nacional para falar em nome próprio. Tomei conhecimento, hoje, do discurso proferido, nesta Casa, na sessão do Congresso Nacional, provavelmente sexta-feira 18 de maio, pelo ilustre Deputado João Faustino.

Aliás, esse discurso de que tomei conhecimento hoje vem junto com a notícia publicada no *O Globo*, dizendo que as Professoras Josephinas Desounet Baioccki e Maria do Socorro Jordão Emerenciano iniciariam um processo, junto ao Supremo Tribunal Federal, contra este parlamentar, sob a alegação de que eu teria ferido a honra das citadas professoras. Devo dizer que muito apreciarei o processo que será movido contra mim por essas professoras e quero, em outra oportunidade, entrar em detalhes sobre a questão, esclarecendo mais escândalos no Ministério da Educação.

Hoje, porém, quero responder ao Deputado João Faustino, que não está presente, mas tomei conhecimento do discurso de S. Ex.^a Diz S. Ex.^a que, injustamente, ataquei duas eméritas educadoras e S. Ex.^a traz, inclusive, o atestado de honorabilidade dessas educadoras. Inclui também a Sr.^a Ana Bernardes, como uma terceira educadora a quem eu teria ferido a honra.

Quero dizer, inicialmente, que jamais, em qualquer oportunidade, nesta Casa, me referi a acusações contra a Professora Ana Bernardes. Fiz acusações contra as Professoras Maria do Socorro Emerenciano e Josephina Desounet Baioccki, ilustres segundo dizem o depoimento de amigos, mas nenhum deles pode contestar que elas são sócias cotistas e a primeira sócia-gerente de uma empresa chamada CONTEBRÁS que se destina a produzir trabalho na área educacional, e ambas são funcionárias e dirigentes do SEPS, 1.^o e 2.^o Graus.

Ora, logo inicialmente, se verificará que o Estatuto dos Funcionários Públicos não permite que qualquer funcionário público possa ser sócio-gerente de empresa cotista.

E mais, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, empresa cujo objetivo social e econômico é o mesmo daqueles relacionados com o ensino de 1.^o e 2.^o Graus. Fiz a acusação e reafirmo. Trarei documentos de onde for necessário, se na Justiça ou na Tribuna da Câmara dos Deputados.

Aliás, o Deputado João Faustino reconhece que, até 83, a CONTEBRÁS prestou serviços a apenas quatro Secretarias de Estado. Hoje, esses contratos se limitam a apenas duas Secretarias de Educação, secretarias responsáveis pela orientação do ensino de 1.^o e 2.^o Graus. A CONTEBRÁS é de propriedade dessas duas senhoras que usam, evidentemente, seus cargos, que usam evidentemente de suas influências, para ir buscar, fora do Ministério da Educação e através da CONTEBRÁS, contratos com Secretarias de Educação, o que caracteriza iniludivelmente a corrupção a que me referi.

Espero, de bom grado, o processo a que elas se referem, porque quero provar nos tribunais do meu País, porque temos vivido momentos de subversão de valores. Os corruptos, os “côroa-brastel” da vida, aqueles que se assenhoram do dinheiro público é que são os honestos.

Nós, que no nosso trabalho cotidiano, lutando pela melhoria das condições democráticas deste País, lutando contra a corrupção e a imoralidade, é que somos acusados de estar tentando denegrir a honra daqueles que honra não têm.

Vou concluir meu posicionamento, pedindo desculpas aos Srs. Congressistas, pois jamais usei a tribuna do Congresso Nacional para explicações de ordem pessoal.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Está esgotado o período destinado a breves comunicações. (Pausa.)

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 1984-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 16, de 1984-CN, vencido o Senhor Deputado Hermes Zanetti), aprovando o texto do Decreto-lei nº 2.079, de 20 de dezembro de 1983, que reajusta os atuais valores de vencimentos, salários e proventos dos servidores civis do Poder Executivo, bem como os das pensões, e dá outras providências.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão conjunta de 24 do corrente, às 11 horas, ficando a votação adiada por falta de **quorum**.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Item 2:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 1984-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 19, de 1984-CN), aprovando o texto do Decreto-lei nº 2.084, de 22 de dezembro de 1983, que reajusta os valores de vencimentos e proventos dos membros do Tribunal de Contas do Distrito Federal e do respectivo Ministério Público, e dá outras providências.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão. (Pausa.)

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Nos termos do art. 55, § 1º, **in fine**, da Constituição a realizar-se hoje, às 19 horas e 50 minutos, neste plenário, destinada à votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 1984-CN, referente ao Decreto-lei nº 2.070, de 1983 (8ª sessão).

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 19 horas e 47 minutos.*)

Ata da 127ª Sessão Conjunta, em 30 de maio de 1984

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Lenoir Vargas

ÀS 19 HORAS E 50 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Claudionor Roriz — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — João Lobo — José Lins — Virgílio Távora — Martins Filho — Humberto Lucena — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Álvaro Dias — Enéas Faria — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Amílcar de Queiroz — PDS; José Mello — PMDB; Nosser Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arlindo Pôrto — PMDB; Arthur Virgílio Neto — PMDB; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolpho Bittencourt — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

Rondônia

Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Ronaldo Campos — PMDB; Sebastião Curio — PDS.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PDS; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PDS; Nagib Haickel — PDS; Sarney Filho — PDS; Vieira da Silva — PDS; Victor Trovão — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; José Luiz Maia — PDS; Tapety Júnior — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio Moraes — PMDB; Chagas Vasconcelos — PMDB; Cláudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysês Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Jessé Freire — PDS; Vingt Rosado — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Aluizio Campos — PMDB; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egidio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Gonzaga Vasconcelos — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; José Moura — PDS; Josias Leite —

PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Osvaldo Coelho — PDS; Osvaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB

Alagoas

Djalma Falcão — PMDB; Fernando Collor — PDS; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PDS; Manoel Affonso — PMDB; Sérgio Moreira — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Gilton Garcia — PDS; Hélio Dantas — PDS; Jackson Barreto — PMDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Felix Mendonça — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Jairo Azi — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; José Lourenço — PDS; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Manoel Novaes — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Prisco Viana — PDS; Ruy Bacelar — PDS; Virgildásio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nelson Aguiar — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PDS.

Rio de Janeiro

Abdias do Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Alair Ferreira — PDS; Alvaro Valle — PDS; Amaral Netto — PDS; Arildo Teles — PDT; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PTB; Clemir Ra-

mos — PDT; Daso Coimbra — PMDB; Délio dos Santos — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PTB; Gustavo Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Marcelo Medeiros — PMDB; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Mário Juruena — PDT; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Sebastião Nery — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PDS; Walter Casanova — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Aníbal Teixeira — PMDB; Antônio Dias — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Castejon Branco — PDS; Emílio Gallo — PDS; Emílio Haddad — PDS; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jairo Magalhães — PDS; Jorge Carone — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Machado — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; José Ulisses — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Luiz Safair — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PDS; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Oscar Corrêa Júnior — PDS; Oswaldo Murta — PMDB; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Canedo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Roseburgo Romano — PMDB; Vicente Guabiroba — PDS;

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Aírton Sandoval — PMDB; Aírton Soares — PT; Alberto Goldman — PMDB; Alcides Franciscato — PDS; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB; Doreto Campanari — PMDB; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Estevam Galvão — PDS; Farabulini Júnior — PTB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Herbert Levy — PDS; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novae — PMDB; João Bastos — PMDB; João Hermann — PMDB; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Hato — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Mendonça Falcão — PTB; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Roberto Rollemberg — PMDB; Salles Leite — PDS; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achôa — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB; Horácio Ortiz — PMDB

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Carado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Jaime Câmara — PDS; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PDS.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PDS; Amadeu Geara — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Ary Kffuri — PDS; Celso Sabóia — PMDB; José Carlos Martinez — PDS; José Tavares — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PDS; Norton Macedo — PDS; Oscar Alves — PDS; Oswaldo Trevisan — PMDB; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Bernardi — PMDB; Renato Loures Bueno — PMDB; Santos Filho — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Fernando Bastos — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Melro — PDS; Renato Vianna — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Lélis Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Prati de Moraes — PDS; Rosa Flores — PMDB; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB;

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — As listas de presença acusam o comparecimento de 55 Srs. Senadores e 325 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declarado aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Um dos aspectos fundamentais da vivência democrática, por parte do Poder Executivo, está na ampla divulgação dos seus atos, cuja publicidade resulta na melhor informação ao povo a respeito do uso da sua contribuição tributária, pois todos desejamos saber como se gasta o nosso dinheiro.

Essas informações do Governo devem buscar, principalmente, o conhecimento dos representantes do povo no Poder Legislativo. É o que vem fazendo o nº 1 do **Boletim Parlamentar**, divulgado pela administração Mário Covas, na Prefeitura Municipal de São Paulo, transmitindo informações úteis à ação dos representantes do povo.

Editado em duas versões, a primeira possibilita o acompanhamento semanal dos principais fatos e assun-

tos específicos, de forma profunda e crítica, divulgado segundo a exigência dos fatos; a segunda, trata de assuntos específicos, sob a forma de "edições especiais", sendo a primeira da série referente ao tema "Intervenção da CMTC nas empresas particulares de ônibus".

O Boletim da primeira semana de maio divulga temas da maior importância e interesse, como a criação de unidades escolares, a ausência das comunidades nas Unidades de Saúde, a atualização do cadastro de áreas municipais, o programa escolar sobre o meio ambiente, a modificação da merenda escolar, a preservação da memória do Hospital do Servidor, novas regras para anúncios, a história das eleições nas ruas, o ingresso de veículos nas escolas, e concursos para médicos e dentistas.

Juntam-se à matéria noticiosa e opinativa, para constituir um precioso acervo de informações e esclarecimentos, abrangendo os mais variados assuntos, de interesse social, econômico e cultural, à consideração dos parlamentares, a nível municipal, estadual e federal.

Agradecendo a remessa dos dois boletins parlamentares de números um e dois, que servirão de bússolas aos nossos pronunciamentos e aproveitamos o ensejo para congratular-nos com o Prefeito Mário Covas — que, assim nos presta excelentes satisfações do seu primeiro ano de Governo — e com a sua brilhante equipe de assessores, que vem contribuindo, decisivamente, para a solução dos principais problemas da capital paulista, respondendo aos desafios da conjuntura, ciente de que "São Paulo não pode parar".

Continuaremos, nesta tribuna, a veicular os assuntos de interesse da capital paulista, como dever do mandato, mas, também, como homenagem ao seu ilustre representante e ao inarredável civismo do seu grande povo.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Farabulini Júnior.

O SR. FARABULINI JÚNIOR (PTB — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Assomo à tribuna porque, nos bastidores do Congresso, na área dos jornalistas credenciados para o exame de discussões e tudo o mais que ocorra aqui, circula notícia que o PTB estaria urdindo suas próprias entranhas para apoiar o Sr. Paulo Salim Maluf à Presidência da República.

Srs. Congressistas, são de estarrecer tais acometidas, de vez que seria descer a rampa para o lago, e deste para o abismo, imaginar passar pela mente dos Deputados do PTB apoio a esse indesejável paulista que, na verdade, assumiu, no tempo, a Presidência da Caixa Econômica Federal, por manobras urdidas nos bastidores onde estavam Costa e Silva e outros elementos da República brasileira. Depois, guindado à Prefeitura de São Paulo pelos mesmos caminhos, seguindo sua história para a Secretaria dos Transportes, de tão triste memória.

Agora é Deputado e presidenciável. Deputado, presidenciável e paulista, e eu o conheço bem. Conheço tudo seu trânsito na administração que, na verdade, exercitou. Devo profligar que se trata de alguém que chegou a esta Casa como Deputado, tanto quanto cada um de nós. Entretanto, a história mostra que chegou até aqui, utilizando-se da máquina do governo do Estado, promovendo a corrupção, verdadeiro trator empurrador, utilizando-se de tudo, possível e imaginável, do erário para chegar a esta Casa com a votação com que chegou.

E agora pretende servir-se do Colégio Eleitoral e pensa que pode fazer a mesma coisa que quando governador. Levou para a bancada do Partido Democrático Social cerca de catorze Deputados do Movimento Democrático Brasileiro. Todos aqueles Deputados que ele levou, Sr. Presidente — e sabemos a maneira como o fez e os De-

putados sabem também. Eu poderia inclusive citar até todos os nomes — foram derrotados em São Paulo, vibrantemente derrotados. Homens que tiveram no passado cem mil, oitenta mil, setenta mil votos, deixaram a bancada da Oposição e foram para a bancada do governo, no tempo em que Paulo Salim Maluf era Governador. Nós conhecemos os nomes dos Deputados um a um, sabemos a maneira pela qual foram levados até lá, sabemos porque foram. Depois todos eles foram derrotados nas eleições de 1982. Apenas dois se salvaram. Estão aqui na Câmara dos Deputados. Dois, os demais foram derrotados.

Sabemos, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, que o Partido Trabalhista Brasileiro, na sua alta direção, não poderá praticar crime dessa natureza contra a Pátria, crime de lesa-pátria, vir cá para votar em Paulo Salim Maluf. Isto conspurca a dignidade de quantos ocupam o Poder Público, de quantos ocupam uma cadeira de Deputado, representando o povo.

Posso desfazer o equívoco — quem sabe — neste pequeno discurso e também assumir, daqui para frente, o comportamento que sei assumir, para vergastar, para

acusar e para dizer que não há lugar no nosso Partido para homens que tenham a compostura desse que agora é Deputado e pretende ser Presidente.

No Colégio Eleitoral, neste conspurcado Colégio, nem aí esse Deputado levará votos. Tenho certeza disto. E nas ruas, numa campanha direta, como queremos, realmente, aí sim quero ver ser esmagado o homem que representa um perigo para esta Nação, mas que, no entanto, tem defensores como vejo aqui, como deveria ter, mas deve ter também opositores, porque a Nação espera que cada um dos representantes do povo cumpra com seu dever, e desmascare aqueles corruptos do tempo que, na verdade, pretendem empolgar a República, à custa de um Colégio espúrio: Colégio este que, na verdade, está contaminado, que virou mercadoria e está sendo vendido por preço certo.

Esta a verdade, Sr. Presidente. Daqui para frente, teremos de ocupar a Tribuna sim, para que digamos a verdade à população e sigamos nossa trajetória, para impedir que perigosos do modelo desse venham a ser Presidente desta República. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Não há mais oradores inscritos.

A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, neste plenário, destinada à apreciação dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 7, 16, 26 e 27, de 1984-CN, referentes, respectivamente, aos Decretos-leis nºs 2.075, 2.085, 2.076 e 2.077, de 1983.

O Sr. Artur Virgílio Neto — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Artur Virgílio Neto, pela ordem.

O SR. ARTUR VIRGÍLIO NETO — Sr. Presidente, com base no § 2º do art. 29 do Regimento Comum, solicito a V. Exª, dada a evidente falta de **quorum**, o encerramento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — É regimental o requerimento de V. Exª. Efetivamente, não existe 1/6 de Srs. Senadores nem 1/6 de Srs. Deputados em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 5 minutos.)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície

Semestre	Cr\$	3 000,00
Ano	Cr\$	6 000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície

Semestre	Cr\$	3 000,00
Ano	Cr\$	6 000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência PSCEGRAF, Conta-Corrente nº 920001-2, a favor do

Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 07/1.203 — Brasília — DF
CEP 70 160

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 40 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 50.00